

Marcus Vinicius de Lira Ferreira

Atos de Fala nas Línguas Jê:
Distinções Sintáticas no Imperativo e no Proibitivo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia de Castro Alves

Universidade de Brasília

Fevereiro de 2011

Marcus Vinicius de Lira Ferreira

Atos de Fala nas Línguas Jê:
Distinções Sintáticas no Imperativo e no Proibitivo

Dissertação apresentada ao Departamento de
Linguística, Línguas Clássicas e Português, do
Instituto de Letras, da Universidade de Brasília,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Flávia de Castro Alves

Universidade de Brasília

Fevereiro de 2011

Marcus Vinicius de Lira Ferreira

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Christiane Cunha de Oliveira

Prof^a. Dr^a. Flávia de Castro Alves

Prof^a. Dr^a. Heloísa Maria Moreira Lima Salles

Dedicatória

薫へ

「私の言語の限界が、私の世界の限界を意味する。」

Agradecimentos

É impossível mencionar o nome de todos que me ajudaram durante esses dois anos em que fui aluno do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília, mas isso não me impede de tentar e me desculpar por eventuais omissões.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família: Ao meu pai, que por ter falhado na missão de me tornar um diplomata, me mostrou através da sua profissão e subseqüentes viagens qual era a carreira para a qual eu realmente queria me dedicar; à minha mãe, por ter me ajudado posteriormente a conseguir a minha independência e felicidade na carreira (ainda que esteja só no início); à minha irmã por ser minha barista oficial nos momentos em que eu mais precisava me concentrar na dissertação; e ao meu irmão por me distrair nos momentos em que eu mais precisava me desconcentrar da dissertação.

Em seguida, agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por ter me financiado durante o mestrado, e ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) por ter me dado a oportunidade de lecionar logo após a graduação. Graças a essa ajuda consegui começar a montar a biblioteca que sempre sonhei, e que já me foi útil mesmo nesse trabalho.

Ainda no LET-UnB, gostaria de agradecer aos professores que desde a época da graduação acreditaram em mim e me ajudaram a conseguir cada vez mais longe: Yuko Takano, minha madrinha acadêmica; Yuki Mukai, que já me foi professor, chefe, colega e guia; Haruka Nakayama e Sachio Negawa com quem não tive a oportunidade de trabalhar mas que sempre acreditaram na minha capacidade; Ronan Pereira, Kyoko Sekino e Tae Suzuki com quem não tive oportunidade de ter aula, mas que mesmo assim nunca deixaram de me dar 相談 valiosíssimos – e à professora Tae um agradecimento em especial por ainda ter tido estamina e acompanhado as mais de 3 horas de defesa. E aos 若者 pela companhia. どうもありがとうございました。

Já no PPGL, gostaria de agradecer às secretárias Ângela e Renata pelo excelente trabalho e, é claro, à Flávia, minha orientadora, que desde a graduação acreditou em mim. Se não fosse por ela, talvez eu jamais estivesse escrevendo essas palavras (e eu espero que a existência desse trabalho tenha valido o esforço dos dois).

Gostaria de agradecer também aos professores e funcionários da Escola Modelo de Língua Japonesa de Brasília que, durante a correria do mestrado na qual nem sempre era aconselhável ficar em casa devido às tentações do Morfeu, me permitiram trabalhar na dissertação dentro dum escritório desocupado do qual me apossei temporariamente a fim de dar o melhor de mim (movido a galões de café com leite e cappuccino que me davam a energia necessária para poder agüentar o pique). Kimiko Sambuichi e Masae Yada que tornam a Escola um lugar tão agradável mesmo quando não se trabalha lá; Yoshiko Costa que sempre torceu por mim e que, nos momentos de maior exaustão, me emprestou um ouvido amigo; Luciana Inoue e pro-

le, por me alegrarem e me distraírem quando eu estava desnecessariamente sério; e, é claro, ao Rukichi “Luís” Ueda, pela produção constante do café supracitado. お世話になりました。

Não posso deixar de mencionar o apoio que tive de vários outros mestrandos que me acompanharam nessa saga. Em primeiro lugar, agradeço por todo apoio dado pela Kaoru Tanaka – desde antes mesmo de eu entrar no programa! – e a quem dediquei não só essa dissertação, mas também quase todos os meus dias. Mas, estive sempre bem acompanhado por mais pessoas também. Não posso me esquecer dos outros mestrandos que deram o melhor de si em outras áreas, como a Mariana Martins a quem agradeço pelo constante apoio, a Miyuki Ikuno pela recomendação de livros e intercâmbio de idéias, o Rafael Alvarenga por fraternalmente contestar as minhas idéias e prestar apoio sempre que necessário, o Rafael Ono pela companhia e a Sanae Sujii por me recomendar ainda mais livros e por me trazer idéias úteis da biologia. Mas também houve quem que compartilhasse dos interesses pela linguagem como a Beatriz Carneiro e Erika Guerra Sathler, a qual tinha menos sobrenomes quando a gente se conheceu. E ainda pude contar com a amizade e o apoio de quem ainda estava na graduação como o Gustavo Suzuki, que me lembra de exercitar o corpo; a Yumi Hirozawa, que me lembra de exercitar a mente; e a Yuri Furuta, que me lembra que às vezes é melhor não exercitar nada mesmo.

Finally, I should like to thank the marvellous people scattered all around the world without whom I would have never matured my thoughts on language and on some other unrelated intellectual pursuits during the last few years. You have always been there for me, either supporting me or helping me bounce ideas off the lot of you so I could get a feedback from non-linguists. Without further ado, I wish to acknowledge the help of Alexander Hoeft, Anastasia Diudina, Brian Fearn, Christopher Dryer, James Preston, John David Tressel, Oscar Gabriel Pineda, Paul Cummings, and Rob Turner. Thank you all very much indeed.

E, antes que eu me esqueça, obrigado a você também por estar lendo essa dissertação. Afinal, não faria sentido algum fazer esse trabalho se não fosse pela utilidade que um dia talvez esse trabalho venha a ter para outros pesquisadores. Desde já, peço desculpas por quaisquer erros de digitação que tenham ficado na dissertação. Eu sei que eles existem, o problema é achar.

»Mennesket«

Alle de Extraordinaire, der sparsomt spredte have levet gennem Tidernes Løb, have vel hver afgivet sin Dom om »Mennesket«. Eens Rapport har lydt paa: Mennesket er et Dyr; en Andens paa: han er en Hykler; han er en Løgner og saa videre.

Maaskee træffer dog jeg ikke uheldigst, naar jeg siger: Mennesket er et Vrøvl – og det er han ved Hjælp af Sproget.

Søren Aabye Kierkegaard
Journalen NB33

Why do men always lie down, when they can, on soft beds rather than on hard floors? Why do they sit round the stove on a cold day? 'Why, in a room, do they place themselves, ninety-nine times out of a hundred, with their faces towards its middle rather than to the wall? Why do they prefer saddle of mutton and champagne to hard-tack and ditch-water? Why does the maiden interest the youth so that everything about her seems more important and significant than anything else in the world? Nothing more can be said than that these are human ways, and that every creature likes its own ways, and takes to the following them as a matter of course. Science may come and consider these ways, and find that most of them are useful. But it is not for the sake of their utility that they are followed, but because at the moment of following them we feel that that is the only appropriate and natural thing to do. (...) To the metaphysician alone can such questions occur as: Why do we smile, when pleased, and not scowl? Why are we unable to talk to a crowd as we talk to a single friend? Why does a particular maiden turn our wits so upside-down? The common man can only say, "Of course we smile, of course our heart palpitates at the sight of the crowd, of course we love the maiden, that beautiful soul clad in that perfect form, so palpably and flagrantly made from all eternity to be loved!"

William James
Principles of Psychology
Chapter 24. Instinct

Resumo

As distinções sintáticas entre orações imperativas e proibitivas de nove línguas Jê serão analisadas aqui através de uma perspectiva tipológico-funcional. As línguas são, de acordo com as regiões em que são faladas, as Línguas Jê Setentrionais Apinajé, Canela Apãniekrá, Mebengokré, Panará e Suyá; as Línguas Jê Centrais Xavante e Xerente; e as Línguas Jê Meridionais Kaingang e Xokleng. Começando por um levantamento bibliográfico sobre os estudos dos atos de fala desde a sua concepção na filosofia até a sua adoção pelos lingüistas tipológico-funcionais e seguindo para uma descrição dos sistemas de alinhamento encontrados nas orações declarativas, serão identificados os padrões encontrados em cada língua e será feita uma comparação não só com outras estratégias encontradas na mesma língua como também as estruturas encontradas na família e na literatura como um todo. Com isso, espera-se mostrar as distinções sintáticas entre as orações relevantes, a origem dessas distinções no sistema lingüístico como um todo e a falta de dados e/ou pesquisas sobre estruturas relacionadas pragmática e sintaticamente com as orações estudadas aqui, desenvolvendo hipóteses para trabalhos futuros que possam preencher as lacunas encontradas atualmente.

Palavras-chaves: Atos de fala, Línguas Jê, Imperativo, Proibitivo, Sintaxe

Abstract

The syntactical distinctions between imperative and prohibitive sentences of nine Jê language will be analysed here through a typological functional perspective. The languages are, according to the regions where they're spoken, the North Jê Languages Apinajé, Canela Apãniekrá, Mebengokré, Panará and Suyá; the Central Jê Languages Xavante and Xerente; and the South Jê Languages Kaingang and Xokleng. Beginning with a bibliographical review about speech act studies since its philosophical inception to its adoption by functional tipologists, and moving on to a description of the alignment systems found in the declarative sentences of each language, the patterns found will be analysed and compared not only with the other strategies found in the same language but also with the behaviour found in the literature as a whole. Thus, this work hopes to show the syntactical distinctions between the relevant sentences, the origin of these distinctions in the language system and the lack of data and/or research concerning structures pragmatically and syntactically related to the ones described here, devising hypotheses for future studies that may fill the blanks currently found.

Keywords: Speech acts, Jê Languages, Imperatives, Prohibitives, Syntax

	Índice	vi
Agradecimentos		I
Resumo		IV
Abstract		V
Índice		VI
Abreviaturas		IX
1. Introdução		1
1.1 Sobre o Trabalho		1
1.2 Sobre o Contexto		2
2. Revisão Bibliográfica		8
2.1 A Teoria dos Atos de Fala e as taxonomias de Austin e Searle		10
2.2 A Lingüística Tipológico-Funcional		13
2.3 A Interseção: Teoria de Atos de Fala e Lingüística Tipológico-Funcional		17
2.3.1 Sadock e Zwicky (1985) & König e Siemund (2007): Uma primeira passagem pela relação entre sintaxe e atos de fala		19
2.3.2 Xrakovskij & Birjulin (2001): Orações Imperativas		24
2.3.3 Van Der Auwera e Lejeune (2008)		36
2.3.4 Croft (1994): Uma síntese final		39
3. Apresentação do Problema		44
3.0.1 Papéis Semânticos		44
3.0.2 Relações Gramaticais		46
3.0.3 Sistemas de Alinhamento		49
3.0.3.1 Nominativo-Acusativo		49
3.0.3.2 Ergativo-Absolutivo		51
3.0.3.3 Intransitividade Cindida		54
3.0.3.4 Nominativo-Absolutivo		59
3.0.4 Diferentes alinhamentos, mesma língua		60
3.1 Línguas Jê Setentrionais		63

3.1.1 Apinajé	63
3.1.2 Canela Apãniekrá	68
3.1.3 Mebengokre (Kayapó)	72
3.1.4 Panará	76
3.1.5 Suyá	78
3.2 Línguas Jê Centrais	82
3.2.1 Xavanta	83
3.2.2 Xerente	88
3.3 Línguas Jê Meridionais	91
3.3.1 Kaingang	91
3.3.2 Xokleng	95
4. Orações Imperativas e Proibitivas	98
4.1 Línguas Jê Setentrionais	98
4.1.1 Apinajé	98
4.1.2 Canela Apãniekrá	101
4.1.3 Mebengokre (Kayapó)	104
4.1.4 Panará	105
4.1.5 Suyá	106
4.2 Línguas Jê Centrais	108
4.2.1 Xavanta	108
4.2.2 Xerente	111
4.3 Línguas Jê Meridionais	112
4.3.1 Kaingang	112
4.3.2 Xokleng	114
5. Análise dos Dados	116
5.0 Informações preliminares sobre a análise	117
5.1 Padrão geral em comandos	120

Índice	
5.1.1 Padrão geral nas línguas Jê Setentrionais	120
5.1.2 Padrão Geral nas Línguas Jê Centrais	135
5.1.3 Padrão Geral nas Línguas Jê Meridionais	142
5.2 Uso de Partículas Especiais	144
5.2.1 Partículas Especiais em Línguas Jê Setentrionais	144
5.2.1.1 Comportamento ortodoxo	144
5.2.1.2 Comportamento heterodoxo	149
5.2.2 Partículas Especiais nas Línguas Jê Centrais	158
5.2.3 Partículas Especiais nas Línguas Jê Meridionais	164
5.3 Outras construções	170
5.3.1 Irrealis nas línguas Jê setentrionais	171
5.3.2 Outras construções nas Línguas Jê Centrais	174
5.3.3 Tempo Futuro nas Línguas Jê Meridionais	177
5.4 Análise Geral	178
5.4.1 Ocorrências com o Padrão Geral	183
5.4.2 Outras construções	187
5.4.3 Ocorrências de partículas especiais	189
5.4.4 Relação entre Imperativo e Proibitivo	193
5.5 Implicações Teóricas	196
6. Considerações Finais	197
Bibliografia	198

Abreviaturas

Foram utilizadas primariamente no presente trabalho as chamadas Regras de Glosa de Leipzig com algumas modificações, as quais estão destacadas em negrito. Como foram utilizados trabalhos de vários autores, alguns por vezes utilizam termos similares. Para manter a fidelidade aos trabalhos originais, os termos que forem originários de outros trabalhos (mesmo que redundantes) foram adicionados abaixo em itálico uma vez que a primeira citação sempre será feita da forma mais próxima possível da glosa fornecida pelo autor.

1	Primeira Pessoa	COND	Condicional
2	Segunda Pessoa	<i>CONJ</i>	<i>Conjunção</i>
3	Terceira Pessoa	<i>CONT</i>	<i>Continuativo</i>
A	Argumento Agente	COP	Cópula
ABL	Ablativo	CVB	Converbo
ABS	Absolutivo	DAT	Dativo
ACC	Acusativo	DECL	Declarativa
ADJ	Adjetivo	DEF	Definido
ADM	Admonitivo	DEM	Demonstrativo
ADV	Advérbio	DET	Determinante
<i>ADVR</i>	<i>Advertência</i>	DIM	Diminutivo
<i>AFIR</i>	<i>Afirmativo</i>	<i>DIR</i>	<i>Diretivo</i>
AGR	Concordância	DIST	Distal
ALL	Alativo	DISTR	Distributivo
ANTIP	Antipassivo	DU	dual
APPL	Aplicativo	DUR	Durativo
ART	Artigo	E	Extensão ao Núcleo
<i>ASP</i>	<i>Aspecto</i>	ERG	Ergativo
ATV	Ativo	<i>EST</i>	<i>Estativo</i>
<i>AU</i>	<i>Aumentativo</i>	EXC	Exclamação
AUX	Auxiliar	EXCL	Exclusivo
BEN	Benefactivo	F	Feminino
CAUS	Causativo	FI	Finita
CLF	Classificador	FOC	Foco
COM	Comitativo	FUT	Futuro
COMP	Complemento	GEN	Genitivo
COMPL	Completivo	<i>HAB</i>	<i>Habitual</i>

HOR	Hortativo	PRED	Predicativo
IMP	Imperativo	PRF	Perfeito
INCL	Inclusivo	PRS	Presente
IND	Indicativo	PRG	Progressivo
INDF	Indefinido	PROH	Proibitivo
INF	Infinitivo	PROX	Proximal
INS	Instrumental	PST	Passado
INTR	Intransitivo	PTCP	Particípio
IPFV	Imperfectivo	PURP	Propósito
IRR	Irrealis	Q	Marca de Interrogação
<i>INTENS</i>	<i>Intensificador</i>	QUOT	Marca de Citação
LOC	Locativo	R	<i>Afixo relacional</i>
M	Masculino	RECP	Recíproco
N	Neutro	REFL	Reflexivo
Ñ	Não (ex. ÑSG = “não singular”)	REL	Relativo
NEG	Negação	RES	Resultativo
NMLZ	Nominalizador	RL	Realis
NOM	Nominativo	S	Argumento único
OBJ	Objeto	SUJ	Sujeito
OBL	Oblíquo	SBJV	Subjuntivo
O	Argumento Paciente	SG	Singular
PASS	Passiva	T	<i>Tempo</i>
PERM	Permissivo	TOP	Tópico
PFV	Perfectivo	TR	Transitivo
PL	Plural	VOC	Vocativo
POSS	Possessivo		

1. Introdução

Talvez o objetivo desse trabalho seja bem mais modesto do que é possível julgar a partir do título, sendo necessárias algumas explicações sobre a estrutura, a organização e com qual fim foi feita essa dissertação.

1.1. Sobre o trabalho

Essa é uma primeira sistematização sobre as diferentes estratégias encontradas nas línguas da família Jê, pertencentes ao tronco Macro-Jê, para codificar na sintaxe principalmente dois tipos de ato de fala: o imperativo e o proibitivo. As línguas da família, como será mais bem detalhado no corpo do trabalho, são: Apinajé, Kaingang, Mebengokré, Panará, Suyá, Timbira, Xavante, Xerente e Xokleng. Dentre elas, Timbira é um complexo dialetal, e o Canela foi tomado como representante no levantamento dos dados. Além disso, como ficará mais claro no capítulo sobre a revisão bibliográfica, a expressão “atos de fala” aqui utilizada tem o significado razoavelmente distinto daquele mais comum na filosofia da linguagem, de onde o termo se originou. É imaginável que talvez esse fato cause estranheza para quem venha dos estudos pragmáticos, uma vez que “imperativo” e “proibitivo” não são utilizados nas taxonomias de atos de fala mais amplamente difundidas. O motivo por trás dessa diferença também será esclarecido mais adiante.

Os dados foram levantados primariamente a partir da literatura disponível sobre as línguas estudadas: teses, dissertações, artigos e livros que foram de valor inestimável para a elaboração da análise como um todo. Ocasionalmente um informante foi entrevistado, como no caso do professor Xikrin Bep Nhoró-Ti, sendo que tal oportunidade foi excepcional (tanto no sentido de ter sido de grande ajuda, como a de ter sido exceção num processo em que os dados foram lidos mais do que ouvidos).

O levantamento foi feito a partir da linha de pesquisa funcional tipológica, como aquela encontrada nos trabalhos de autores como Bernard Comrie, William Croft, R.M.W. Dixon, Talmy Givón, Johanna Nichols, entre outros. As características dessa linha teórica e os motivos que levaram à sua escolha também estão explícitos mais claramente na revisão bibliográfica.

Até onde sabemos, não há um estudo similar na literatura da família lingüística aqui analisada, sendo um trabalho de natureza inédita e que, assim esperamos, possa ser de alguma valia para pesquisas futuras que visem não apenas descrever uma língua ou outra – apesar de esse ser um empreendimento de natureza fundamental e que está longe de terminar – mas que vão além da análise intralingüística.

O trabalho tem a seguinte estrutura:

Capítulo 1: Introdução sobre a idéia inicial que levou à elaboração do presente trabalho e as idéias auxiliares que ajudaram na sua evolução como um todo.

Capítulo 2: Descrição sobre como foi feita a revisão bibliográfica, as características da linha teórica aqui utilizada e a história dos estudos da linguagem no que concernem as teorias aqui apresentadas.

Capítulo 3: Descrição dos sistemas de alinhamento nas orações descritivas das línguas, com descrições de quais são os diferentes sistemas de alinhamento encontrado nas línguas naturais e informações sobre a família lingüística aqui estudada.

Capítulo 4: Descrição dos sistemas de alinhamento nas orações imperativas e proibitivas das línguas, seguindo o modelo apresentado no capítulo anterior.

Capítulo 5: Análise dos dados descritos nos capítulos 3 e 4, com a adição de dados considerados marginais na língua mas relevante aos estudos aqui apresentados (como comandos utilizados com as estruturas encontradas em orações declarativas e comandos dirigidos a pessoas que não sejam a segunda).

Capítulo 6: Considerações finais sobre o trabalho como um todo, com uma revisão dos pontos mais importantes.

Antes de seguir para os próximos capítulos, entretanto, gostaria de explicar como se deu o presente trabalho.

1.2. Sobre o contexto

A decisão de fazer um trabalho sobre atos de fala sob uma linha de pesquisa funcional tipológica não foi feita *in vacuo*, havendo um contexto por trás dessa idéia. Minha pergunta,

melhor direcionada após a conclusão desse trabalho, já era há muito tempo a seguinte: Como agimos através da linguagem? De que forma as diferentes estruturas podem ser usadas para realizar ações distintas, e o que essas estruturas têm em comum? Como os diferentes atos de fala, enfim, estão codificados na gramática das diferentes línguas do mundo? E, por que utilizar uma linha teórica que não é a mais tradicional nesse tipo de estudos?

Talvez seja mais fácil responder a essas perguntas de trás para frente, tentando entender como a lingüística se tornou uma ciência tão rica no século passado.

Não faz 100 anos que o *Cours de Linguistique Générale*, obra que sistematizou os estudos lingüísticos de forma a poder dar o embasamento necessário a uma ciência, foi publicado. Até então, os estudiosos da linguagem estavam preocupados com a história das línguas, e coube ao “Pai da Lingüística” chamar a atenção aos estudos sincrônicos da linguagem (MATTHEWS, 1993, p. 1), apesar de a comunidade acadêmica ter levado algum tempo para adotar suas idéias: Ferdinand de Saussure, o autor de quem estamos falando, morreu em 1913... E a obra só foi publicada três anos depois (SAUSSURE, BALLY e SECHEHAYE, 2006, p. XIII)! E, dentre os fatos interessantes na vida de Saussure temos a constatação de que idéias como o sistema de oposições num sistema de valores a fim de originar diferentes significados sendo oriundas de filósofos como John Stuart Mill (JOSEPH, 2007). Não é surpreendente que colocações como a que se segue soem no mínimo familiar aos lingüistas acostumados com a idéia de que “na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos” (SAUSSURE, BALLY e SECHEHAYE, 2006, p. 104):

Apenas sabemos de alguma coisa ao conhecê-la como oposta a alguma outra coisa, que toda consciência é de diferença, que dois objetos são o menor número requerido para constituir consciência; que uma coisa é apenas vista como ela é em oposição ao que ela não é (MILL, 1865, p. 6) [tradução do autor]

Não foi essa a última vez em que os estudos da linguagem seriam influenciados por um filósofo ou outro. Mesmo Leonard Bloomfield, mais conhecido por ser um behaviorista e por sua associação com o psicólogo Weiss, refletia a visão de ciência e linguagem defendida originalmente pelos positivistas do Círculo de Viena (MATTHEWS, 1993, p. 15-6); Noam Chomsky com alguma frequência cita antigos racionalistas como René Descartes (CHOMSKY, 1965, p. 48, 200, 203, 239) e Gottfried Leibniz (CHOMSKY, 1965, p. 49-52, 203); e, mesmo em funcionalismo lingüístico, Talmy Givón não poupa referências a filósofos com quem a área tem (ou não) afinidade, como Ludwig Wittgenstein (GIVÓN, 2001, p. 30,

43, 477), Platão (GIVÓN, 2001, p. 6, 30, 42, 439) e Charles Sanders Peirce (GIVÓN, 2001, p. 34, 36), aceitando o fato de que contribuições positivas à interpretação dos dados encontrados em lingüística podem vir de especulações filosóficas, e os desenvolvimentos nesta área sempre puderam trazer benefícios àquela.

Indo contra as idéias mais tradicionais de ciência na primeira metade do século – como a preocupação encontrada em Popper (2007) com elaboração de bases de justificação que demarcavam o que era, por exemplo, um *conceito de ciência empírica* (POPPER, 2007, p. 40) evitando cair no problema de indução colocado por Hume¹ (WATKINS, 2000, p. 343) – Kuhn (2007) se tornou o livro de filosofia mais influente e mais lido desde a Segunda Guerra Mundial, repudiando enfim propostas como a de uma linguagem de observação que fosse neutra (RORTY, 2000, p. 204) e definindo conceitos como mudança de paradigma e ciência normal. Mas, as mudanças estavam acontecendo na área da lingüística também.

Ainda a partir de meados do século passado, a lingüística começou a se dividir e se tornar mais diversificada²: por um lado, os chomskianos surgiram com o desenvolvimento do programa gerativo, formando um grupo que na década seguinte se fragmentaria; por outro, Pike e outros missionários formaram um grupo distinto numeroso mas menos influente; e, além desses dois grupos, também surgiram os estratificationistas liderados por Lamb (MATTHEWS, 1993, p. 28-9)

Uma vez derrubada as antigas idéias sobre ciência, e com o enriquecimento da variedade teórica, o terreno havia sido preparado para a exposição de propostas contrárias às idéias mais tradicionais sendo essas reações, por vezes, radicais. Esse foi o caso do livro mais importante, metodologicamente falando, para minha chegada até o tema aqui proposto: *Contra o Método*, de Paul Feyerabend.

A idéia de que um anarquismo teórico³ nos estudos científicos⁴ seria mais apto a estimular o progresso (FEYERABEND, 2003, p. 31) sem dúvida alguma me levou a

¹ Para um tratamento simplificado sobre o problema de indução direcionado ao público em geral, ver Vickers (2010).

² É interessante que, até então, isso era visto como um problema. Bloomfield, por exemplo defendia que ao haver uma cisão em diferentes grupos, era de se esperar que um deles se proclamasse uma “escola” e viesse a criticar todos os outros (MATTHEWS, 1993, p. 28).

³ O anarquismo teórico de Feyerabend merece uma atenção uma vez que ele pode parecer ainda mais radical do que realmente é. Uma ressalva a ser feita é a de que a defesa de uma visão anárquica em epistemologia ou na filosofia da ciência não é necessariamente relacionada ao anarquismo político, tanto que o próprio autor apresenta reservas a essa visão de governo (FEYERABEND, 2003, p. 31), e essa foi

continuar minhas incursões teóricas em outras disciplinas com menos medo, e me ajudou a ver o quanto o diálogo entre diferentes disciplinas – ou mesmo entre correntes contrárias dentro da mesma disciplina – era não só proveitoso como indispensável para um melhor entendimento do material de estudo ao colocar idéias distintas em choque. O objetivo final era, portanto, que teorias fossem testadas umas contra as outras (PRESTON, 2000, p. 144) e, para isso, se eu precisasse utilizar um método único, sem dúvida alguma a minha melhor escolha, a única que não inibiria o progresso, seria: “Tudo vale”⁵ (FEYERABEND, 2003, p. 47). Não é nenhuma surpresa, portanto, que ele tenha adquirido uma reputação de *enfant terrible* (REAVEN, 2000, p. 19) e irracionalista (PRESTON, 2000, p. 145), motivos que o levaram às vezes a se arrepende de ter escrito o livro (PRESTON, 2009).

Apesar de ter sido intitulado até mesmo como “o pior inimigo da ciência”, Feyerabend mostrou apenas o quão complexa – mas fascinante! – a ciência de fato é (MUNÉVAR, 2000, p. v-vi), e não deixou de ter um cientista como o seu grande herói (REAVEN, 2000, p. 20). E é, com base nessa complexidade que podemos explicar o como o tema desse trabalho começou a ser analisado pela linha teórica escolhida: tanto os temas abordados como os trabalhos consultados durante a revisão de literatura vieram de um conjunto de perspectivas diferentes, fazendo um amálgama de visões peculiarmente feyerabendiano.

Um pouco antes da publicação do livro de Feyerabend, outro filósofo, John L. Austin, publicou um livro ainda mais influente: *How to do Things with Words*, o que iniciou os estudos sobre atos de fala e cujos detalhes serão explicados no capítulo a seguir. A pergunta que eu tinha sobre a área da pragmática era se aquelas taxonomias desenvolvidas podiam ser aplicadas em qualquer língua se refletindo na sua gramática. E, se não fosse, que tipo de taxonomia seria necessária para tal fim.

uma posição à qual ele chegou através de um exame de episódios históricos (Galileu sendo um personagem freqüente) junto a uma análise entre as idéias e as ações tomadas (MUNÉVAR, 2000, p. 65). É importante frisar que com isso, só é negada a existência de um método científico ou método racional único, mas a racionalidade em geral pode persistir indiferente a essa crítica (PRESTON, 2000, p. 86). Como ele dizia, “um anarquista é como um agente secreto que participa do jogo da Razão de modo que solape a autoridade da Razão” (FEYERABEND, 2003, p. 49).

⁴ Para uma apreciação das idéias de Feyerabend no que concerne a lingüística, ver Neto (2004).

⁵ Não, nem tudo vale: perceba a referência a “método único”. Esse é apenas um *reductio ad absurdum* contra uma forma de racionalismo, e não expressa necessariamente as idéias minhas ou as de Feyerabend (LLOYD, 2000, p. 115). Se eu mesmo acreditasse que tudo literalmente vale, seria difícil ter escolhido um método para o presente trabalho e permanecido com ele. Mas, como as páginas a seguir demonstram, foi exatamente o que eu fiz, apesar de fazer referência a diversos autores que usaram métodos muitíssimo diferentes dos aqui por mim aplicados.

Não que exista algo de radicalmente novo aí. A partir da gramática transformacional, Kats e Postal propuseram que apenas as estruturas profundas seriam necessárias para interpretação semântica (SADOCK, 2006, p. 66). Ross em seguida levou essa idéia a cabo através da semântica gerativa, tendo entretanto tido vários problemas em relação aos argumentos sintáticos (SADOCK, 2006, p. 67). Mas, naturalmente, esses não foram os únicos a tentar pesquisar os atos de fala a partir de um foco mais formal.

Dentre os outros autores, ao me deparar com König e Siemund (2007), resolvi tentar continuar essa pesquisa através da linha funcional tipológica – os detalhes sendo explicados no capítulo a seguir. O que eu precisava, depois de tomar essa decisão, era de um objeto de estudo radicalmente distinto da(s) língua(s) utilizada(s) por John L. Austin e que pudesse se beneficiar de tal investigação. Entrou aí a família Jê.

A idéia inicial era trabalhar com algumas poucas línguas geneticamente não relacionadas e pesquisar alguma coisa na interface sintaxe-pragmática, possivelmente relacionada à teoria de atos de fala, maximizando a diversidade. Mas na hora de fazer o recorte e buscar uma questão mais pontual, os problemas metodológicos se tornavam eminentes. Ponto para Thomas Kuhn: o sucesso de um paradigma de fato advém da promessa de poder resolver problemas que ainda estejam incompletos (KUHN, 2007, p. 23-4)... Então, o que eu precisava era encontrar um problema que estivesse incompleto e em harmonia com o paradigma escolhido nesse primeiro momento! Mas, qual?

Acabei por fim escolhendo as línguas da família Jê graças a um questionamento presente em Sadock e Zwicky (1985) sobre a possibilidade de existirem línguas que apresentam um sistema de alinhamento ergativo nas orações imperativas. Minha orientadora já havia atestado o fato de que as línguas Jê setentrionais possuem um comportamento “peculiar” nos seus comandos, possivelmente respondendo à hipótese de Sadock e Zwicky, e nós não sabíamos de nenhum trabalho que já tivesse estudado a questão. A necessidade era, ao final, poder descobrir o que motivava esse comportamento curioso. Entretanto, o caminho tomado por essa dissertação acabou se distanciando um pouco do estipulado inicialmente por virtude dos dados encontrados não só nas línguas em que esse comportamento existia, como também no resto da família.

Por isso, mesmo este sendo um trabalho sobre a família Jê, espero ter conseguido trazer exemplos relevantes o suficiente de outras famílias lingüísticas, e quiçá assim torne-se lugar

comum estudar as línguas indígenas do nosso país não como um fenômeno isolado, mas como um conjunto de exemplares de um grupo maior: o das línguas do mundo.

Assim sendo, os objetivos do presente trabalho são:

- Primeiramente mostrar as diferenças sintáticas entre orações imperativas e proibitivas nas línguas Jê;
- Em segundo lugar mostrar as origens dessas diferenças sintáticas e das estratégias das quais elas se originaram;
- E, por fim, chamar atenção para as estruturas relacionadas, muitas com as quais compartilham de várias características sintáticas, e que estejam pouco descritas na literatura.

2. Revisão Bibliográfica

O caminho percorrido pela linguagem tem sido longo e complexo, não diferente do caminho dos estudos que buscam explicar o seu funcionamento e estrutura.

Ao nos compararmos com os nossos parentes mais distantes do reino animal, vêm-se traços do que chamamos de “linguagem”. Os macacos da espécie *Cercopithecus aethiops* apresentam diferentes chamados com referenciais semânticos distintos e fonologicamente arbitrários, avisando sobre a presença de “leopardo”, “cobra” e “águia” (SEYFARTH, CHENEY e MARLER, 1980), mostrando que a diferença entre a fala humana e os chamados apresentados pelos primatas nesse estudo (e em outros realizados pelos mesmos autores), não é tão grande quando outrora se imaginava, enfraquecendo assim as dúvidas em relação à ligação evolutiva entre os dois tipos de comunicação (CARSTAIRS-MCCARTHY, 2003, p. 9). E, apesar de normalmente esse tipo de comunicação ser considerada na literatura em geral como restrita a imperativos, há relatos de uso de enunciações indicativas, ainda que em número bastante reduzido (HEINE e KUTEVA, 2007, p. 127). Então, o que há de especial na fala humana? Quando ela surgiu e, de maior relevância para o presente trabalho, como ela começou a ser analisada?

Em torno de 200 mil anos atrás, em algum rincão distante na África, uma população de indivíduos da espécie conhecida como *Homo Sapiens* – indivíduos esses com características físicas até então novas, como cérebros maiores – começaram a se engajar numa série de práticas até então inédita: eles começaram a produzir várias ferramentas adaptadas para fins específicos (criando assim uma “indústria” incipiente de ferramentas), inauguraram novos tipos de práticas e organizações sociais (chegando a criar instituições religiosas, governamentais, educacionais e comerciais depois de milênios) e, de maior interesse para o presente trabalho, também houve o surgimento do uso de símbolos para se comunicar e estruturar sua vida social (TOMASELLO, 2003, p. 2). Arraigado ao uso desses símbolos temos o surgimento não só de símbolos artísticos, mas o advento da linguagem e da comunicação através de símbolos lingüísticos, a ponto de muito mais tarde algumas populações criarem também, em cima desse uso, sistemas de linguagem escrita, como o utilizado no presente trabalho.

Comparado com o tempo em que esses símbolos lingüísticos têm sido utilizados, seu estudo sistemático é bastante recente, datando menos que três milênios. A mais importante contribuição da Índia, a gramática de Pāṇini intitulada *Aṣṭādhyāyī* continha 4000 regras independentes, foi publicada aproximadamente no século VI A.C. (BUTT, 2006, p. 15), tendo sido escrita apenas alguns séculos depois do tratado hindu mais antigo já encontrado, o

“Nirukta” de Yaska¹ que torna a região pioneira nos estudos da linguagem, apesar de ter sua tradição descoberta apenas recentemente; na Grécia Antiga, o estudo da linguagem se deu a partir da filosofia, e apesar da evidência em relação a questionamentos sobre a linguagem serem esparsos num primeiro momento entre os pré-socráticos, Parmenides (séc. V A.C.) usou a linguagem a fim de defender um monismo metafísico bastante atípico, sendo corrigido posteriormente por Platão e Aristóteles ao analisarem as questões sintáticas e semânticas da língua grega (SHIELDS, 1998, p. 357). Platão, por sua vez, já debatia sobre a origem da linguagem e algumas questões relativas à etimologia, sendo os fundamentos da gramática grega posteriormente lançados por Aristóteles (MATTOSO CAMARA JR., 1975, p. 26). A linguagem, entretanto, constantemente era estudada ou como um instrumento para a descrição da realidade, ou sistematizada como tal.

No início do século já se dizia que “A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de comunicar idéias, emoções, e desejos através de um sistema de símbolos produzidos voluntariamente”². Ainda que essa definição presente em Sapir (2004, p. 5) possa ser contestada hoje em dia por considerar a linguagem um sistema não-instintivo (LYONS, 1987, p. 3), ela evidencia uma evolução no pensamento das funções da linguagem, mostrando um foco maior para a comunicação. Graças a elas, é possível, por exemplo, elicitare respostas, fornecer informações, fazer apostas, e dar comandos. Mas, nem sempre esse aspecto da linguagem foi óbvio, e a devida atenção ao uso da linguagem em si veio um pouco depois de Sapir, como através de questionamentos similares aos feitos por Wittgenstein em relação ao significado como uso (WITTGENSTEIN, ANSCOMBE, *et al.*, 2009, p. 22) e ao comparar a língua a um jogo citando inclusive exemplos do que pode ser feito com as orações em um idioma (WITTGENSTEIN, ANSCOMBE, *et al.*, 2009, p. 13). Isso não quer dizer que a negligência em relação ao estudo dos diferentes usos da linguagem não foi acriticamente aceita até o século passado. Podemos citar como exceção o escocês Thomas Reid que expressou no século XVIII seu questionamento sobre essa lacuna nos estudos da linguagem chamando a atenção para o fato de que³:

¹ Segundo Mattoso Camara (1975), esse tratado foi publicado no século IV A.C. sendo esse o mesmo século da publicação de “Aṣṭādhyāyī”. Apesar da variação das datas de acordo com as diferentes fontes, foi optado por manter a data mais antiga no corpo do texto já que, mesmo utilizando a data mais distante, é possível argumentar que os estudos da linguagem são bastante recentes na Índia se comparados ao tempo em que a língua falada tem sido utilizada por diferentes povos.

² Tradução do autor. No original lê-se “Language is a purely human and noninstinctive method of communicating ideas, emotions, and desires by means of a system of voluntarily produced symbols.”

³ Texto Original: “In every language, a question, a command, a promise, which are social acts, can be expressed as easily and as properly as judgment, which is a solitary act. The expression of the last has been honoured with a particular name; it is called a proposition; it has been an object of great attention of

Em toda língua, uma pergunta, um comando, uma promessa, as quais são atos sociais, podem ser expressas fácil e propriamente como julgamento, o qual é um ato solitário. A expressão do último tem sido honrada com um nome próprio; é chamado de proposição; tem sido objeto de grande atenção pelos Filósofos; tem sido analisada em seus próprios elementos como sujeito, predicado e cópula. Todas as várias modificações desses, e as proposições que são compostas por eles, têm sido ansiosamente examinadas em vários tratados volumosos. *A expressão de uma pergunta, de um comando, ou de uma promessa, é tão capaz de ser analisada como a de uma proposição; mas não vemos que isso tenha sido tentado; não temos sequer dado um nome diferente às operações que eles expressam* (REID, 1875, p. 74) [grifo nosso]

Então, como foi que essas possibilidades começaram a ser estudadas mais a fundo pelos estudiosos da linguagem? Quais são os precedentes teóricos utilizados no presente trabalho? Em resumo, podemos traçar duas origens distintas das quais apresentamos aqui uma interseção: por um lado, têm-se os estudos da Filosofia da Linguagem Comum⁴ e, por outro, a Lingüística Tipológico-Funcional.

2.1 A Teoria dos Atos de Fala e as taxonomias de Austin e Searle

Apesar das palavras proferidas por Reid, mais de um século se passou sem que houvesse um estudo sistemático desses outros tipos de oração que fosse amplamente reconhecido pelo público em geral. Brock (1981) defende que Charles Sanders Peirce também tinha criado um sistema próprio de atos de fala, enquanto o fenomenólogo Adolf Reinach chegou a desenvolver uma teoria do que ele chama de “atos sociais” (coincidentemente, o mesmo termo utilizado acima por Reid) em 1913 (SCHUHMANN e SMITH, 1990, p. 48).

Mas, o estudo dos atos de fala, assim como conhecemos hoje em dia, começou com o filósofo inglês John L. Austin em meados do século passado, sendo um ataque elaborado contra a noção de que existe uma diferença entre falar e agir (e que tudo que a fala faz é descrever o mundo) e contra a idéia de que toda oração com algum significado deva ser empiricamente verificável.

Philosophers; it has been analysed into its very elements of subject, predicate, and copula. All the various modifications of these, and of propositions which are compounded of them, have been anxiously examined in many voluminous tracts. The expression of a question, of a command, or of a promise, is as capable of being analysed as a proposition is; but we do not find that this has been attempted; we have not so much as given a name different from the operations which they express.”

⁴ Também chamada em português de “Filosofia da Linguagem Ordinária” através de uma tradução literal de seu nome em inglês, “Ordinary Language Philosophy”.

John L. Austin elaborou sua definição e sua tipologia de atos de fala nas “Palestras William James” de 1955, posteriormente publicadas no livro “How to Do Things with Words”. Várias das preocupações expressas por ele durante a palestra não são relevantes aqui. Por exemplo, o que faz com que um padre possa unir um casal em uma cerimônia apropriada, mas impede que o autor do presente trabalho faça o mesmo ainda que esteja no mesmo ambiente; ou o que nos permite fazer promessas que elas valham alguma coisa.

Resumindo, o que nos é lembrado por Austin é o fato de que a língua não é apenas utilizada para enunciar uma proposição – a qual pode ser verdadeira ou falsa – mas também serve para que possamos nos engajar em uma série de outras atividades sociais. Como diria Wittgenstein, “não pergunte pelo significado”, mas sim “pergunte pelo uso”. Por essa razão, uma teoria de Atos de Fala, como a desenvolvida por Austin, precisa ser em parte taxonômica e em parte explicativa, a fim de classificar os diferentes tipos de atos de fala e as diferentes formas em que eles podem falhar ou obter sucesso em expressar o que de fato pretendem. (BACH, 1998, p. 81).

O que nos é válido no presente trabalho, primeiramente, é a distinção elaborada na oitava palestra no que concerne atos locucionários, atos ilocucionários, e atos perlocucionários:

- **Atos locucionários:** O equivalente de enunciar uma sentença com um certo sentido e referência, o qual pode ser visto como equivalente ao significado tradicional da palavra “significado”. Por exemplo, alguém me dizer “Você não pode fazer isso!”
- **Atos ilocucionários:** É o que se busca fazer com o ato de fala. Por exemplo, informar, avisar, ordenar, e daí por diante. No caso, ao alguém me dizer “Você não pode fazer isso!” essa pessoa estaria protestando contra o fato de eu estar fazendo alguma coisa.
- **Atos perlocucionários:** Aquilo que se consegue através do ato locucionário, como convencer, deter, ou até surpreender alguém. No exemplo dado acima, eu posso ter sido parado ou perturbado pela pessoa que protestou contra o que eu fazia ao dizer “Você não pode fazer isso!”.

Parte dessa terminologia será usada mais adiante durante a discussão sobre a gramática da língua e como ela se relaciona com as diferentes funções. Além dessa distinção entre os diferentes tipos de ações realizadas ao falar, John L. Austin conclui na última das palestras a elaboração de sua tipologia de atos de fala. A saber:

- **Comissivos:** O ato de prometer, ou de se comprometer a fazer algo. Podem também ser incluídos aqui declarações ou anúncios de intenção, os quais não são promessas.
- **Conductivos:** O ato de realizar condutas sociais, como se desculpar, dar os parabéns a alguém, elogiar, dar condolências, amaldiçoar, ou desafiar.
- **Exercitativos:** O ato de apontar alguém para alguma função, votar, ordenar, advertir, avisar, e atos similares.
- **Expositivos:** O ato de expor o que está sendo dito, utilizando expressões como “Eu respondo”, “Eu concedo”, “Eu ilustro”, “Eu assumo”.
- **Veriditivos:** O ato de dar um veredito, um exemplo, uma estimativa etc

Esse foi o início do estudo sobre os atos de atos de fala, e ele tem sido aprimorado desde então por diversos autores. Depois de Austin, Searle (2002) foi o mais importante teórico envolvido no desenvolvimento desses estudos e, ao rever a taxonomia proposta por Austin, desenvolveu a classificação normalmente mais aceita entre os filósofos da linguagem hoje em dia, que é:

- **Assertivos:** Essa é a asserção de uma proposição em geral.
- **Compromissivos:** O compromisso por parte do falante de fazer uma ação.
- **Declarações:** Um tipo de ato de fala que, ao ser dito, causa uma mudança no mundo, como o ato de um padre falar “Eu vos declaro marido e mulher” no contexto apropriado.
- **Diretivos:** Um pedido para que o ouvinte faça alguma coisa – pode se tratar desde uma pergunta, o que pediria uma resposta em seguida, ou um comando, que seria seguido de uma ação.
- **Expressivos:** Expressam uma atitude do ouvinte em relação a uma situação, como “Sinto muito”.

É essa tipologia de atos de fala que foi utilizada como ponto de partida pelos lingüistas citados mais à frente.

A importância que essas orações têm para a lingüística, inclusive, se deve ao fato de que elas parecem ser atos de determinação de significado, no sentido em que não é possível identificar o que o falante quer dizer ao enunciar uma oração a não ser que ela seja

determinada dentre os vários tipos de atos no qual falante se engaja ao fazer uma enunciação em sua língua (TSOHATZIDIS, 1994, p. 2). Mas, como isso se reflete nas línguas do mundo? E como estudar o fenômeno da teoria dos atos de fala de acordo com a metodologia utilizada neste trabalho?

2.2 A Lingüística Tipológico-Funcional

A tradição pós-Socrática grega tinha em sua visão da linguagem duas versões extremas de universalismo (apesar do desdém pelas línguas bárbaras), já que se acreditava que a análise da língua grega poderia funcionar como uma norma humana universal, e de mentalismo, devido à crença de que os silogismos e a retórica aristotélicas eram tanto regras da linguagem humana como modos do pensamento humano. O mentalismo e o universalismo da Grécia Antiga se perpetuaram pelas Idades Média e Moderna, através da tradição *Modistae* naquela e a gramática de Port Royal nesta.

O Romantismo Alemão, por sua vez, teve como alguns de seus ilustres expoentes August Schleicher e Wilhelm von Humboldt. Schleicher, influenciados pelas idéias de Charles Darwin e G. W. F. Hegel. Schleicher acreditava que o desenvolvimento da linguagem era como o desenvolvimento de um organismo natural com leis fixas de crescimento e morte, dependendo “dos traços físicos dos pensamentos e dos órgãos da fala”, sendo o que ele considerava um traço racial humano. Isso acabou levando a classificação tipológica das várias línguas do mundo a uma explicação metafísica da evolução lingüística⁵. Von Humboldt, por outro lado, acreditava que a linguagem estava inevitavelmente ligada ao pensamento humano – mostrando também assim suas tendências mentalistas – e podia apenas ser estudada como um fenômeno da história da humana, tendo sido responsável por estender a tipologia interlingüística às Américas e ao Pacífico – mostrando, por esse lado ainda, uma espécie de universalismo de base tipológica.

Depois vieram os neogramáticos, inspirados pelas idéias de Wilhelm Scherer. Por influência do iluminismo, tinham certa desconfiança das tradições mentalistas precedentes;

⁵ Segundo Schleicher, as línguas eram, num primeiro estágio isolantes, sendo suas funções sintáticas expressas exclusivamente pela posição da palavra; depois viria um estágio nos quais os elementos formais eram ligados à raiz que permanecia inalterada, sendo essas as línguas aglutinantes; no ápice ter-se-iam os elementos formais assimilados juntos das raiz que adquiria a capacidade de modificação interna, como no caso do Ablaut indo-europeu, culminando na *Ursprache* indo-germânica como o modelo mais completo de uma língua flexional (MATTOSO CAMARA:1975, p. 69). Sem dúvida, a descoberta das línguas ditas polissintéticas seria uma surpresa um tanto desagradável para August Schleicher.

entretanto, como membros de uma tradição eurocêntrica, continuavam com um universalismo “miope” no que concernia a postulação de julgamentos de valor em relação a tipos de línguas ideais (GIVÓN, 1984, p. 4).

No século passado houve a ascensão do estruturalismo na lingüística, teorizando sobre a separação do sistema (chamado de *langue*) da expressão realmente usada no dia-a-dia (chamada de *parole*); a separação da sincronia (o estado abstrato no qual a língua se encontrava em um momento fixo) e da diacronia (a mudança contínua da língua através do tempo); e a separação da forma e da função. Essa tendência levou ao estruturalismo americano, cuja figura central foi L. Bloomfield, o qual se divorciou do mentalismo do estruturalismo de Saussure seguindo através do behaviorismo e do positivismo lógico ao outro extremo. Isso por sua vez levou a uma atitude anti-universalista influenciada pelo relativismo defendido pela hipótese de Sapir-Whorf. Ao começar a década 1960 essa situação levou a duas repostas diferentes: Noam Chomsky, através de sua abordagem gerativa, atacou o behaviorismo psicológico; e Joseph Greenberg, por outro lado, criticou o relativismo antropológico através de sua abordagem tipológica (CROFT, 2003, p. 4). Analisemos primeiro a abordagem Chomskiana para depois explicar como funcionará a abordagem feita nesse trabalho.

A teoria gerativa não foi uma quebra completa com as tradições que a precederam, apesar de ter ajudado a mudar várias das idéias em voga nos estudos lingüísticos ao redor do mundo. Segundo (GIVÓN, 1984, p. 7), a abordagem gerativista consistia nos seguintes componentes⁶:

- **Forma e Função:** A sintaxe era vista como uma estrutura independente de significado e função;
- **Inatismo:** O racionalismo cartesiano foi adotado com uma ênfase formal-estrutural contrastando com o mentalismo-nocional do pensador francês. Nas palavras de Chomsky (1965, p. 47-8), enquanto o empirista acredita que a aquisição da linguagem acontece através de processos periféricos, o racionalista acredita que existem idéias inatas e princípios de vários tipos que,

⁶ Para um melhor entendimento do programa gerativista, é recomendável ler os trabalhos feitos por autores que sigam essa linha. Matthews (1993) apresenta uma história da lingüística nos Estados Unidos com uma visão mais favorável à linha chomskiana oferecendo um contexto abrangente que vai desde o início do século passado e Harman (1974) oferece uma apreciação filosófica do gerativismo.

em conjunto com os processos periféricos, auxiliam no aprendizado determinando e organizando as idéias;

- ***Linguagem e cognição:*** As propriedades formais da linguagem eram consideradas base da realidade mental;
- ***Formalização:*** Chomsky adotou do positivismo lógico a assunção de que a língua podia ser descrita como um sistema completo, formal e dedutivo – as categorias eram vistas como essencialmente discretas e platônicas, e as regras gramaticais não teriam exceções;
- ***Integridade Empírica:*** Seguindo a distinção entre *langue* e *parole*, Chomsky introduziu uma de necessidade empírica similar, entre competência e performance – a saber, o conhecimento que o falante tem da língua e o seu uso de fato (CHOMSKY, 1965, p. 4);
- ***Variação interlingüística:*** Um retorno à desatenção da tradição pré-neogramática em relação à natureza e significado da variedade tipológica interlingüística;
- ***Desenvolvimento lingüístico, mudança e evolução:*** Chomsky absorveu a separação entre os estudos sincrônicos e diacrônicos presentes em Saussure e Bloomfield, postulando que seria possível formular universais lingüísticos numa base puramente sincrônica. Além disso, Chomsky colocou que o sistema comunicativo humano era único e incompreensível em termos evolutivos, apesar de também colocar que a evolução e a organização neural ajudam as crianças a falar, não sendo um fenômeno restrito a “meses (ou no máximo anos) de experiência” (CHOMSKY, 1965, p. 59).
- ***Contexto social e cultural:*** A separação entre “competência” e “performance” também permitiu um distanciamento da idéia de que a linguagem é um fenômeno sociocultural.

O presente trabalho segue uma linha teórica que contrasta com boa parte dessas colocações, a qual teve origem principalmente na abordagem tipológica de Greenberg no estudo de universais estruturais e funcionais⁷; no funcionalismo presente no Círculo de Praga; e seguindo um mentalismo que vê a linguagem e a comunicação como relacionadas à cognição. Dentre os autores que seguem a linha teórica Tipológico-Funcional que floriu dos trabalhos de Joseph Greenberg e que foram importantes para a fundação teórica do presente trabalho podemos citar Givón (1984, 2001), Croft (2003), Comrie (1983) e Dixon (2010).

Mas, o que é uma abordagem funcional tipológica e quais são as suas características?

Tipologia, de modo geral, significa, tanto em lingüística quanto em outras ciências, o que podemos chamar de “taxonomia” ou “classificação” sendo, enfim, uma classificação dos eventos estudados em diferentes tipos, normalmente tipos estruturais. De maneira simples, pode-se concluir daí então que a tipologia lingüística se refere à classificação das línguas em diferentes tipos estruturais ou, como Bazell (1958 apud DIXON, 2010, p. 242) resumiu, a tipologia lingüística trata da “classificação das línguas de acordo com sua estrutura geral e não de acordo com relações geográficas ou históricas”.

O próximo passo é entender porém como se dá essa classificação e, seguindo as explanações teóricas dos autores citados acima, podemos destacar as seguintes características:

- **Universais:** Assim como na abordagem gerativa, a pergunta “O que é uma língua humana possível?” é considerada como sendo central (CROFT, 2003, p. 5), sendo feitas abstrações nas estruturas da(s) língua(s) a fim de se procurar por universais. A fim de começar a responder essa pergunta, são estudados os padrões que ocorrem sistematicamente nas diferentes línguas, efetuando uma generalização tipológica. Os padrões encontrados dentro dessas generalizações são o que podemos chamar de universais lingüísticos (CROFT, 2003, p. 1);

⁷ É interessante notar que tanto Chomsky quanto Greenberg, no início da década de 1960 estavam preocupados com “universais lingüísticos” e “universais da linguagem”, tendo esses dois termos aparecido tanto no trabalho de Chomsky em 1961 como na edição de uma conferência também em 1961 por Greenberg. Entretanto cada autor estava buscando uma resposta para um problema diferente, como foi comentado anteriormente pelo fato de que cada um estava respondendo a uma tradição diferente. Além dessa diferença de origens, os objetivos também eram diferentes: Chomsky estava interessado em saber como os falantes poderiam desenvolver o conhecimento de uma língua, enquanto Greenberg tinha interesse em descobrir se de fato existiam universais e, eles sendo reconhecidos e havendo a percepção de que as línguas tendem a mudar em uma direção ou outra, o que estava por trás disso. Sendo esse o caso, foi natural que os métodos de pesquisa tenham sido diferentes e, ainda mais importante, que os programas sejam logicamente diferentes (MATTHEWS, 1993, p. 44-5).

- **Classificação:** Como foi colocado anteriormente, faz parte do trabalho de um tipologista classificar as línguas de acordo com as diferentes construções utilizadas para poder expressar uma função lingüística particular.

Isso pode parecer contraditório. Por um lado, a tipologia busca encontrar propriedades que sejam comuns a diferentes línguas (os ditos universais), e ao mesmo tempo, para poder fazer a classificação entre os diferentes tipos de língua, requer que exista um grau de diferença entre as construções para que seja feita a classificação. O fato é que se o estudo de universais serve para estabelecer os limites de variação dentro de uma língua humana, a tipologia se preocupa diretamente com o estudo dessa variação, tornando impossível conceptual ou metodologicamente separar esses dois tipos de estudo um do outro (COMRIE, 1989, p. 34);

- **Comparação interlingüística:** A fim de encontrar os diferentes universais, e os limites de variação entre as línguas, é feita dentro da abordagem funcional tipológica uma comparação entre diferentes línguas;
- **Inclinação funcionalista:** Aliado ao estudo das estruturas, também se defende na tipologia que elas devam ser explicadas de acordo com a sua função lingüística. Quer dizer, como Givón (2001, p. 34) coloca, é o estudo da diversidade das estruturas que podem desempenhar o mesmo tipo de função – ou, de maneira mais elaborada – “as principais formas estruturais em tipologia são enumeradas desde que mapeiem o mesmo domínio funcional”;
- **Abordagem empírica:** Em contraste ao racionalismo gerativista vindo da sua concepção inatista da linguagem, a tipologia faz generalizações através de um método indutivo, analisando diversas línguas e tirando as possíveis conclusões em seguida. Como Croft (2003, p. 2) aponta, a classificação tipológica representa a observação e classificação de um fenômeno observado, a generalização tipológica que leva aos universais lingüísticos corresponde à formação de generalizações sobre nossas observações e, por fim, a abordagem funcional tipológica (que requer explicações em termos cognitivos e socio-

interacionais, dentre outros) acaba por construir explicações às generalizações observadas – nesse sentido em que se segue de particulares para universais, podemos dizer que a tipologia funcional tipológica se trata de uma explicação científica empirista no estudo da linguagem.

Seguindo essa linha de pesquisa, então, como é possível analisar os diferentes tipos de atos de fala através de uma abordagem Tipológico-Funcional?

2.3 A Interseção: Teoria de Atos de Fala e Lingüística Tipológico-Funcional

Como foi visto anteriormente, a teoria de atos de fala tem como um de seus conceitos centrais a idéia de “ato ilocucionário”. Os filósofos que propuseram classificações taxonômicas, entre os quais podemos citar Austin (1975) e Searle (2002) que já vimos anteriormente, concentraram seus esforços em uma análise intuitiva baseada a priori, sem muita referência direta às expressões lingüísticas dos atos locucionários – e aqui entra em choque a maneira de pensar do filósofo e do lingüista sob uma orientação funcional tipológica: para o filósofo, não existe nenhuma razão em especial pela qual ele deva levar a forma lingüística das orações em consideração uma vez que ele está preocupado com a função das orações apenas. Entretanto, para o lingüista a forma da oração é crucial, e para o tipologista, é uma fonte de hipóteses (CROFT, 1994, p. 460-1). O primeiro passo é, portanto, classificar as orações de acordo com a sua forma, e não apenas de acordo com a sua função.

Na maioria das línguas, as orações podem ser classificadas de acordo com suas características estruturais em pequenos grupos, cada um deles associados com um tipo de ato ilocucionário potencial, doravante “AIP” (SADOCK, 2006, p. 71). Um grupo pode ter AIPs como dizer, clamar e atestar; outro pode ter AIPs como perguntar e requisitar informações; e ainda é possível que um grupo tenha AIPs relacionados a pedidos, comandos e ordens. O essencial é que, afim de esses grupos e seus AIPs contem como um sistema, eles devem ser mutuamente exclusivos: uma oração que faça parte de um grupo não pode também fazer parte de outro, e toda oração de uma língua deve pertencer a um ou outro grupo – nem é possível que ela faça parte de dois grupos, nem é possível que ela pertença a grupo algum.

Para poder compreender melhor a classificação utilizada no presente trabalho, será feita uma breve revisão sobre quatro trabalhos que levaram à posição aqui utilizada: Sadock e Zwicky (1985), König e Siemund (2007), Xrakovskij e Birjiulin (2001), Van Der Auwera e Lejeune (2008), e Croft (1994). Os dois primeiros trabalhos, relativos às construções

sintáticas dos diferentes tipos de atos de fala, serão analisados conjuntamente; os outros dois trabalhos, que lidam de forma mais específica sobre imperativos e proibitivos, serão vistos individualmente, mas com uma maior integração entre si; por fim, o último trabalho é uma revisão sobre o conteúdo visto nas obras anteriores no que se refere não só à classificação dos diferentes tipos de atos de fala, mas também sobre cognição e como ela se relaciona a essa parte da tipologia lingüística, adicionando um nível explicativo às descrições até então formuladas.

2.3.1 Sadock e Zwicky (1985) & König e Siemund (2007): Uma primeira passagem pela relação entre sintaxe e atos de fala

É tomado como um pressuposto em tipologia que, para cada função, as línguas possuam estruturas sintáticas distintas, ou mesmo formas específicas reservadas para essas funções, como partículas especiais, afixos, ordem das palavras, entonação, elementos ausentes, ou mesmo alternâncias fonológicas, sendo possível a ocorrência de mais de uma estratégia numa mesma forma. Essa coincidência entre estrutura gramatical e convenção conversacional é chamada na literatura de “Tipo de Oração”. Como exemplos de diferentes tipos de oração nas diferentes línguas do mundo, podemos citar:

“Pedro está comprando pão” (declarativa)

“Pedro está comprando pão?” (interrogativa), e

“Compre pão, Pedro!” (imperativa).

Ao analisar línguas que não são geneticamente relacionadas, constata-se que esses três tipos de oração são bastante comuns nas línguas naturais, apesar do uso de estratégias diferentes. Groenlandês exibe uma série de afixos verbais que distinguem orações declarativas, interrogativas e imperativas:

(A) Iga-voq

cozinhar-DECL.3.SG

“Ele cozinha” (KÖNIG e SIEMUND, 2007, p. 278)

(B) **Iga-va**
 Cozinhar-Q.3.SG
 “Ele cozinha?” (KÖNIG e SIEMUND, 2007, p. 279)

(C) **Iga-git / -guk**
 cook-IMP.2.SG / -IMP.2/3.SG
 “Cozinhe! / Cozinhe isso!” (KÖNIG e SIEMUND, 2007, p. 279)

Outras línguas possuem outras estratégias, mantendo ainda uma distinção formal entre os diferentes tipos de oração. Em Lakhota, uma língua Siouan norte-americana, são adicionadas algumas partículas ao final da oração sem mudança em sua estrutura sintática:

(D) Hokǰíla ki agúyapi ki yúta-ḥa (yeló)
 garoto ART.DEF pão ART.DEF comer-PRG DECL
 “O garoto está comendo o pão” (VAN VALIN JR., 2003, p. 322)

(E) Hokǰíla ki agúyapi ki yúta-ḥa he?
 garoto ART.DEF pão ART.DEF comer-PRG Q
 “O garoto está comendo o pão?” (idem) (VAN VALIN JR., 2003, p. 322)

(F) Agúyapi ki yúta ye
 pão ART.DEF comer IMP
 “Coma o pão!” (VAN VALIN JR., 2003, p. 323)

Em japonês, as orações declarativas são distinguidas das orações imperativas através de um contraste paradigmático claro, enquanto a distinção entre orações declarativas e interrogativas se dá pela adição de um morfema final:

(G) **Sakana-o tabe-ro**
 Peixe-OBJ comer-IMP
 “Coma o peixe!”

- (H) Sakana-o taberu- \emptyset
 Peixe-OBJ comer-PRES.IND
 “Eu como o peixe”
- (I) Sakana-o tabe-**ru-ka**
 Peixe-OBJ comer-PRES.IND-Q
 “Você come peixe?”

Temos então três tipos recorrentes de oração distinguidos pela sua forma através de diferentes línguas do mundo. Seguindo os conceitos de AIP visto acima, é possível agora postular que as orações declarativas têm AIPs como dizer, clamar e atestar; orações interrogativas têm AIPs como perguntar e requisitar informações; e, por fim, as orações imperativas têm AIPs relacionados a pedidos, comandos e ordens.

O problema é que dividir os diferentes atos de fala de acordo com os principais tipos de oração não é uma tarefa exatamente simples. Como colocado acima, o interesse de um filósofo da linguagem não é o mesmo que um lingüista ao fazer uma análise Tipológico-Funcional, e ao comparar a tipologia usada em Searle (2002) com esses tipos de oração que nos são aqui relevantes, temos um pequeno problema no que tange a distribuição dos atos de fala: assertivos, compromissivos, declarações e expressivos todos correspondem às orações declarativas; diretivos, todavia, correspondem tanto às interrogativas como às imperativas. Se por um lado, existem muitas divisões nas orações declarativas, a quantidade de tipos diferentes nos outros tipos de oração deixa a desejar. Essa taxonomia, portanto, não é exatamente a mais adequada aqui.

Tipologia de Searle (2002)	Tipos de Oração
Assertivos	
Compromissivos	
Declarações	Declarativas
Expressivos	
Diretivos	Interrogativas
	Imperativas

Tabela 2.I: Comparação da distribuição dos tipos de oração na tipologia dos atos de fala proposto por Searle

Classificações mais intuitivas de atos ilocucionários e classificações baseadas em princípios filosóficos constantemente falham em corresponder com os critérios formais que distinguem os tipos de oração. Vários autores, segundo Sadock (2006), concordam que as orações interrogativas devem ser vistas como uma espécie de imperativo por ser um pedido por informação. Mas segundo Sadock & Zwicky (1985) não existe registro de uma língua que alinhe as orações interrogativas de maneira clara com as orações imperativas. Outro exemplo de falha de correspondência é o fato de as interrogativas, ao contrário do que se pensaria sob critérios filosóficos, não estarem necessariamente agrupadas uniformemente sob o ponto de vista ilocucionário, mas freqüentemente as perguntas polares – que requerem como resposta “sim” ou “não” – formam uma classe distinta em relação às outras perguntas que, por sua vez, se assemelham mais às orações declarativas. Em chinês, por exemplo, perguntas gerais são similares às orações declarativas tendo como diferença a substituição do que se quer saber pelo pronome, enquanto existe uma construção especial usada nas perguntas polares; em alemão, seguindo essa tendência, têm-se as perguntas gerais em construções paralelas às declarativas enquanto as perguntas polares apresentam uma diferença na ordem dos constituintes: as perguntas polares começam com o verbo finito enquanto as outras sentenças não.

(J) tā zài (jiā) bu zài jiā
 3.SG LOC casa NEG LOC casa
 “Ele/Ela está em casa?” (König & Siemund, 2006, p. 297)

(K) Hufei mǎi-le yī-běn-shū
 Hufei comprar-ASP um-CLF-livro
 “Hufei comprou um livro” (CHENG, 1997, p. 5)

(L) Hufei mǎi-le shénme?
 Hufei comprar-ASP que
 “O que Hufei comprou?” (CHENG, 1997, p. 5)

- (M) Was hat er gekauft?
Que ter.3SG ele comprado
“O que ele comprou?” (SADOCK, 2006, p. 2)
- (N) Ein Buch hat er gekauft.
Um livro haver3SG ele comprado
“(Foi) um livro (que) ele comprou” (SADOCK, 2006, p. 2)
- (O) Hat er ein Buch gekauft?
haver.3SG ele um livro comprado?
“Ele comprou um livro?” (SADOCK, 2006, p. 2)

Como proceder então?

O conjunto de recursos expressivos que são utilizados nas mais diversas línguas do mundo para distinguir os diferentes tipos de oração, como visto acima, são comumente considerados parte dos sistemas gramaticais: entonação; flexão – ou seja, a adição ou omissão de afixos flexionais; ordem sintagmática; e a adição, omissão, ou substituição dos constituintes da oração (KÖNIG e SIEMUND, 2007, p. 281).

Apesar de existir uma certa heterogeneidade em relação às diferentes possibilidades de se codificar os variados tipos de oração, é possível designar as orações a um ou outro tipo dentro de uma determinada língua sem necessitar de condições extras. Os termos “declarativo”, “interrogativo” e “imperativo” também podem ser atribuídos nas variadas línguas sem maiores problemas, comportando os dados de satisfatória. Quando não, os outros tipos de orações básicas de uma língua tendem a ser interações entre diferentes tipos de propriedades formais, mais do que sendo marcado de fato por um recurso gramatical apenas.

Contudo, não é possível diferenciar ou identificar os diferentes tipos de oração analisando apenas as propriedades formais de todas as línguas – é necessário reconhecer que em alguns casos em que, por exemplo, a língua não faça distinção alguma entre dois tipos de oração, tipicamente entre as orações declarativas e interrogativas. Por outro lado, havendo distinção, não é possível que uma oração pertença a dois grupos diferentes. Sadock e Zwicky (1985), por exemplo, mostram que em inglês não é possível você ter uma oração que seja ao mesmo tempo declarativa e imperativa, sendo os verbos modais exclusivos às orações declarativas: segundo os autores, “Should jump!” ou literalmente “Deveria pular!” não é uma

oração gramatical em inglês. Esse é um argumento a favor de, em algumas línguas, as orações declarativas negativas não serem consideradas como um tipo diferente de sentença, já que as marcas de negação em inglês, por exemplo, podem ocorrer junto com interrogativas e imperativas.

Em outras línguas, entretanto a marcação do negativo não é constante através de diferentes tipos de oração, sendo orações imperativas negativas codificadas de uma forma e orações declarativas negativas codificadas de outra. Esse é um ponto a ser retomado em breve.

Antes de continuar a falar sobre sistemas, é necessário levar em consideração que, ao contrário do que os preceitos teóricos podem ter dado a entender, as orações não são tão bem divididas dentro desses grupos como podemos imaginar a prima facie. Acreditar que as divisões entre esses diferentes tipos de oração e suas respectivas forças ilocucionárias são assim nítidas, numa rápida análise, é uma simplificação grosseira. As orações a seguir, traduzidas de König & Siemund (2007, p. 281), são um retrato de tal dificuldade:

- (1) Está muitíssimo frio nessa sala.
- (2) Você poderia fechar a janela?
- (3) Quem gosta de ser criticado?
- (4) Você deve estar se sentindo muito cansado.
- (5) Por que você não compra algumas ações?
- (6) Garçom, o que esta mosca está fazendo na minha sopa?

Nesses exemplos citados por König & Siemund, podemos perceber que tanto em (1) quanto em (2) as orações que apresentam formas distintas têm a mesma força ilocucionária (representam um pedido para fechar a janela). (3) pode ser apenas uma pergunta retórica, (4) uma maneira de pedir uma informação através de uma oração declarativa, (5) muito provavelmente se trata de uma sugestão e não de um pedido de explicação, enquanto (6) normalmente seria interpretado como uma crítica.

Numa visão mais pessimista, abandonando qualquer suposição de que exista uma correlação entre estrutura e função, a força ilocucionária das orações acima seria puramente um caso de se prestar atenção ao contexto. Outra teoria, entretanto, se baseia na assunção de que as sentenças (1) e (6) são de fato uma afirmação e uma pergunta – mas, em adição a essa força ilocucionária, elas também têm a força de um pedido. Assim sendo, essa função

secundária seria expressa indiretamente, motivo pelo qual seriam “atos de fala indiretos”, sendo essa parte então inferida pelo contexto.

Uma vez resolvidos esses questionamentos e críticas quanto à possibilidade de se usar os diferentes tipos de oração como guias para o estudo dos diferentes atos de fala, partamos para o que podemos chamar de orações imperativas. Como identificá-las, e como elas tendem a se comportar nas diferentes línguas do mundo?

2.3.2 Xrakovskij & Birjulin (2001): Orações Imperativas

Segundo Birjulin (1985 apud XRAKOVSKIJ e BIRJULIN 2001), é possível formular uma definição do que é uma oração imperativa apenas após identificar sua estrutura semântica, a qual parece estar representada por um modelo que une três tipos de “planos” distintos:

1. ***O plano da prescrição:*** Ou ato ilocucionário, que é constituído por quem prescreve, o que é prescrito e seu agente;
2. ***O plano da comunicação:*** Ou ato locucionário, que é constituído pelo falante, pelo ouvinte, e possivelmente, por uma terceira pessoa (singular ou plural) que não é inclusa no ato da comunicação;
3. ***O plano das situações prescritas:*** Ou atos perlocucionários, nos quais os constituintes mínimos são a ação e seu agente.

Assim sendo, orações imperativas são ações ou afirmativas ou negativas que podem ser interpretadas como: “O falante – no seu papel de autor da prescrição – (não) desejando que ocorra a ação P, informa ao ouvinte – que recebe a prescrição – quem deveria ser (ou não) o agente da ação P, assim tentando causar (ou evitar) a ação P através dessa informação” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 5). Isso evita a limitação oferecida pela idéia de que apenas a 2ª pessoa possa ser o recipiente da prescrição, e permite outras combinações. Apesar de o presente trabalho focar principalmente nos casos em que a 2ª pessoa possa ser o recipiente da prescrição, outras combinações serão levadas em consideração no capítulo de análise.

Em seu trabalho, Xrakovskij e Birjulin primeiro dividem as orações imperativas em dois tipos: as que levam uma marcação específica como na oração “Pinte direito!”, e orações sem a marcação, tal qual “Amanhã você irá para Londres” – esse último grupo se tratando, portanto, de orações codificadas de uma forma mas com o ato ilocucionário indireto de uma oração

imperativa, sendo um exemplo de ato de fala indireto. No presente trabalho, como já explicitado anteriormente, serão analisadas primeiramente as construções diretas sendo necessário então definir como elas são e qual comportamento até então encontrado nas diferentes línguas naturais. As outras construções, encontradas na bibliografia das respectivas línguas como tipos marginais de comando também serão analisadas, porém com um enfoque menor.

No que concerne a marcação das orações imperativas nas diferentes línguas do mundo, três características podem ser tomadas como universais (1-3) e outras três (4-6) bastante recorrentes:

1. Não é possível utilizar expressões que explicitem subjetividade no comando, sendo que essas expressões, dentre as quais podemos citar “na minha opinião”, “eu acredito” e “me parece” são bastante comuns em orações declarativas e interrogativas;
2. Requerem o uso de orações narrativas causativas para a conversão entre falas diretas e indiretas (ex.: “O professor disse para João: ‘Leia o parágrafo!’” e “O professor mandou João ler o parágrafo”);
3. Elas são pronunciadas com uma entonação imperativa específica;
4. O uso especializado de marcadores verbais imperativos para a 2ª, 3ª e 1ª pessoas, cujo único papel – ou pelo menos o significado primário – é prescrever;
5. A opção de se usar auxiliares imperativos especializados cujo papel é especialmente importante nas sentenças imperativas de línguas isolantes;
6. Freqüente omissão do sujeito pronominal, um elemento em uma sentença narrativa, e daí por diante.

Atentando para essas tendências, é preciso também recorrer ao fato de que, a fim de serem incluídas no paradigma imperativo, as formas verbais precisam ser regularmente construídas a partir de lexemas cujo significado admita a formação de formas verbais imperativas e devem ser reconhecíveis dentro da sentença como unidades de significado imperativo.

Por fim, é necessário manter em mente também a possibilidade de que as línguas não apresentem a categoria imperativa como uma categoria uniforme através de todos os verbos, podendo mostrar variação em:

- **Gênero:** Em árabe, os verbos no imperativo podem ser distinguidos de acordo com o gênero:

uktub

2SG.M.Escrever

“Escreva! (masculino)” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

uktubī

2SG.F.Escrever

“Escreva! (feminino)” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

- **Classe:** Em Abkhaz, a língua tem diferentes classes que indicam masculino e feminino, existindo a seguinte variação:

uca

2SG.ir

“Vá! (dito para um homem)” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

bca

2SG.ir

“Vá! (dito para uma mulher)” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

- **Aspecto:** Em Russo, a categoria de aspecto é gramaticalizada na forma verbal, sendo possível ter as seguintes construções:

Poj!

2SG.Cantar.IPFV

“Cante!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

Spoj!

2SG.Cantar.PFV

“Cante!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

- **Tempo:** Em algumas línguas existe uma diferença entre ações feitas num futuro imediato e outras num futuro distante, como acontece em Evenki:

eme-kel

Vir-IMP.IMEDIATO

“Venha (agora)!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

eme-dēvi

Vir-IMP.FUTURO

“Venha (depois)!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 21)

- **Voz:** Outra possibilidade é que exista uma variação entre as vozes passiva e ativa nas formas imperativas de uma língua, como acontecia em Latim:

laudā

2SG.elogiar.ATV

“Elogie!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 22)

laudāre

2SG.elogiar.PASS

“Seja elogiado!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 22)

- **Número:** Em línguas que possuem distinção de número, é possível também que essa noção esteja gramaticalizada nas diferentes formas do imperativo, como acontece em Nivkh, uma língua isolada falada nas ilhas Sahalinas:

Ra-ja

Beber-2SG.IMP

“Beba!” (GRUZDEVA, 2001, p. 64)

Ra-ve

Beber-2PL.IMP

“Bebam!” (GRUZDEVA, 2001, p. 64)

Uma outra possibilidade é que as orações imperativas também contenham uma marca de negação, o que as tornam um pedido de prevenção de alguma ação P e não necessariamente um pedido pra que a ação P seja feita. Antes que partamos para a diferença entre orações imperativas afirmativas e orações imperativas negativas, é necessário fazer uma ressalva sobre uma possibilidade postulada em Sadock e Zwicky (1985, 3.2.1.2) em relação a orações imperativas em geral.

Como será visto na seção seguinte existem línguas que apresentam diferentes sistemas de alinhamento e seria natural imaginar que um fenômeno que ocorre nas orações declarativas e nas orações interrogativas ao redor do mundo também seja possível nas orações imperativas. Numa língua em que o imperativo tenha um alinhamento ergativo, você teria a seguinte situação:

- ***Verbos intransitivos:*** Em verbos intransitivos como o verbo “ir”, uma língua em que o alinhamento ergativo estivesse presente no imperativo – assim como estamos acostumados em português – seria um pedido para que o ouvinte fosse para algum lugar.
- ***Verbos transitivos:*** A diferença é que, nos verbos transitivos, um verbo como “convencer” seria um pedido para que o ouvinte fosse convencido (e não que ele se convencesse).

Das línguas analisadas por Sadock e Zwicky (1985), duas apresentam um alto grau de ergatividade: a saber, Dyirbal e Groenlandês. Entretanto, em nenhuma dessas línguas isso aconteceu, apresentando o imperativo de forma igual às outras línguas que não possuem ergatividade. Assim como veremos na próxima seção, as línguas Jê possuem uma riquíssima variedade de sistemas de alinhamento, muitas vezes condicionadas por diferenças na polaridade.

Diferenças de polaridade essas que, como atestado por Sadock e Zwicky (1985, p. 175), desempenham um papel crucial nas orações imperativas, pois as orações imperativas positivas tendem a ser formadas de maneira distinta das orações imperativas negativas – doravante chamadas “proibitivas”.

A análise das construções proibitivas encontradas em Xrakovskij e Birjulin (2001, p. 12.1) lida diretamente com o verbo e com o marcador de negação, dando seis possibilidades encontradas nas diferentes línguas analisadas pelo autor:

1) verbo imperativo com uma marca de negação que possa ocorrer tanto em orações proibitivas como em orações narrativas (ou seja, de tipos de oração que não sejam imperativas), podendo essa marca ser:

a) Um afixo, como em Turco:

- gel-∅
vir
“Venha!”
- gel-me
vir-NEG
“Não venha!”⁸
- gel-me-di
vir-NEG-PST
“(Ele) Não veio!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)

b) Um clítico, como em russo:

- řítaj
ler-IMP
“Leia!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)
- ne řítaj
NEG ler.IMP
“Não leia!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)
- ne řítal
NEG ler.PST.M
“(Ele) não leu” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)

⁸ Apesar de esse exemplo e o anterior terem sido tirados de Xrakovskij e Birjulin (2001), a glosa fornecida pelos autores se encontra incorreta. A glosa interpreta incorretamente “gel” como o verbo “ir” nos primeiros dois exemplos e “vir” no último exemplo. O verbo “ir” em turco é “git” (GÖKSEL e KERSLAKE, 2005, p. xl) e “gel” que significa “vir” (GÖKSEL e KERSLAKE, 2005, p. 401).

c) Um verbo, como em Komi-Zyrian:

- giʒ
escrever
“Escreva!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)
- e-n giʒ
NEG escrever
“Não escreva!” / “Você não está escrevendo!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)

d) Um verbo auxiliar afixado, como em inglês:

- Go there
ir lá
“Vá lá!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)
- Do-n't go there
AUX-NEG ir lá
“Não vá lá!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)
- I do-n't go there
1.SG AUX-NEG ir lá
“Eu não vou lá” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)

2) Um verbo imperativo com um marcador específico utilizado apenas em orações proibitivas, sendo que o marcador pode ser:

a) Um afixo, como em japonês:

- Yame-ru
parar-INF
“Parar”

- Yame-ro
parar-IMP
“Pare!”
- Yame-ru-**na**
parar-INF-**PROB**
“Não pare!”
- Yame-nai
parar-NEG
“Eu/Você/Ele não pára”

b) Uma partícula, como em Armeno:

- grir
escrever
“Escreva!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)
- mi grir
PROB escrever
“Não escreva!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 34)
- Petros-ə ʃi utum xənjor-ə
Pedro-DEF NEG comer maçã-DEF
“Pedro não está comendo a maçã” (HARRIS e CAMPBELL, 1995, p. 236)

c) Um verbo, como em finlandês:

- tul-e
vir-2.SG
“Venha!” (KARLSSON, 1999, p. 168)

- ä-l-ä tul-e
NÃO.FAZER-2.SG vir-2.SG
“Não venha!” (KARLSSON, 1999, p. 168)

- ä-l-kää tul-ko
NÃO.FAZER-2.PL vir-2.PL
“Não venham!” (KARLSSON, 1999, p. 169)

- et tul-e
NEG-2.SG vir-2.SG
“Você vem” (KARLSSON, 1999, p. 170)

3) verbo imperativo com uma marca de negação usada em orações não-imperativas e também com uma marca de negação especial usada apenas nesse contexto, como acontece em Ewe (em que duas partículas descontínuas marcam a negação e uma partícula extra ocorre nas orações proibitivas);

- Yi
ir
“Vál!” (AGBOJO e LITVIROV, 2001, p. 394)

- Nye-me-yi o
1.SG-NEG-ir NEG
“Eu não fui” (AGBOJO e LITVIROV, 2001, p. 393)

- Me-ga-yi o
NEG-PROB-ir NEG
“Não vá!” (AGBOJO e LITVIROV, 2001, p. 399)

4) verbo não-imperativo com uma marca de negação usada tanto em orações proibitivas quanto em orações narrativas, como acontece em Italiano⁹:

⁹ Dados provenientes do autor do presente trabalho

- Vieni!
vir.IMP.2.SG
“Venha!”
- Non venire!
NEG vir-INF
“Não venha!”
- (Tu) non vieni
(2.SG)NEG vir.IND.2.SG
“Você não vem”

5) verbo não imperativo e uma marca de negação especializada usada apenas em orações imperativas, sendo que o verbo não-imperativo pode ser:

a) Um verbo no futuro, como em Hebraico:

- saper-∅
contar
“Conte!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)
- ‘al te-saper
PROB FUT-contar
“Não conte!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)
- lo’ te-saper
NEG FUT-contar
“Você não vai contar!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)

b) Um converbo, como em Eskimo:

- agla
ir-IMP
“Vá!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)

 - agla-ghpena-ng
ir-NEG-CVB:2.SG
“Não vá!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)
- c) Um verbo no infinitivo, como era em Latim:
- Lege
ler.IMP.2.SG
“Leia!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)

 - *Noli* legere
PROB ler.INF
“Não leia!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)

 - Extensio *non* est corpus
Extensão.NOM *NEG* ser.3.SG corpo.NOM
“Extensão não é corpo” (DESCARTES, 1998, p. 184)
- d) Um verbo numa forma dependente de predicação¹⁰, como em Maori:
- Aae, haere
Sim, mover
“Sim, vá!” (BAUER, 1993, p. 463)

¹⁰ Xrakovskij e Birjulin (2001) consideram “e” uma marca de “predicação independente” enquanto Bauer (1993) considera essa mesma partícula uma marca de “não-futuro”. Essa diferença não tiraria Maori desse tipo de classificação, apesar de, se seguirmos a segunda interpretação, a língua se apresentar como o Hebraico mais acima e não de forma distinta. Por causa dessa divergência, essa palavra e as implicações relacionadas ao seu significado não foram glosadas/examinadas acima.

- Kaua koe e haere
PROB 2.SG e mover
“Não vá!” (BAUER, 1993, p. 463)

 - Kei mua a Tuu e haere ana
LOC antes pessoa Nome e mover ASP
“Tu está andando na nossa frente” (BAUER, 1993, p. 252)
- e) Um verbo na forma subjuntiva, como em Hausa:
- tafi
ir
“Vá!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)

 - kada ka tafi
NEG SBJV ir
“Não vá!” (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 35)
- 6) verbo especializado com uma marca de prescrição negativa¹¹.

Além disso, o autor comenta que existe uma disparidade também na presença de formas verbais entre orações imperativas e proibitivas em relação às diferentes formas verbais que expressam tempo, aspecto e número, por exemplo. Assim como a possibilidade de se existir orações imperativas ergativas foi levantada no caso do imperativo por Sadock e Zwicky (1985), será analisado no presente trabalho a existência de orações proibitivas ergativas, e isso leva à limitação da tipologia acima no que concerne os diferentes tipos de proibitivo nas línguas naturais.

Dessa forma, a fim de explorar as diferenças sintáticas mais a fundo, foi necessário ir além do encontrado em Xrakovskij e Birjulin (2001). Van Der Auwera e Lejeune (2008) ofereceram uma sistematização mais apropriada às necessidades desse trabalho no que se refere às diferentes possibilidades de formação das orações proibitivas ao lidar com estratégias sintáticas de forma mais ampla, não estando restrito à forma verbal.

¹¹ Não foram encontrados paradigmas, mas os autores explicitam que em algumas línguas do Cáucaso, como em Archin, o verbo é constituído a partir de uma raiz durativa e a adição de um ou dois afixos negativos –gi ou –digi.

2.3.3 Van Der Auwera e Lejeune (2008)

Os autores, ao analisar a formação de construções proibitivas nas mais diferentes línguas, citam quatro possibilidades encontradas para a formação de orações proibitivas:

- i) ***O proibitivo usa a construção verbal encontrada no imperativo e a estratégia sentencial negativa encontrada nas orações declarativas:*** Nessas línguas, o verbo apresenta uma forma similar à encontrada na imperativa, e a marca de negação é a mesma que nos outros tipos de oração da língua. Turco é um exemplo, no qual a marca de negação é –m(e) e ocorre tanto nas orações negativas como nas proibitivas:

(1) Okul-a git !

escola- DAT ir. IMP.2SG

“Vá para a escola” (Ceyhan Temürcü, comunicação pessoal, APUD Van Der Auwera e Lejeune 2008, (1))

(2) Okul-a git-me !

escola- DAT ir. IMP.2SG-NEG

“Não vá para a escola” (Ceyhan Temürcü, comunicação pessoal, APUD Van Der Auwera e Lejeune 2008, (1))

(3) Okul-a gid-iyor-sun

escola- DAT ir- CONT-IND.PRES.2SG

“Você está indo para a escola” (Ceyhan Temürcü, comunicação pessoal, APUD Van Der Auwera e Lejeune 2008, (1))

(4) Okul-a git-m-iyor- sun

escola- DAT ir-NEG-CONT-IND.PRES.2SG

“Você não está indo para a escola” (Ceyhan Temürcü, comunicação pessoal, APUD Van Der Auwera e Lejeune 2008, (1))

ii) ***O proibitivo usa a construção verbal encontrada no imperativo e uma estratégia sentencial negativa não encontrada nas orações declarativas:*** Nessas línguas, apesar de o verbo apresentar a mesma forma em orações imperativas e declarativas, existe uma marcação própria das orações proibitivas que não existe nas orações negativas em geral. Vietnamita é um exemplo:

(1) Uông ruou!

beber alcóolico

“Beba álcool!” (Ou “eu/você/ele bebe álcool”) (THOMSPON, 1965, p. 221)

(2) Chó uông ruou!

NEG beber alcóolico

“Não beba álcool!” (THOMSPON, 1965, p. 221)

(3) Khônguông ruou.

Neg beber alcóolico

“Eu/Você/Ele não bebe álcool” (THOMSPON, 1965, p. 221)

iii) ***O proibitivo não usa a construção verbal encontrada no imperativo, mas uma estratégia sentencial negativa encontrada nas orações declarativas:*** Nessas línguas, o verbo não apresenta a mesma forma em orações imperativa e proibitivas, mas a marca de negação é a mesma nas orações proibitivas e nas orações declarativas negativas. Espanhol é um exemplo que ilustra esse tipo de possibilidade.

(1) Pedro canta (Auwera & Lejeune, 2008, (3))

(2) Pedro no canta. (Auwera & Lejeune, 2008, (3))

(3) Canta! (Auwera & Lejeune, 2008, (3))

(4) No cantes! (Auwera & Lejeune, 2008, (3))

iv) Em outras línguas, por fim, ***o proibitivo não usa a construção verbal encontrada no imperativo nem uma estratégia sentencial negativa encontrada nas orações declarativas:*** nessas línguas as construções são completamente distintas entre o que

sentença como um todo, mais do que aquelas que estejam associadas a apenas uma parte, sejam principais. Assim sendo, alterações no núcleo, nos constituintes imediatos da sentença (ou seja, o verbo e seus argumentos), além da entonação, são os candidatos mais prováveis a serem características “principais”, diferentes das distinções gramaticais que definem os tipos marginais de oração. Quanto à alteração de um dos constituintes da oração, ela não é tão saliente quanto a alteração do seu núcleo. Esse fator, assim como todos os outros citados até aqui é, entretanto uma questão de grau, e não um recorte absoluto.

Termina-se assim com os seguintes parâmetros para distinguir os principais tipos de oração: (1) diferença de contorno na entonação, (2) mudança da ordem de sintagmas nos constituintes imediatos de uma oração¹², (3) posicionamento de um elemento em uma das posições mais salientes da oração, ou seja, a primeira, a última e a segunda; (4) deleção ou inserção de um constituinte imediato; e (5) uma alteração no núcleo da oração, ou seja, do verbo principal.

Ao se estender a condição de oração imperativa para pedidos, comandos, ordens e sugestões, e ao se estender a condição de oração interrogativa para todo o tipo de oração na qual seja esperado algum tipo de resposta por parte do ouvinte, é possível resolver o problema trazido anteriormente pelos tipos menores de oração, podendo agrupá-los nos grupos menores. O problema é então comparar esse sistema tripartido à classificação proposta por Searle.

Como exposto anteriormente, Searle classifica as orações em cinco tipos, mas que não refletem a divisão gramatical vista nas línguas do mundo. As orações declarativas não correspondem à classe representativa searleana, enquanto a distinção comumente encontrada entre interrogativas e imperativas não existe nessa classificação, sendo ambos os tipos de oração considerados diretivos, como visto acima. Além disso, as orações compromissivas, as orações expressivas e as declarações não correspondem a nenhum dos principais tipos de oração. É interessante também notar a completa ausência de hortativos no sistema de Searle, que vem a ser o imperativo direcionado à 1ª ou à 3ª pessoa (Sadock & Zwicky, 1985, p. 177). Não obstante, como visto em Van Der Auwera e Lejeune (2008), existe uma distinção bastante frequente entre orações imperativas e proibitivas – no que se refere à polaridade, a

¹² Ainda segundo Croft (1994. P. 464), um cuidado deve ser tomado em relação à posição dos constituintes. Uma literatura extensa na área de psicologia tem demonstrado que a posição inicial é a posição linear mais saliente na percepção de uma palavra e em seqüências lineares em geral. Em seguida vem a última posição, sendo o interior da oração menos saliente. Além disso, o segundo elemento de uma sentença tende a ter um papel importante nas mais diferentes línguas, apesar de não existir nenhuma literatura confirmando isso, por talvez ser o primeiro elemento dentro da parte interna da oração. Essa observação, portanto, deve ser incluída na análise da ordem dos constituintes nos diferentes tipos de oração.

tipologia de Searle também não apresenta distinção alguma. É importante frisar também que, além dessa ausência, existem várias outras categorias semânticas que podem ser associadas às diferentes marcas de força ilocucionária, como modalidade, ênfase, atitude, e polidez – e que por sua vez também não são consideradas por Searle (2002).

Em algumas línguas européias, o subjuntivo é usado na oração principal como imperativo ou optativo, enquanto em outras línguas, a flexão do imperativo ou do hortativo é o mesmo afixo que o das marcas de tempo/aspecto. Além disso, é interessante notar o contínuo que existe em algumas línguas entre uma oração declarativa de modalidade deôntica, na qual é dito para o ouvinte que ele deve fazer alguma ação, e o imperativo no qual é imposto pelo falante o pedido de que o ouvinte de fato aja. Esse contínuo, todavia, não ocorre apenas entre as orações declarativas e as orações imperativas. Quanto mais incerteza evidencial for expressa pelo falante, maior é a probabilidade de o falante esperar alguma clarificação por parte do ouvinte.

Uma ilustração interessante encontrada em Croft (1994, p. 467) mostra que podemos ter uma diferença gradual entre uma oração claramente declarativa e outra interrogativa, dependendo da intenção do falante, não havendo categorias necessariamente discretas:

- | | |
|--------------------------|---------------------------------------|
| a) Ele vai vir. | (asserção) |
| b) Ele vai vir, né? | (esperando confirmação) |
| c) Ele vai vir, não vai? | (requisitando confirmação) |
| d) E ele não vai vir? | (pergunta polar tendendo à afirmação) |
| e) Ele vai vir? | (pergunta sem tendências) |

Assim sendo, a marca de negação usada tanto em orações declarativas em interrogativas pode servir como a manifestação gramatical de um contínuo entre uma afirmação propriamente dita e um pedido por informação.

É possível imaginar um outro contínuo de maior relevância para o presente trabalho. Quando alguém diz “Você deve enviar isso de volta”, sendo essa uma oração declarativa, espera-se que o ouvinte faça uma ação (provavelmente, que envie o objeto em questão de volta). A diferença, entretanto, é que o grau de resposta esperado ao enunciar uma oração como essa é menor do que ao dizer “Envia isso de volta!”. Mesmo entre as orações declarativas, existem línguas que apresentam comandos que podem ser assim interpretados mesmo com uma construção não imperativa. Em Hebraico moderno, por exemplo, você pode

usar a forma imperativa do verbo para expressar um comando, e também é possível usar o verbo no tempo futuro para dar uma ordem:

(P) fev
 Sentar.IMP
 “Sente!” (SADOCK e ZWICKY, 1985, p. 176)

(Q) tejev
 Sentar.2SG.FUT.IND
 “Você vai sentar” ou,
 “Sente!” (SADOCK e ZWICKY, 1985, p. 176)

Essa é uma fonte riquíssima de atos de fala indiretos: a reinterpretção de orações ditas declarativas como orações imperativas ou interrogativas. Pode-se assim, estabelecer três linhas possíveis nesse contínuo:

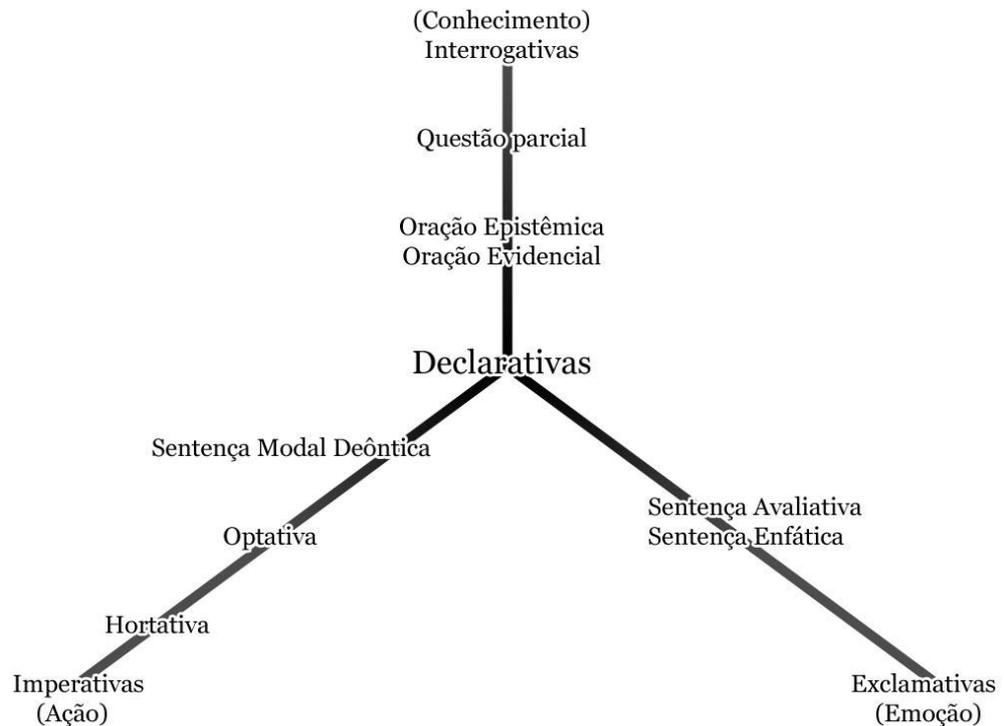


Figura 2-I: (Adaptado de Croft (1994, p. 470))

O ponto de se estabelecer esses três contínuos é poder mostrar que tentar fazer uma distinção clara entre orações declarativas de um lado, e imperativas por outro, é

inevitavelmente sem sentido tanto se analisarmos a língua formalmente ou, fazendo uma análise pragmática, quanto funcionalmente. As sentenças modais podem ser utilizadas para dar comando em contextos em que sejam necessários maiores níveis de polidez, permitindo assim ao falante fazer o pedido “por fora” (ou seja, sem deixar suas intenções explícitas), ao não utilizar o ato de fala convencional naquele contexto (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 69).

Assim é possível ter a evidência de que se é necessário levar em consideração os quatro seguintes fatores a fim de analisar a estrutura dos diferentes atos de fala: (1) Resposta lingüística contra resposta não lingüística (informação versus ação, e emoção); (2) Polaridade (Positivo versus Negativo); (3) Grau de resposta esperada (variando da aceitação a uma revelia em relação à reação, lingüística ou não-lingüística); (4) Explicidade da solicitação de uma resposta (fato sensível ao status e relações interpessoais).

Além disso, é preciso perceber que os atos de fala envolvem uma interação entre o falante e o ouvinte, não sendo apenas um ato de enunciação por parte do falante. Boa parte das análises dos diferentes atos de fala leva em consideração apenas se o falante conseguiu executar o ato de fala da maneira correta (como em Searle (2002) citado anteriormente), sem levar em consideração a probabilidade de sucesso em conseguir a resposta desejada por parte do ouvinte.

Feitas essas considerações sobre os distintos tipos de atos de fala, a gradação entre os diferentes tipos de oração e as características que distinguem esses diferentes fenômenos nas línguas naturais, podemos passar adiante e analisar a relação entre as orações declarativas e imperativas nas línguas Jê.

3. Apresentação do problema

Apesar dos vários tipos de oração existentes em uma língua, eles não se encontram isolados um dos outros, como foi possível ver na seção anterior. Esses diferentes tipos de orações pertencem a um sistema diverso, mas coeso, constituído por contínuos. Dentro desses contínuos encontramos cada um dos tipos de oração, sendo necessário ver o sistema como um todo a fim de entender as diferenças sintáticas entre o imperativo e o proibitivo nas línguas aqui estudadas.

3.0.1 Papéis Semânticos

Existem várias formas de se descrever uma situação, e de como explicar a função de cada um dos atores envolvidos. A fim de transmitir uma situação de forma que seja compreensível para o interlocutor, é necessário que uma língua possa transmitir as informações codificando-as de tal forma que o interlocutor reconheça a função de cada elemento utilizado. Tomemos como ponto de partida as duas orações a seguir:

(3.0.1.a) O cachorro mordeu o guri.

(3.0.1.b) O guri mordeu o cachorro.

Fica claro que, na primeira oração, a situação é uma, enquanto na segunda oração tem-se a situação inversa. Quer dizer, na primeira oração, o cachorro inicia deliberadamente a ação, enquanto o guri sofre com o resultado. Já no segundo exemplo, os papéis estão invertidos, e o guri deliberadamente engaja na ação que afeta o cachorro. Chamemos o ator que começa a ação de forma deliberada o “agente”, e de “paciente” quem sofre a ação.

Isso não quer dizer que o agente seja sempre codificado como o elemento posto antes do verbo e o paciente seja aquele que vem depois. Em português, é possível ter vários tipos diferentes de ator antes do verbo:

(3.0.1.c) Ele nada.

(3.0.1.d) Ele é gordo.

(3.0.1.e) Ele cresceu.

(3.0.1.f) Ele está sonhando.

Em todas essas orações, “ele” tem uma função diferente. No primeiro exemplo, “ele” é, seguindo os exemplos anteriores, um agente que inicia uma ação espontaneamente. No segundo caso, “ele” é paciente de um estado (ser alto). Em seguida, “ele” é o paciente de uma mudança (ter crescido). E, por final, sonhar não é uma ação que esteja normalmente sob o nosso controle. As diferentes línguas não tratam esses papéis necessariamente da mesma forma. Se eu quero dizer “eu nado” e “eu sou gordo” em Mohawk, o pronome apresenta formas distintas (MITHUN, 1991, p. 529-30):

- (3.0.1.g) **katá:wΛs**
 “**Eu** nado”
- (3.0.1.h) **wakóreʔsΛʔ**
 “**Eu sou** gordo”

Uma vez reconhecida a existência de diferentes papéis para os atores de uma oração (os quais chamaremos aqui de papéis semânticos seguindo a literatura da área), é justo perguntar quais ou quantos são os diferentes papéis semânticos nas línguas naturais.

Fillmore (1971, p. 376) dá a seguinte lista:

- **Agente:** É o instigador do evento; contra-agente, ou a força ou resistência contra a qual a ação é feita;
- **Objeto:** É a entidade que move ou muda ou cuja posição ou existência é levada em consideração;
- **Resultado:** É a entidade que se torna existente por consequência de uma ação;
- **Instrumento:** É o estímulo ou causa física imediata de um evento;
- **Fonte:** É o lugar de onde alguma coisa se move;
- **Objetivo:** É o lugar para onde alguma coisa se move;
- **Experienciador:** É a entidade que recebe, aceita ou experiencia o efeito de uma ação.

Givón (2001, p. 107), entretanto, dá uma lista um pouco diferente:

- **Agente:** Geralmente animado – age de maneira deliberada para iniciar o evento, tendo assim a responsabilidade por ele;

- **Paciente:** De natureza tanto animada quando inanimada – está num estado ou registra uma mudança de estado como resultado de um evento;
- **Dativo:** Participante consciente de um evento – e comumente animado – mas que não inicia a ação deliberadamente;
- **Instrumento:** Normalmente inanimado – usado pelo agente para fazer a ação;
- **Benefactivo:** Tipicamente animado – para quem o benefício da ação é concedido;
- **Locativo:** Lugar – costumeiramente concreto e inanimado – onde se dá o estado, onde o evento ocorre, ou a direção (seja se aproximando ou se distanciando) para o qual algum participante está se movendo;
- **Associativo:** Associado do agente, paciente ou dativo do evento, cujo papel no evento é similar, mas de menor importância;
- **Maneira:** Forma em que um evento ocorre ou que o agente faz a ação.

Trataremos aqui apenas dos papéis semânticos mais importantes para as explicações dos fenômenos a serem estudados nas páginas abaixo. Todavia, como pode ser demonstrado pelas diferenças nas listas acima, os papéis aqui mencionados não são os únicos papéis semânticos existentes, e variam de autor para autor. Para manter a padronização, o presente trabalho seguirá as definições de Givón (2001).

Uma vez tendo identificado a existência dos diferentes papéis semânticos, o próximo passo no presente trabalho é perceber como eles são mapeados na sintaxe, através das relações gramaticais.

3.0.2 Relações Gramaticais

Todas as línguas fazem distinção entre as orações que: (a) requerem além do verbo um sintagma nominal apenas e (b) requerem além de verbo dois ou mais sintagmas nominais. Às orações do tipo (a) dá-se o nome de intransitivas, e as do tipo (b) são denominadas transitivas.

Chamemos de S o argumento único da oração intransitiva e de A e O¹ os argumentos das orações transitivas, como ilustrado na tabela a seguir:

Tipo de Oração	Argumentos Nucleares
----------------	----------------------

¹ O também é encontrado na literatura como P.

Intransitiva	S (Argumento Único)	
Transitiva	A (Argumento Agente)	O (Argumento Paciente)

Tabela 3.I: Lista de argumentos nucleares de acordo com tipo de verbo

Em algumas línguas que serão descritas nesse trabalho também existe a necessidade de se utilizar mais um rótulo, E (significando “extensão” aos argumentos nucleares da oração). Têm-se duas possibilidades a mais na descrição dos argumentos nessas línguas:

Tipo de oração	Argumentos Nucleares		
Intransitiva	S (Argumento Único)		
Intr. Estendida	S (Argumento Único)		E (Extensão)
Transitiva	A (Arg. Agente)	O (Arg. Paciente)	
Trans. Estendida	A (Arg. Agente)	O (Arg. Paciente)	E (Extensão)

Tabela 3.II: Lista de argumentos nucleares de acordo com tipo de verbo, incluindo extensões.

Um exemplo de língua na qual todos os rótulos² podem ser demonstrados é tonganês, cujos dados estão reproduzidos em Dixon (2010, p. 117):

(3.0.2.a)

	V		S	
na'e	'alu	['a	e	fefiné]
PST	ir	ABS	ART	mulher

“A mulher (S) foi”

(3.0.2.b)

	V		S		E		
na'e	sui	['a	e	fefiné]	[ki	he	tangatá]
PST	ver	ABS	ART	mulher	DAT	ART	homem

“A mulher (S) viu o homem (E)”

(3.0.2.c)

	V		O		A		
na'e	taa'i	['a	e	tangatá]['e	he	fefiné]
PST	bater	ABS	ART	homem	ERG	ART	mulher

“A mulher (A) bateu no homem (O)”

² O rótulo “V”, por sua vez, indica o verbo nessas glosas.

(3.0.2.d)	V	O	A	E
	na'e	'oange	['a e tohi]	[e he fefiné] [ki he tangatá]
	PST dar	ABS ART livro	ERG ART mulher	DAT ART homem
	“A mulher (A) deu o livro (O) para o homem (E)”			

Mantendo a distinção entre as orações intransitivas e transitivas, podemos prosseguir para o próximo passo: como se distinguem as relações entre os argumentos das orações transitivas.

Naturalmente, as relações gramaticais não se comportam de uma mesma maneira em todas as línguas. Ainda assim, existem três estratégias principais através das quais podemos reconhecer como a gramática distingue os argumentos nucleares.

i) Ordem sintagmática: Uma das maneiras em que é possível a língua distinguir entre os dois argumentos da oração transitiva é através da ordem dos sintagmas. Na oração seguinte em Mandarin, o argumento agente é colocado anteposto ao verbo, e o argumento paciente aparece em seguida:

(3.0.2.e)	A	V	[O]
	Wo	he-le	san	bei	kafei le
	Eu	beber-PFV	3	copo	café CRS
	“Eu bebi três copos de café” (GIVÓN, 2001, p. 175)				

ii) Concordância verbal: Uma outra possibilidade é o verbo concordar com um dos argumentos em oposição ao outro que não afeta a concordância verbal, ou seja, controla o uso de afixos pronominais no verbo. Em hebraico, o verbo concorda em gênero com o sujeito, mas não com o objeto.

(3.0.2.f)	A	V	O
	Yoav	ra'-a	(et-ha-)sefer
	Yoav	ler-PST-M	OBJ-o-livro
	“Yoav leu o/um livro” (GIVÓN, 2001, p. 176)		

iii) Marcação nominal: A terceira forma de distinguir essas relações gramaticais é através da marcação nominal de caso. Nos exemplos do tonganês vistos anteriormente, a partícula “a” é preposta a A e “e” a O (fora dos argumentos, “ki” estava anteposto a E). Em japonês, por sua vez, cada papel gramatical é codificado através de uma marca diferente posposta ao sintagma nominal. “-ga” vem após A, e “-o” vem depois de O:

(3.0.2.g)	A	O	V
	Sensei- ga	tegami- o	kai- ta
	Professor- SUJ	carta- OBJ	escrever- PST
	“O professor escreveu (um)a carta” (GIVÓN, 2001, p. 175)		

Todos os exemplos acima mostraram como é feita a distinção entre A e O nas orações transitivas. Como S nunca co-ocorre com A e O, por estar restrito a um diferente tipo de oração, as línguas não precisam utilizar uma marcação diferente que o oponha tanto de A como de O, e isso raramente acontece (DIXON, 2010, p. 119). O que costuma acontecer é S ser marcado de maneira similar a A ou como O, como veremos a seguir.

3.0.3 Sistemas de Alinhamento

A forma como S é tratado em relação a A ou O varia não só entre as diferentes línguas do mundo como, por vezes, mesmo dentre de uma mesma língua. Chamamos de alinhamento as diferentes maneiras de que se dão esses agrupamentos e, segundo Givón (2001, p. 197-8) existem três princípios governando a organização dos três principais sistemas: a necessidade de se codificar a função pragmática (nominativo-absolutivo), a necessidade de se codificar a transitividade (ergativo-absolutivo), e a necessidade de se codificar os papéis semânticos (intransitividade cindida).

3.0.3.1 Nominativo-Acusativo

Pegemos as seguintes orações da língua portuguesa:

(3.0.3.2.a)	S	V
	Eu	cheguei

(3.0.3.2.b) A O V
 O guri me socou

(3.0.3.2.c) A V O
 Eu soquei o guri

Nelas podemos identificar todas as diferentes formas de marcação existentes na língua portuguesa. A concordância verbal muda nas orações (a), (b) e (c) de acordo com o sintagma que se encontra sob os rótulos A e S; “O guri” em (b) também muda de posição em (c), estando pós-posto ao verbo quando é o argumento O; e, por fim, os pronomes da primeira pessoa apresentam diferentes formas na posição de agente (a) e na de objeto (b).

Nosso interesse aqui se dá também entre as orações (a) e (c). Nelas, o pronome apresenta a mesma marcação de caso e desencadeia a concordância verbal, e também está na mesma posição, preposto ao verbo. Entretanto, é necessário daqui em diante fazer uma distinção entre as duas orações pelo seguinte motivo: (a) é uma oração intransitiva, enquanto (c) é uma oração transitiva. Essa não é uma característica apenas do português, e em outras línguas essa diferenciação não fica restrita apenas aos pronomes.

Em latim, argumento paciente das orações transitivas tem uma forma diferente da que apresenta na posição de argumento agente:

(3.0.3.2.d) S V
 Puer veni-t
 guri-Ø vir-PRS.IND.3.SG
 “A guri vem”

(3.0.3.2.e) A O V
 Puer hom-inem planxi-t
 guri-Ø homem-inem bater-PRS.IND.3.SG
 “O guri bate no homem” (PALMER, 1994, p. 7)

(3.0.3.2.f) A O V
 Homo puer-um planxi-t

Guria-∅ guri-um morder-PRS.IND.3.SG

“O homem bate no guri” (PALMER, 1994, p. 7)

Assim como em português o argumento S das orações intransitivas e o argumento A da oração transitiva apresentam a mesma forma, podemos ver nas orações (d) e (f) que o mesmo acontece em latim, enquanto o argumento O da oração transitiva na oração (e) é marcado pela adição de um sufixo.

(d) S-∅ V

(e) A-∅ O-(ine)m V

Nelas, S e A apresentam a mesma forma, enquanto O leva uma marca que o diferencia. Esse tipo de alinhamento, que codifica S e A de maneira similar, é chamado “Nominativo-Acusativo”. Nominativo se refere ao caso que codifica da mesma maneira S e A, e acusativo é o termo utilizado para designar O nesse tipo de alinhamento. Nesse tipo de alinhamento, a marcação morfológica é feita sem levar em consideração os diferentes papéis semânticos ou a transitividade segundo Givón (2001, p. 203).

Como é possível ver nos exemplos acima, o nominativo é o caso não-marcado no alinhamento (sendo o acusativo o caso marcado em oposição). Ainda que as marcações formais e funcionais nem sempre coincidam, é comum que o caso que cobre o sujeito intransitivo seja o caso não marcado do sistema (DIXON, 1994, p. 57).

Esse tipo de alinhamento que opõe O a A e S se chama *nominativo-acusativo*³:

	Sujeito Transitivo	Sujeito Intransitivo	Objeto Direto
Papel Gramatical	A	S	O
Nomenclatura	Nominativo		Acusativo

Tabela 3.III: Esquematização do alinhamento nominativo-acusativo.

3.0.3.2 Ergativo-Absolutivo

No alinhamento anterior, S era marcado da mesma maneira que A, o qual por sua vez se opunha a O. Entretanto, essa não é a única combinação possível, ocorrendo também de S e O

³ Originalmente, “nominativo” se referia em latim ao “caso que nomeava”, e acusativo veio de um erro de tradução no qual a palavra grega que significava “afetado” foi traduzida como “acusado”, vindo daí então o termo “acusativo” (BUTT, 2006, p. 14).

se oporem a A. Esse é um fenômeno não tão incomum, ocorrendo de alguma forma em mais ou menos um quarto das línguas do mundo (DIXON, 1994, p. 2).

Segundo Givón (2001), o sistema de marcação de caso ergativo-absolutivo é governado pelo princípio da transitividade no qual se marca a distinção sintática entre orações transitivas e intransitivas.

Como exemplos desse alinhamento, temos as seguintes orações em Burushaski, uma língua isolada falada no Paquistão, e em Groenlandês Ocidental, da família Esquimó-Aleut, na Groenlândia. Através delas é possível ver que: (i) Nos exemplos da língua Burushaski, são S e O que controlam a concordância verbal e, (ii) nos exemplos do idioma Esquimó-Aleut, A leva uma marca que não é presente em S ou O.

(3.0.3.2.a) A O V
 Oli-p **neqi** neri-vaa
 Oli-p **carne-∅** comer-IND.TR.3.SG.3.SG
 “Oli come carne” (MANNING, 1996, p. 2)

(3.0.3.2.b) S V
 Oli sinippoq
 Oli-∅ dorme-IND.INTR.3.SG
 “Oli dorme” (MANNING, 1996, p. 2)

Já nas orações (f) e (g) do Groenlandês Ocidental ocorre a mesma oposição, com a diferença de que o sufixo em questão é -p.

(d,f) S-∅ V
 (e,g) A-suf O-∅ V

S e O não levam marcação alguma nessas línguas, enquanto A carrega uma marca especial que o separa de S e O. Entretanto, essa não é a única maneira de opor A a S e O. Outra maneira possível de fazer a oposição e que é encontrada nas línguas do mundo se dá ao colocar outra marca que o distinga de O na oração transitiva, diferente da marca levada pelo A, como acontece em Roviana (Corston, 1996 APUD Dryer, 2007, p. 251) no qual a preposição “se” precede tanto S como O, enquanto A é acompanhado da preposição “e”.

- (3.0.3.2.c) V S
 taloa se **Zima**
 sair se **Zima**
 “Zima saiu”
- (3.0.3.2.d) S A O
 seke-i-a e **Zima** se **Maepeza**
 acertar-TR-3.SG.OBJe **Zima** se **Maepeza**
 “Zima acertou Maepeza”

Exemplificando, temos:

- (k)V se S
 (l) V e A se O

Além da marcação nominal, é possível ter também um sistema de concordância verbal ergativo, no qual o verbo concorde com S e com O, mas não com A. Um exemplo de sistema no qual isso acontece pode ser encontrado em Hindi:

- (3.0.3.2.e) S V
Raam baazaar **gayaa**
Ram.M bazar **ir-PASS-M-SG**
 “Ram foi ao bazar” (MAHAJAN, 1990, p. 73)
- (3.0.3.2.f) A O V Aux
 Raam-ne **roTii** **khaayii** thii
 Ram-ERG **pão.F** **comer.PFV.F** ser.PASS.F
 “Ram tinha comido pão” (MAHAJAN, 1990, p. 73)

Vale ressaltar que nem toda língua que possui marcação nominal ergativa apresenta também a concordância verbal ergativa. Em Burushaski, A é marcado com um sufixo, em

oposição a O e S que não são marcados. O verbo, entretanto, concorda com S e A, como acontece no alinhamento nominativo-acusativo:

(3.0.3.2.g)	A	O	V
ne	hír-e	phaló	bók-i
ART.DEF.M	homem-E	semente.PL-∅	plantar-PST.3.SG.M
“O homem plantou as sementes” (PALMER, 1994, p. 57)			
(3.0.3.2.h)	S	V	
ne	hir	yált-i	
ART.DEF.M	homem- ∅	bocejar.PST-3.SG.M	
“O homem bocejou” (PALMER, 1994, p. 57)			

Um alinhamento que trata S e O da mesma forma, em oposição a A, se chama *ergativo-absolutivo*⁴:

	Sujeito Transitivo	Sujeito Intransitivo	Objeto
Papel Gramatical	A	S	O
Nomenclatura	Ergativo	Absolutivo	

Tabela 3.IV: Esquemática do alinhamento ergativo-absolutivo

3.0.3.3 Intransitividade Cindida

Ainda que S seja o argumento único das orações intransitivas, isso não quer dizer que ele deva ser tratado de maneira única através das diferentes orações intransitivas de uma mesma língua. As orações a seguir em Chickasaw dão uma idéia de como uma língua pode marcar o argumento único de diferentes formas:

(3.0.3.3.a)	Objeto.Paciente-V- Sujeito.Agente
	∅-kisili- li
	3.PAT-morder- 1.AGT
	“Eu o/a mordi” (GIVÓN, 2001, p. 201)

⁴ O termo “ergativo” vem da palavra grega “ergon” que significa “trabalho” (DIXON, 1994, p. 3). Já “absolutivo” vem da literatura sobre a língua Esquimó, sendo sua criação derivada do fato de que, apesar de tanto o caso absolutivo quanto o caso nominativo tenderem a ser fonologicamente nulos, foi considerado que o nominativo estava em oposição ao acusativo, enquanto o absolutivo estava contrastando com outro caso, sendo essa uma diferença entre os dois (BUTT, 2006, p. 155).

- (3.0.3.3.b) **V-Sujeito.Agente**
 chokma-**li**
 bom-**1.AGT**
 “Eu ajo bem” (GIVÓN, 2001, p. 201)
- (3.0.3.3.c) **Sujeito.Paciente-V**
 sa-chokma
1.PAT-bom
 “Eu sou bom” (GIVÓN, 2001, p. 201)
- (3.0.3.3.d) Objeto Paciente-**Sujeito.Dativo-V**
 paska ø-**in**-champoli
 pão 3.**PAT-3.DAT**-gostar
 “Ele(a) gosta de pão” (GIVÓN, 2001, p. 201)

As motivações que levam a essa cisão são várias, e merecem uma atenção especial no presente trabalho. Mithun (1991) oferece um panorama das diferentes motivações que levam as línguas a marcar S de formas diferentes dependendo do ambiente.

(**α**). **Aktionsart**: A primeira possibilidade é que haja uma diferente marcação de S dependendo do aspecto lexical do verbo, ou aktionsart. Como exemplo de língua que exhibe essa motivação, tem-se o Guaraní Coloquial, com os dados de Gregores e Suárez (1967 apud Mithun, 1991, p. 509). A primeira pessoa do singular é marcada com o prefixo “a-“ quando ocorre como argumento A nas orações transitivas e com o prefixo “tʃe-“ nas orações em que aparece como argumento O.

- (3.0.3.3.e) a-V
 a-gwerú aína
 “**Eu** estou trazendo-os agora” (MITHUN, 1991, p. 511)
- (3.0.3.3.f) o-V
 tʃe-yuka vara moá
 “Ele poderia ter **me** matado” (MITHUN, 1991, p. 511)

Esses dois prefixos também podem ocorrer nas orações intransitivas, como nas orações a seguir. Ao S com a mesma marcação que A daremos o rótulo S_A e, ao S com a mesma marcação que O, S_O :

- (3.0.3.3.g) S_{a-v}
a-xá
 “Eu vou” (MITHUN, 1991, p. 511)
- (3.0.3.3.h) S_{o-v}
tje-rasí
 “Eu estou doente” (MITHUN, 1991, p. 511)

Dentre os verbos que marcam S com o mesmo prefixo de A, Guarani tem “morrer”, “afundar”, “perder-se” e “dormir. Os verbos intransitivos que pedem o outro prefixo significam “estar doente”, “estar com sono”, “estar molhado”, “estar ansioso”, e assim por diante.

O primeiro grupo de verbos são o que Vendler (1967, p. 97-121) chama de atividades (activities), culminações (achievements) e realizações (accomplishments). Esses tipos de verbo indicam uma certa dinamicidade, ou uma mudança ao longo do tempo. Os outros verbos indicam estados (states) e são mais estáveis temporalmente.

(β). Agentividade: A diferença entre o aspecto lexical dos verbos não é a única motivação possível para uma cisão na marcação de S. A prima facie, os dados em Lakhota encontrados em Mithun (1991, p. 514-18) não parecem apresentar diferenças em relação ao caso do Guarani. A primeira pessoa é marcada no caso dos agentes transitivos como “wa-” e, no caso dos pacientes transitivos, “ma-”:

- (3.0.3.3.i) a-V
wa-ktékte
 “Matá-lo-ei” (MITHUN, 1991, p. 514)
- (3.0.3.3.j) o-V
ma-ktékte
 “Ele matar-me-á” (MITHUN, 1991, p. 514)

E ambas as formas podem aparecer como o argumento da intransitiva dependendo do verbo, de maneira similar ao caso anterior:

(3.0.3.3.k) S_{a-v}
wa-hí
 “Eu vim” (MITHUN, 1991, p. 514)

(3.0.3.3.l) S_{o-v}
ma-xwá
 “Estou sonolento” (MITHUN, 1991, p. 514)

A diferença em Lakhota é que wa- pode ocorrer não só com eventos, mas também com estados; o mesmo acontecendo com ma-:

(3.0.3.3.m) iná-**wa-hí**
 “Estou com ciúmes” (MITHUN, 1991, p. 514)

(3.0.3.3.n) **ma-híxpaye**
 “Caí” (MITHUN, 1991, p. 514)

Logo, a diferença de aktionsart dos verbos não explica a distinção feita no tratamento de S nessa língua, sendo necessário partir para o conceito de agentividade. Em Lakota, portanto, os participantes que instigam, controlam, ou têm algum efeito na ação são marcados nas orações intransitivos por pronomes como o wa- para a primeira pessoa; os que, pelo contrário, não têm essa propriedade, fazem parte do outro grupo.

É necessário apontar que, dentre as características que constituem a noção de agentividade, Lakhota não parece ser sensível ao controle, dando preferência então a performance, efeito, e instigação. Não se tem controle sobre soluços, por exemplo, mas o verbo soluçar faz parte dos verbos que marcam S como A:

(3.0.3.3.o) blo-wá-kaska
 “Eu soluço”

Ter controle, ou não, sobre a ação também afeta a marcação em outras línguas. Em Bats, a mudança da marcação entre S_A e S_O depende, por exemplo, da volição por trás da ação:

- (3.0.3.3.p) S_A V
 as woze
 “Eu caí [e foi culpa minha eu ter caído]” (DIXON, 2010, p. 121)
- (3.0.3.3.q) S_O V
 so woze
 “Eu caí [e isso não quer dizer que eu tenha tido culpa na minha queda]”
 (DIXON, 2010, p. 121)

A possibilidade de se usar marcações diferentes no mesmo verbo é possível tanto em Guaraní como em Lakhota, mas tem uma importância marginal no sistema da língua comparado a outras na qual essa fluidez é mais produtiva, fenômeno que veremos mais abaixo.

(γ). Interação de bases semânticas: Em Pomo Central, duas distinções afetam a marcação de S simultaneamente. Essas distinções variam de acordo com o controle exercido e se o participante foi afetado ou não. A distribuição dos pronomes da primeira pessoa do singular é a seguinte nessa língua:

- (3.0.3.3.r) S_A V
 ʔa phdíw
 “Eu pulei” (MITHUN, 1991, p. 518)
- (3.0.3.3.s) S_O V
 to baʔú
 “Estou cansado” (MITHUN, 1991, p. 518)

Como é possível ver acima, os verbos que denotam estados tendem a ser marcados com S_O, enquanto os que denotam evento, S_A. Mas essa não é a explicação total do fenômeno. Assim como em Lakhota, a marcação reflete um contraste quanto ao controle, podendo utilizar tanto S_A como S_O no mesmo verbo para dar uma idéia de controle (ou falta dele).

- (3.0.3.3.t) S_A V
 ʔa klúkluw
 “Eu tossi (intencionalmente)” (MITHUN, 1991, p. 518)

- (3.0.3.3.u) S_O V
to klukluw
“Eu tossi (involuntariamente)” (MITHUN, 1991, p. 518)

Ainda assim, esse não é o único contraste presente em Pomo Central, uma vez que nem todos os participantes que não possuem controle da ação são marcados com S_O. Se o participante é afetado ou não também determina a escolha, motivo pelo qual os participantes que passam por uma mudança de estado levam uma marcação distinta:

- (3.0.3.3.v) Yém ʔe ʔa
“Eu estou velho” (MITHUN, 1991, p. 521)
- (3.0.3.3.w) Yemáq to
“Eu envelheci” (MITHUN, 1991, p. 521)

Vê-se, assim, que as motivações para a cisão na marcação de S são um pouco diferentes entre as diferentes línguas que apresentam intransitividade cindida. É possível dividir as línguas de acordo com a flexibilidade com a qual elas marcam S de forma distinta. Seguindo a nomenclatura de Dixon (1994), chamemos os sistemas que dividem de forma mais rígida S_A e S_O de “sistemas de S cindido” e, as que tratam a oposição de forma menos fixa, “sistemas de S fluído”.

Sistemas de S cindido:

	Sujeito Transitivo	Sujeito Intransitivo		Objeto
Papel Gramatical	A	S _A	S _O	O
Nomenclatura	Agente		Paciente	

Tabela 3.V: Esquematização de um sistema de S cindido

Sistemas de S fluído:

	Sujeito Transitivo	Sujeito Intransitivo		Objeto
Papel Gramatical	A	S _A ↔ S _O		O
Nomenclatura	Ativo		Estativo	

Tabela 3.VI: Esquematização de um sistema de S fluído

3.0.3.4 Nominativo-Absolutivo

Além dos dois sistemas de alinhamentos já citados, acredito ser importante para uma melhor descrição das línguas Jê a análise da proposta presente em Gildea e Castro Alves (2010) sobre o alinhamento Nominativo-Absolutivo.

Nos sistemas que apresentam esse alinhamento, o sujeito da intransitiva (S) é codificado duas vezes, carregando as formas tanto do objeto como do sujeito da transitiva (O e A). As duas orações abaixo, da língua Panare (Família Carib), mostram de forma clara a semelhança das marcas nas orações transitivas e intransitivas que apresentam esse alinhamento:

(3.0.3.4.a) **S_{o-v}** **S_A.Aux** **S_A**
 y-u-tësejpa **(këj)** **kën**
 3-AS-ir-FUT 3.ANIM.COP 3.ANIM.DIST
 “Ele/Ela irá” (GILDEA e CASTRO ALVES, 2010, p. 168)

(3.0.3.4.b) **o-V** **A.Aux** **A**
 y-ama-sejpa **(këj)** **kën**
 3-jogar.fora-FUT 3.ANIM.COP 3.ANIM.DIST
 “Ele/Ela vai jogá-lo(a) fora” (GILDEA e CASTRO ALVES, 2010, p. 168)

O sistema pronominal das línguas da família Jê que apresentam esse alinhamento tem A marcado por uma forma livre, enquanto O é codificado como um prefixo verbal. Maiores exemplos dessas línguas serão descritos nos capítulos 3, dentro das descrições de alinhamento de cada idioma.

	Sujeito Transitivo	Sujeito Intransitivo	Objeto
Papel Gramatical	A	S	O
Nomenclatura	Nominativo		Absolutivo

Tabela 3.VII: Esquematisação do alinhamento nominativo-absolutivo

3.0.4 Diferentes alinhamentos, mesma língua

As línguas não possuem necessariamente um sistema de alinhamento apenas. Na intransitividade cindida (3.0.2 acima) vimos que, dependendo de algumas características do

verbo, numa mesma língua que apresente um sistema de S-cindido pode existir uma marcação que trate sintaticamente S de forma similar a A – comportamento típico do alinhamento nominativo-acusativo, enquanto S é marcado de forma similar a O em outros contextos – uma característica dos alinhamentos ergativo-absolutivos; além disso, é possível ainda que coexistam numa mesma língua essas duas marcações através de uma distinção de base semântica nas orações intransitivas, como é o caso dos sistemas de S-fluido. Essa não é, todavia, a única possibilidade de cisão.

Em algumas línguas, a diferença que condiciona os diferentes ambientes no qual um ou outro alinhamento ocorre é a natureza dos sintagmas nominais utilizados como argumentos do verbo. Para isso, tomemos como referência a tendência de alguns argumentos de aparecer mais na posição de A do que O (DIXON, 2010, p. 138), no que chamamos de “Hierarquia Nominal”:

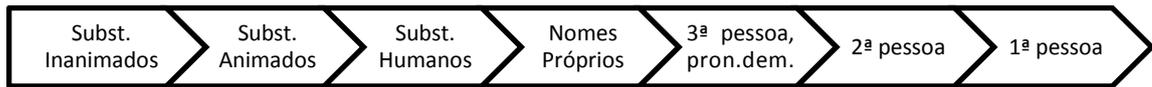


Figura 3-I: Hierarquia nominal

Em algumas línguas, o caso ergativo é usado com os sintagmas nominais mais à direita desse contínuo, até um ponto no meio da hierarquia quando a língua troca para um alinhamento acusativo de lá para a extrema esquerda. Um exemplo é o sistema encontrado na língua Yidiny (DIXON, 1994, p. 87).

A	∅	ERG	ERG	ERG	ERG
S	∅	∅	∅	∅	∅
O	ACC	ACC	(ACC)	∅	∅
	Pronomes de 1ª e 2ª pessoa	Dêiticos humanos, interrogativos	Dêiticos inanimados, nomes próprios, familiares	Pronomes interrogativos inanimados	Substantivos comuns e adjetivos

Tabela 3.VIII: Cisão de alinhamentos na língua Yidiny

Outra possível cisão é condicionada por diferença em relação ao tempo/aspecto/modo da oração. Dixon (2010, p. 141) coloca as seguintes perspectivas de se olhar um texto no qual um participante “A” afeta o participante “O”: (i) A partir do ponto de vista de O, o qual é afetado por um conjunto de ações e pode servir como base para um sistema ergativo-absolutivo de marcação; e (ii) a partir do ponto de vista de A e como esse participante planeja, inicia e controla as futuras ações, o que seria base para um alinhamento nominativo-acusativo. Para alguma coisa que já está completa (aspecto perfeito) ou que já aconteceu (tempo passado) qualquer um dos dois pontos de vista pode ser utilizado. Entretanto, para alguma coisa que ainda não aconteceu, Dixon argumenta que apenas (ii) parece ser plausível. Isso explicaria o porquê de numa língua que tem o alinhamento absolutivo-ergativo condicionado por tempo ou aspecto, por exemplo, ele tender a ser encontrado ou no tempo passado ou no aspecto perfeito (DIXON, 1994, p. 99). Conseqüentemente, dentre as línguas que possivelmente apresentam o alinhamento nominativo-acusativo, existe uma tendência de esse alinhamento aparecer no tempo futuro e no aspecto progressivo. Em Hindi, por exemplo, a marca de ergatividade só aparece nas orações de aspecto perfectivo, mas não nos outros casos:

(3.0.4.a) raam-ne ravii-ko piit.aa
 Ram-ERG Ravi-ACC⁵ bater.PFV
 “Ram bateu em Ravi” (MOHANAN, 1994, p. 70)

(3.0.4.b) Raam ravii-ko piit.aa hai
 Ram-NOM Ravi-ACC bater.IPFV ser.PR
 “Ram bate em Ravi” (MOHANAN, 1994, p. 70)

Outra possibilidade é haver uma cisão quanto aos tipos de orações de uma língua. Existem poucos exemplos, mas quando eles ocorrem, eles resultam de uma orientação que pode ser explicada por suas bases semânticas (DIXON, 1994, p. 103). De importância no presente trabalho está a afirmação que “as orações principais devem apresentar uma marcação oposta a das orações subordinadas se existir uma cisão” (DIXON, 1994, p. 102). Ou seja, se a oração principal apresentar um alinhamento nominativo-acusativo, espera-se que a oração

⁵ Glosa mantida do trabalho original. Apesar de se esperar a ocorrência do absolutivo com o ergativo, essa é o mesmo prefixo que marca o argumento O no alinhamento nominativo-acusativo, como é possível ver na oração seguinte.

subordinada apresente um alinhamento ergativo-absolutivo, se for o caso de haver uma diferença de alinhamento que seja condicionada por esse fator.

É válido lembrar que não só existem vários tipos diferentes de cisão possíveis nas mais diferentes línguas, como também eles podem coexistir num mesmo idioma. Em Kuikuro, as construções ergativas devem ser utilizadas em alguns contextos, são opcionais em outros, e ainda agramaticais nos demais. O que determina o condicionamento do alinhamento é não só a natureza semântica dos argumentos como a modalidade da oração, como mostrada na tabela a seguir (DIXON, 1994, p. 105):

	Se A for a 1ª do singular ou 1ª do plural inclusiva	Se A for 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural exclusiva	Se A for 3ª pessoa
Modo interativo	Não leva marcação ergativa	Marcação ergativa opcional	Marcação ergativa obrigatória
Modo descritivo	Marcação ergativa obrigatória para qualquer tipo de A		

Tabela 3.IX: Condicionamento do uso de marcação ergativa em Kuikuro

Tendo essas informações em mente, passemos agora para a descrição e análise dos diferentes sistemas de alinhamento nas línguas Jê.

3.1 Línguas Jê Setentrionais

As línguas Jê Setentrionais aqui analisadas são: Apinajé, Canela Apãniekrá, Mebêngokré, Panará e Suyá. (RODRIGUES, 1999, p. 167). Em comum, as línguas têm o fato de – com exceção do Panará – possuírem pelo menos dois tipos de pronome (uma série de pronomes livres e uma série de prefixos pronominais) e verbos que apresentam uma forma finita e outra não-finita.

3.1.1 Apinajé

Características: Possui uma cisão no comportamento de verbos intransitivos em seu padrão geral, diferentes alinhamentos condicionados pela polaridade e traços de ergatividade nas orações subordinadas.

Os dados aqui descritos da língua Apinajé derivam de dois trabalhos em especial: a tese de doutorado de Oliveira (2005), em cuja interpretação a descrição dos dados a seguir foi

baseada, e o formulário dos vocabulários padrões da língua Apinajé de Ham (1960), de onde foram tirados os demais dados.

Em Apinajé os pronomes variam nas orações transitivas de acordo com sua função na oração. Nas orações não-marcadas a seguir, podemos ver que, com alguns verbos (chamados por Oliveira (2005) de “verbos descritivos”), S possui a mesma marcação que O, enquanto nos outros verbos intransitivos, S possui a mesma marcação que A.

(3.1.1.a) S_{o-v}
 a-j-akri
 2-R-frio
 “Você está (com) frio” (OLIVEIRA, 2005, p. 115)

(3.1.1.b) S_A V
 nã pa ri mra
 RL 1 DEM andar
 “Eu ando” (HAM, 1960, p. 330.a)

(3.1.1.c) S_A V
 nã ka ri mra
 RL 2 DEM andar
 “Você anda” (HAM, 1960, p. 330.b)

(3.1.1.d) A o-V
 nã pa a-tak
 RL 1 2-bater
 “Eu te bato” (HAM, 1960, p. 334.a)

(3.1.1.e) A o-V
 nã ka ic-tak
 RL 2 1-bater
 “Você me bate” (HAM, 1960, p. 334.e)

Com base nesses dados, conclui-se que a língua não tem S marcado da mesma forma através de todas as orações. Nos verbos descritivos, seguindo a terminologia usada por

Oliveira (2005), como exemplificado na oração 3.1.1.a, S é codificado de maneira similar a O das orações transitivas (os verbos descritivos sendo inevitavelmente intransitivos). Os (outros) verbos intransitivos da língua têm seu argumento único marcado de forma similar a A. Portanto, tem-se em Apinajé um sistema que tem como alinhamento padrão uma intransitividade cindida condicionada pela natureza do verbo (vide 3.0.3.3.α acima)⁶. As três séries de pronomes que podem ocorrer em Apinajé como argumentos nucleares⁷ são:

	Pronomes Livres		Prefixos
	Realis	Irrealis	
1ª Pessoa (Inc)	pa	paj	i(c)-
2ª Pessoa	ka	kaj	a-
3ª Pessoa	əm/ø	ja	ø/ku- ⁸
Rótulos	A/S _A	A/S _A	O/S _O

Tabela 3.X: Tabela de pronomes em Apinajé

Outra característica observável nas orações abaixo é a presença do alinhamento nominativo-absolutivo nas orações codificadas com polaridade negativa, em contraste com as orações positivas nas quais o padrão intransitividade cindida é apresentado:

(3.1.1.f) S S V
 pa kət paj akudɔ
 1 IRR 1.IRR desaparecer
 “Eu vou me perder” (OLIVEIRA, 2005, p. 251)

(3.1.1.g) S S s-V NEG
 pa kət paj ic-pikudɔ ket=nẽ
 1 IRR 1.IRR 1-desaparecer.ÑFI NEG
 “Eu não vou me perder” (OLIVEIRA, 2005, p. 251)

(3.1.1.h) A o-V
 kət paj a-katpre
 IRR 1.IRR 2-amarrar.ÑFI
 “Eu vou te amarrar” (OLIVEIRA, 2005, p. 405)

⁶ A razão, entretanto, não é semântica, mas morfossintática, havendo uma discussão detalhada em Oliveira (2003)

⁷ Existe também uma série enfática de pronomes, mas ela co-ocorre com a série não-enfática.

⁸ Ku- aparece apenas na condição de O.

208)

(3.1.1.n)	A	[A	o-V]				
	a-bjeŋ	[[kɔt	[a-t-ɔ=ɔŋir ɔ	pa]	ʃwəŋ]	ja]	
	2-marido	3.ERG	2-R-fazer=assim.ÑFI	fazer	viver	NMLZ	
		A	o-V				
	na	kəm	a-kĩ	ket			
	DEF.ART	RL	3.DAT	2-gostar	NEG		

“Esse seu marido que fica te tratando assim, ele não gosta de você” (OLIVEIRA, 2005, p. 208)

Nas orações subordinadas, *kɔt*⁹ codifica o ergativo na terceira pessoa e não é flexionado, enquanto *-te* é utilizado com os demais participantes dos atos de fala, acrescido do prefixo pronominal. São os marcadores de ergatividade que indicam o início da oração subordinada, a qual pode ser terminada com um verbo na forma não-finita, um nominalizador, normalmente antepostos ao artigo definido *ja*.

Por fim, os diferentes sistemas de alinhamento em Apinajé, e os fatores que condicionam sua existência podem ser organizados da seguinte forma:

	Intrans. Cindida	Nom-Abs	Erg-Abs
Condicionamento	Padrão Geral	Polaridade	Oração
		Negativa	Subordinada
Posição do Verbo	Final	Não Final	Não Final
		<i>Antes do marcador de negação</i>	<i>Antes de nominalizador ou artigo definido</i>
Forma Verbal	Final	Não-finita	

Tabela 3.XI: Sistematização dos sistemas de alinhamento em Apinajé

Tanto nas orações afirmativas e negativas da língua a distribuição entre pronomes livres e prefixos pronominais se apresenta constante: A e S se apresentam livres, enquanto O e S se

⁹ Segundo Oliveira (2005, p. 299), *kɔt* pode ter se originado da construção *kute* (3-*te*) > *kute* > *kɔt*

apresentam através dos prefixos pronominais, sendo a segunda marcação de S uma das características do alinhamento nominativo-absolutivo.

Como é possível constatar a partir dos exemplos acima, o paradigma entre orações declarativas afirmativas e negativas em Apinajé se faz da seguinte forma:

Afirmativa		Negativa		
S	V _{Finito}	S	S-V _{Não-finito}	ket=nê
A	o-V _{Finito}	A	O V _{Não-finito}	ket=nê

3.1.2 Canela Apãniekrá

Características: Possui uma cisão no comportamento de verbos intransitivos em seu padrão geral, e apresenta diferentes alinhamentos condicionados por tempo, aspecto ou modo.

Canela Apãniekrá é um dialeto do complexo dialetal conhecido como Timbira, do qual também fazem parte: Canela Ramkokamekrá, Gavião Pykobjê, Gavião Parkatejê, Krahô, Krejê e Krikati. Os exemplos aqui usados são, primeiramente, do Canela Apãniekrá, tirados de Castro Alves (2004) e do Canela Ramkokamekrá encontrados em Popjes (1969). Os dados de Kakumasu (1962) são tirados do Timbira falado entre os rios Gurupi e Pindaré, e os de Gudschinsky (1962) são do Canela falado perto da Barra do Corda, no Maranhão.

Castro Alves (2004) divide os verbos intransitivos em dois subgrupos: verbos intransitivos ativos, e verbos intransitivos não-ativos. O contraste é que, no caso do último subgrupo, os verbos não são de atividade controlada e são marcados com um prefixo pronominal (ou seja, nesse contexto, são marcados de forma similar ao que Oliveira (2005) chama de “verbos descritivos” em Apinajé). Esses prefixos pronominais são similares aos argumentos pacientes das orações transitivas, enquanto os argumentos agentes das orações intransitivas ativas são marcados de forma similar aos argumentos agentes das orações transitivas. Os seguintes exemplos pertencem ao Canela Apãniekrá:

- (3.1.2.a) S_{o-v}
 i-kakrɔ
 1-estar.quente
 “Eu estou com febre” (CASTRO ALVES, 2004, p. 102)

- (3.1.2.b) S_{o-v}
a-t ertət
2-tremer
“Você treme” (CASTRO ALVES, 2004, p. 102)
- (3.1.2.c) S_A V
wa ma mǔ
1 DIR ir
“Eu vou” (CASTRO ALVES, 2004, p. 102)
- (3.1.2.d) S_A V
ka apu ʃwa
2 PRG banhar
“Você está tomando banho” (CASTRO ALVES, 2004, p. 102)
- (3.1.2.e) A o-V
wa a-pupu
1 2-ver
“Eu te vejo” (CASTRO ALVES, 2004, p. 98)
- (3.1.2.f) A o-V
ka i-pupu
2 1-ver
“Você me vê” (CASTRO ALVES, 2004, p. 98)

Seguindo a tendência já vista em Apinajé, o padrão geral em Canela Apãniekrá apresenta uma cisão na marcação de S dependendo da natureza dos verbos. Nos verbos intransitivos não-ativos, S é marcado de forma similar a O das orações transitivas, enquanto nos verbos intransitivos ativos S é marcado de forma similar a A. Ou seja, apresenta um padrão de intransitividade cindida condicionada pela natureza do verbo (vide 3.0.3.3.α acima). Os pronomes em Canela são:

1ª Pessoa	wa	i-
1ª Pessoa Pl. Inclusiva	ku	pa-
2ª Pessoa	ka	a-
3ª Pessoa	ke / Ø	i(?) - / h-
Rótulos	S _A /A	S _O /O

Tabela 3.XII: Pronomes do Canela Apãniekrá

Em alguns contextos, o verbo ocorre em sua forma não-finita seguido de um operador codificando categorias de aspecto, modalidade ou polaridade. Nesses casos, o sujeito é codificado duas vezes, uma vez como pronome livre e depois como prefixo pronominal, sendo essa marcação visível nas orações a seguir:

(3.1.2.g) S V
 wa apu mǔ
 1 PRG andar
 “Eu estou andando” (CASTRO ALVES, 2004, p. 106)

(3.1.2.h) A s-V
 ka ha a-mǔr toʔhi
 2 IRR 2-andar.ÑFI muito
 “Você vai andar muito” (CASTRO ALVES, 2004, p. 106)

(3.1.2.i) S V
 pe wa aʔkuk^hre
 PD 1 correr
 “Eu corri” (CASTRO ALVES, 2004, p. 106)

(3.1.2.j) A s-V
 ka nε apu ŋ-aʔkuk^hren na
 2 NEG PRG (2+PR)-correr.ÑFI NEG
 “Você não está correndo” (CASTRO ALVES, 2004, p. 107)

(3.1.2.k) A o-V

pe ka iʔ-ton k^hãm =to =tẽ
 PD 2 3-fazer.NR LOC SUB ir

“Você começou a fazê-lo” (GILDEA e CASTRO ALVES, 2010, p. 183)

Essa marcação dupla de S corresponde, portanto, às marcações tanto de A quanto de O nas orações transitivas. A esse tipo de alinhamento que apresenta S alinhado tanto com A quanto com O (sendo A e O distintos um do outro) chamamos de nominativo-absolutivo (vide 3.0.3.4 acima).

A forma não-finita do verbo também ocorre em outro contexto. Nas orações codificando o passado recente (Castro Alves, 2004, p. 108), o verbo apresenta sua forma não finita e A é marcado por uma posposição especial (tẽ) que o diferencia de S e O. A forma pronominal que leva a posposição é similar ao prefixo verbal que aparece nos demais contextos:

(3.1.2.1) A o-V
 a-tẽ i-pupun
 2-ERG 1-ver.ÑFI
 “Você me viu” (CASTRO ALVES, 2004, p. 109)

(3.1.2.m) s-V
 i-mõr
 1-andar.ÑFI
 “Eu andei” (CASTRO ALVES, 2004, p. 109)

(3.1.2.n) A o-V
 i-tẽ a-pupun
 1-ERG 2-ver
 “Eu te vi” (CASTRO ALVES, 2004, p. 109)

(3.1.2.o) s-V
 a-mõr
 2-andar.ÑFI
 “Você andou” (CASTRO ALVES, 2004, p. 109)

Esse tipo de marcação, no qual A é diferenciado de S e O, é o ergativo-absolutivo (vide 3.0.3.2 acima), sendo o terceiro dos possíveis sistemas de alinhamento em Canela Apãniekrá. Em conclusão, os fatores que condicionam a existência desses alinhamentos em Canela podem ser organizados da seguinte forma:

	Intransitividade Cindida	Ergativo- Absolutivo	Nominativo- Absolutivo
Condicionamento	Padrão Geral	Passado Recente	Ocorrência de operadores de modo, aspecto ou polaridade
Posição Verbal		Final	Não-final
Forma Verbal	Finita		Não-finita

Tabela 3.XIII: Sistematização dos alinhamentos em Canela Apãniekrá

Em resumo, as orações afirmativas e negativas em Canela se apresentam da seguinte forma:

Afirmativa			Negativa		
S	V _{Finito}		S	S-V _{Não-finito}	NEG
A	O	V _{Finito}	A	O	V _{Não-finito} NEG

3.1.3 Mebengokre (Kayapó)

Características: Sintaticamente falando, possui uma cisão na forma em que a língua trata os verbos intransitivos (os verbos descritivos são considerados uma classe nominal na literatura), e apresenta um alinhamento distinto quando há operadores de tempo, aspecto ou modo no final da oração.

Uma diferença na literatura sobre a língua Mebẽngokré, em comparação ao Apinajé e o Canela, é que a classe de palavras similar aos “verbos descritivos” daquele e “verbos não-ativos” deste é considerada como sendo uma classe nominal¹⁰, e não verbal, apesar de funcionarem sintaticamente como verbos (REIS SILVA E SALANOVA, 2000). Uma vez

¹⁰ Entre os argumentos usados para colocá-los na categoria de nomes tem-se o fato de que eles podem aparecer com os morfemas que marcam o aumentativo e o diminutivo nessa língua.

feita essa ressalva, e levando em consideração que o que nos interessa no presente trabalho é o comportamento sintático da língua, serão levados em consideração os alinhamentos que envolvam também essa classe de palavras.

Afixados aos nomes temos em Mebêngokré um prefixo pronominal similar àqueles das línguas vistas até então, enquanto as formas livres aparecem com as formas verbais propriamente ditas:

(3.1.3.a) S_O-N
 i-ŋra
 1-sujo
 “Eu estou sujo” (TRAPP, 1961, p. 320.a)

(3.1.3.b) S_A V
 ba tẽ
 1 andar
 “Eu ando” (TRAPP, 1961, p. 330.a)

(3.1.3.c) S_A V
 ga tẽ
 2 andar
 “Você anda” (TRAPP, 1961, p. 330.b)

(3.1.3.d) A o-V
 ba a-kurua
 1 2-bater
 “Eu te bato” (TRAPP, 1961, p. 334.a)

(3.1.3.e) A o-V
 ga i-kurua
 2 1-bater
 “Você me bate” (TRAPP, 1961, p. 334.e)

Se considerarmos o prefixo atrelado aos nomes como uma possível marca de S por fatores sintáticos, é possível dizer que Mebêngokré também apresenta um caso de

intransitividade cindida como padrão geral da língua, pois a língua apresenta um alinhamento diferente no caso dos nomes – no qual S é marcado como O – e um alinhamento diferente com os verbos propriamente ditos – nos quais S é marcado de maneira similar a A. Se não contarmos os nomes como parte integrante do sistema de alinhamentos da língua, o padrão geral se torna não a intransitividade cindida, mas sim o nominativo-acusativo presente na classe verbal exemplificada nas orações 3.1.3.d e 3.1.3.e.

	Pronomes Livres			Pronomes Presos		
	Singular	Paucal	Plural	Singular	Paucal	Plural
1ª pessoa	ba	ba ari	ba mẽ	i-	ari i-	mẽ i-
1ª inclusiva	gu	guaj	gu mẽ	gu ba-	guaj ba-	(gu) mẽ ba-
2ª pessoa	ga	ga ari	ga mẽ	a-	ari a-	mẽ a-
3ª pessoa	Ø	ari	mẽ	Ø / ku-	ari (ku-)	mẽ (ku-)
Rótulos	S/A ou S _A /A			O ou S _O /O		

Tabela 3.XIV: Pronomes da Língua Mebêngokré

Além dos nomes, existe um ambiente em que Mebêngokré apresenta um outro tipo de alinhamento. A saber, quando o verbo não se encontra na posição final:

(3.1.3.f) A o-V
 ba a-kaprekrek
 1 2-bater
 “Eu bati em você” (REIS SILVA, 2001, p. 15)

(3.1.3.g) A o-V
 ije a-kaprek ket
 1 2-bater NEG
 “Eu não bati em você” (REIS SILVA, 2001, p. 15)

(3.1.3.h) S V
 ga ɲɛ

2 cantar

“Você canta” (REIS SILVA, 2001, p. 14)

(3.1.3.i) s-V

a- ηrεrε ket

2-cantar.ÑFI NEG

“Você não canta” (REIS SILVA, 2001, p. 15)

Apesar de serem conhecidos apenas poucos exemplos de cisão entre orações principais e subordinadas (DIXON, 1994, p. 103), as orações subordinadas em Mebengokré apresentam um alinhamento ergativo-absolutivo – situação em que o verbo também se encontra na forma não-finita – em contraste mesmo às situações que não apresentam esse alinhamento nas orações simples:

(3.1.3.j)

A O V

ga tɛp krẽ

2 peixe comer

“Você comeu o peixe” (REIS SILVA, 2001, p. 64)

(3.1.3.k)

S [A O V] V

i-mã aje tɛp krẽn prãm

1-DAT 2-ERG peixe comer.ÑFI querer

“Eu quero que você coma peixe” (REIS SILVA, 2001, p. 64)

(3.1.3.l)

A O V

memu [kute rɔpkrɔri titik ja] arɣm mã tẽ

homem 3-ERG onça bater NMLZ já para ir

“O homem que bateu na onça já foi” (REIS SILVA, 2001, p. 64)

Tem-se, finalmente, o seguinte quadro-resumo com os condicionamentos apresentados em Mebẽngokré:

No modo irrealis existe uma cisão, entretanto, no que diz respeito à concordância verbal: enquanto a língua continua marcando A com a posposição *hẽ* em oposição a S e O que não vêm marcados, S e A são marcados da mesma forma, em oposição a O.

(3.1.4.d) A =A =O V O
 səpəri hẽ ka =**ti** = ∅ =kũi kukre
 vento ERG IRR =**3SG.NOM** =3SG.ABS =derrubar casa.ABS
 “O vento vai derrubar a casa” (DOURADO, 2001, p. 93)

(3.1.4.e) S =S V
 ĩpri ka =**ti** =kui muu tã
 criança.ABS IRR =**3SG.NOM** =ir BrasíliaALL
 “A criança irá para Brasília” (DOURADO, 2001, p. 93)

Os clíticos pronominais da língua, em resumo, podem apresentar uma forma ergativa, uma forma absolutiva e uma forma nominativa conforme Dourado (2001, p. 44):

	Absolutivo	Nominativo	Ergativo
1ª Pessoa Singular	ra	∅	ri~re
2ª Pessoa Singular	a~há	ti(a)	ka
3ª Pessoa Singular	∅	ti	ti
1ª Pessoa Dual	ramẽ	mẽ	rimẽ~remẽ
2ª Pessoa Dual	amẽ	timẽ	kamẽ
3ª Pessoa Dual	mẽ	timẽ	timẽ
1ª Pessoa Plural	ra,pa, mĩ	timĩ	ne~re
2ª Pessoa Plural	ri(a)	tiri(a)	kari(a)
3ª Pessoa Plural	ra	∅	ne~re
Rótulos	S/O	S/A	A

Tabela 3.XVI: Tabela de pronomes em Panará

A presença de marcadores de negação não altera nem a marcação nominal nem a concordância verbal prevista para aquele ambiente:

- (3.1.4.f) akə hẽ ø =ti =ø =tõ =suə-ri rõ tɛpi
 Akâ ERG RLS.TR =3SG.ERG =3SG.ABS =NEG =Pescar.PFV NEG peixe.ABS
 “Akâ não pescou nada” (DOURADO, 2001, p. 121)

Importante apontar em Panará que a oposição entre as formas finita e não-finita dos verbos, tão comum nas outras línguas setentrionais, aqui não é produtiva.

Concluindo, o quadro resumo em Panará fica da seguinte forma:

	Ergativo-Absolutivo	Nominativo-Acusativo
Condicionamento	Padrão Geral	Irrealis (Concordância verbal)

Tabela 3.XVII: Sistematização dos alinhamentos em Panará

3.1.5 Suyá

Características: Possui, de acordo com a literatura, o alinhamento nominativo-acusativo como padrão geral, apresentando diferentes alinhamentos com a presença de marcadores de tempo, aspecto e modo.

Assim como em Mebêngokré, a natureza do padrão geral em Suyá depende de acordo com a interpretação sobre a classe de palavras na qual S possivelmente é marcado como O. De acordo com Wiesemann & Thomson (2007), se trata de verbos na voz descritiva, enquanto Santos (1997) considera que os adjetivos são uma classe à parte e não exatamente um tipo de verbo.

Se pensarmos no exemplo 3.1.5.a como um exemplo de oração verbal, é possível concluir que em Suyá S não é tratado da mesma forma nos diferentes ambientes, marcando S como O nas orações da suposta voz descritiva e S como A nos casos restantes:

- (3.1.5.a) S_{o-v}
 i-tũm
 1-velho
 “(E)s(t)ou velho” (WIESEMANN e THOMSON, 2007, p. ex. 13)

- (3.1.5.b) S_{o-v}
 i-mbɛŋfi

- (3.1.5.g) S V
ka ŋgre
2 dançar
“Você dançou” (SANTOS, 1997, p. 115)
- (3.1.5.h) s-V
i-ŋgere mã
1-dançar.ÑFI FUT
“Eu dançarei” (SANTOS, 1997, p. 156)
- (3.1.5.i) s-V NEG
a-ŋgere kere
2-dançar.ÑFI negação
“Você não dançou” (SANTOS, 1997, p. 156)
- (3.1.5.j) A o-V
ire a-kaken kere
1-ERG 2-coçar.ÑFI NEG
“Eu não te cocei” (SANTOS, 1997, p. 156)

Conclui-se a partir desse diferente alinhamento que, nesse ambiente, Suyá apresenta um alinhamento ergativo-absolutivo nessas orações, em contraste ao alinhamento visto anteriormente. Gildea & Castro Alves (2010, p. 194) dão a seguinte relação de pronomes em Suyá:

	Pronomes Livres			Prefixos Pronominais	
	Singular	Paucal	Plural	Singular	Plural
1ª Pessoa	wa	way	aypa	i-	adji-
2ª Pessoa	ka	kay	ayka	a-	aya-
1ª & 2ª	ku	kupa,wa		kwa-	wa-
3ª Pessoa	∅	ay, ayta		∅	∅
Rótulos	S/A			S/O/A-ERG	

Tabela 3.XVIII: Tabela de pronomes em Suyá

Todavia, além do padrão geral e do alinhamento ergativo-absolutivo, Gildea & Castro Alves (2010) chamam atenção para a existência de mais outro tipo de alinhamento em Suyá. Esse outro alinhamento se encontra presente nos mesmos ambientes em que Santos (1997) coloca o sistema ergativo-absolutivo, em adição às orações com o completivo, como os exemplos a seguir demonstram:

(3.1.5.k) S s-V
 hën wa adži-mbərə rɔ ɲi
 ASP 1 1-chorar.ÑFI fazer estar.sentado
 “Nós estamos chorando” (SANTOS, 1997, p. 85)

(3.1.5.l) S S s-V
 pa-n wa i-têm mã
 1-TOP 1 1-ir.ÑFI FUT
 “Eu irei” (SANTOS, 1997, p. 78)

(3.1.5.m) A o V
 hën wa arə i-t-ʌ hwen hwa
 ASP 1 PASS 1-R-coisa fazer.ÑFI COMPLETIVO
 “Eu já terminei meu trabalho”(SANTOS, 1997, p. 91)

Em Suyá, a natureza dos argumentos de cada verbo também influencia no tipo de alinhamento existente na língua. No caso das orações em que vimos a presença do alinhamento ergativo-absolutivo, tínhamos apenas pronomes (vide 3.1.5.f a 3.1.5.i acima). No entanto, a presença de um sintagma natural completo apresenta um outro tipo de possibilidade, na qual A e O são marcados de maneiras distintas enquanto S é marcado duplamente (uma vez de forma similar a A e outra similar a O). Tem-se, assim, o que podemos chamar de um alinhamento nominativo-absolutivo em Suyá, como explicitado no exemplo seguinte:

(3.1.5.n) S_A s-V
 mendije ra ø-ɲgere kere
 pessoal NOM dançar NEG
 “As mulheres não dançaram” (GILDEA e CASTRO ALVES, 2010, p. 187)

- (3.1.5.o) A O V
 rɔpʃi ra miʃi pĩ
 onça NOM jacaré matar
 “A onça matou o jacaré” (SANTOS, 1997, p. 194)

Por fim, Suyá também apresenta um comportamento atípico em seu nominativo. Normalmente, nas línguas que apresentam o alinhamento nominativo-acusativo, o acusativo é marcado em oposição a S e A (vide 3.0.3.1 acima). Aqui, todavia, S e A levam uma marca que os diferenciam de O (vide orações 3.1.5.n e 3.1.5.o). Esse tipo de alinhamento é o que Dixon chama de Nominativo Marcado (1994, p. 63), sendo uma possibilidade já atestada nas línguas do mundo.

O que vai contra o que é atestado, entretanto, é a ergatividade se apresentar no sistema pronominal da língua e não quando os argumentos dos verbos são sintagmas nominais plenos. O universal encontrado na literatura é exatamente o contrário (DIXON, 1994, p. 84).

Em resumo, tem-se em Suyá a seguinte situação seguindo a interpretação de Gildea & Castro Alves (2010) sobre seu sistema de alinhamento:

	Nominativo- Acusativo	Nominativo- Absolutivo	Ergativo- Absolutivo
Condicionamento	Padrão Geral	Ocorrência de operadores pós-verbais de tempo, aspecto ou polaridade	
Natureza dos SN		Pronominais	Nominais
Forma Verbal	Final	Não Final	
Posição Verbal	Final	Não Final	

Tabela 3.XIX: Sistematização dos diferentes alinhamentos em Suyá

3.2 Línguas Jê Centrais

As línguas Jê centrais analisadas foram o Xavante e o Xerente. Apesar de apresentarem pronomes livres e prefixos pronominais como as outras línguas vistas até então, o comportamento das formas livres é um pouco diferente, apresentando diferenças condicionadas por tempo, por exemplo.

3.2.1 Xavante

Características: Apresenta uma cisão no comportamento de verbos intransitivos no seu padrão geral e alinhamento ergativo-absolutivo em diferentes contextos condicionados pelo status da oração ou pela polaridade.

Os dados da língua Xavante, e suas respectivas interpretações, foram retirados de dois tipos principais de trabalhos: teses e dissertações sobre o idioma, como Oliveira (2007) e Santos (2008); e dados elicitados por questionários, como em McLeod (1960).

Tanto a partir da observação dos dados elicitados em Xavante, como nos dados disponíveis nos trabalhos sobre o idioma, é possível distinguir dois tipos principais de oração nas orações afirmativas:

(3.2.1.a) S_O-V
 ʔĩ-wẽ di
 1-bom EST
 “Eu sou bom” (MCLEOD, 1960, p. 320.a)

(3.2.1.b) S_O-V
 ĩĩ-waʔro di
 1-calor EST
 “Estou com calor” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 73)

As orações acima são similares aos verbos estativos vistos em algumas línguas Jê Setentrionais acima. A diferença aqui, se compararmos com as línguas descritas até então, é que esses verbos pedem uma marca “-di” que não ocorre com os outros verbos da língua:

(3.2.1.c) S_A V
 wa bõ
 1 andar
 “Eu ando” (MCLEOD, 1960, p. 330.a)

(3.2.1.d) S_A s-V
 te ʔaj-bõ
 2 2-andar
 “Você anda” (MCLEOD, 1960, p. 330.b)

- (3.2.1.e) S_A V
 te bõ
 3 andar
 “Ele anda” (MCLEOD, 1960, p. 330.c)
- (3.2.1.f) O A a-V
 uhödö wati-rẽ
 anta 1.pass 3¹¹-comer
 “Eu comi anta” (OLIVEIRA, 2007, p. 173)
- (3.2.1.g) S S s-V
 ai’uté mati-wawa
 criança 3.pass 3-chorar
 “A criança chorou” (OLIVEIRA, 2007, p. 174)

Nas orações estativas da língua, não há ocorrências de morfemas livres. Segundo Oliveira (2007), Xavante apresenta como padrão geral um alinhamento ativo-estativo, no qual os morfemas livres wa, te e ma, ocorrem apenas nas orações ativas, não estando presentes em orações estativas como 3.2.1.a. As formas presas, por sua vez, tendem ocorrer tanto na posição de S como de O.

- (3.2.1.h) A o-V
 wa ʔaj-ʔajë
 1 2-bater
 “Eu te bato” (MCLEOD, 1960, p. 334.a)
- (3.2.1.i) A o-V
 te ʔĩ-ʔajë
 Ñ1¹² 1-bater
 “Você me bate” (MCLEOD, 1960, p. 334.e)

¹¹ Na glosa original, ti- está marcado como servindo para 1ª e 3ª pessoas, mas seguiremos aqui a explicação encontrada em Santos (2008, p. 13).

¹² “Te” é interpretado na literatura da língua Xavante de várias formas: Como marca de aspecto potencial (SANTOS, 2008, p. 36) e morfema subespecificado para 2ª e 3ª pessoas levando também marca de tempo presente (OLIVEIRA, 2007, p. 167-8). Como não faz parte dos nossos objetivos decidir qual é a natureza dessa partícula, apenas levaremos em consideração o fato de que ela não ocorre com a 1ª pessoa, sendo então glosado como Ñ1 (Não-Primeira-Pessoa).

- (3.2.1.j) A o-V
 te ʔĩ-ʔajë
 Ñ1 1-bater
 “Ele me bate” (MCLEOD, 1960, p. 334.i)

Enquanto isso, as orações negativas apresentam segundo Oliveira (2007) outro alinhamento, independente do tipo de oração:

- (3.2.1.k) S_{o-v}
 ã-wê ã di
 1-bom NEG EST
 “Eu não sou bonito” (OLIVEIRA, 2007, p. 174)

- (3.2.1.l) O A a-V
 Uhödö wate wa-rene ã di
 anta 1 te 1-comer NEG EST
 “Nós não comemos anta” (OLIVEIRA, 2007, p. 174)

- (3.2.1.m) S s-V
 ai’uté ø-wawai ã di
 criança 3-chorar NEG EST
 “A criança não chorou” (OLIVEIRA, 2007, p. 174)

- (3.2.1.n) A O o-V
 ø ʔajhëjʔrë bã tĩ-wĩ
 3 jacaré PASS 3-matar
 “Ele matou o jacaré” (MCLEOD, 1960, p. 208.c)

- (3.2.1.o) A O V
 te te ci bãj wĩ-ri ã di
 Ñ1 ERG pássaro PASS matar-NMLZ NEG EST
 “Ele não matou o passarinho” (MCLEOD, 1960, p. 339.g)

Nesses casos A recebe uma marcação de maneira distinta de S e de O, o que acaba por definir um alinhamento ergativo-absolutivo. Com os dados de Oliveira (2002, p. 83) e Santos

(2008, p. 118-28) temos a distribuição das formas livres e presas no singular da língua Xavante:

		Formas Livres		Forma Presa	
Afirmativas	Transitiva	1ª Pessoa	wa	i-	
		2ª Pessoa	te / ma	a- / ai-	
		3ª Pessoa	te / ma	i ⁻¹³ / ti- / Ø	
	Intransitiva Ativa	1ª Pessoa	wa	Ø	
		2ª Pessoa	te / ma	a- / ai-	
		3ª Pessoa	te / ma	ti- / Ø	
	Intransitiva Descritiva	1ª Pessoa	---	ĩ-	
		2ª Pessoa	---	a- / ai-	
		3ª Pessoa	---	ti- / Ø	
	Negativas	Transitiva	1ª Pessoa	wa	i-
			2ª Pessoa	te / ma	a- / ai--
			3ª Pessoa	te / ma	Ø
Intransitiva Ativa		1ª Pessoa	---	Ø	
		2ª Pessoa	---	a- / ai-	
		3ª Pessoa	---	Ø	
Intransitiva Descritiva		1ª Pessoa	---	i-	
		2ª Pessoa	---	a- / ai--	
		3ª Pessoa	---	Ø	

Tabela 3.XX: Tabela de Pronomes em Xavante

Esse tipo de interpretação, entretanto, não é a única disponível na literatura. De acordo com Santos (2008), algumas das orações acima receberiam as seguintes interpretações:

(3.2.1.p)	S		s-V	
	wa	Ø	Ø-bõ	Ø
	1	POT	1-ir	SING
	“Eu vou”			

¹³ Nos verbos em que a segunda pessoa age sobre a terceira, o prefixo utilizado é i-. Apesar do ambiente em comum com a hierarquia de pessoa vista nas línguas Jê Setentrionais, esse prefixo não é usado para marcar a 2ª pessoa em nenhum outro ambiente, o que leva a crer que se trata de outro fenômeno.

(3.2.1.q) S s-V
 ø te ʔaj-bõø
 2 POT 2-ir SING
 “Você vai”

(3.2.1.r) S V
 ø te ø-bõ ø
 3 POT 3-ir SING
 “Ele vai”

Essa interpretação diferente faria com que o alinhamento padrão em Xavante fosse o nominativo-absolutivo, uma vez que ele estaria presente não só no presente, mas também em outros tempos verbais como no passado e no futuro. Na oração seguir, a primeira marca de pessoa é enfática:

(3.2.1.s) S S s-V
 Wa hã wa ø dza ø-wara
 1 ENF 1 POT PROJ 1-correr
 “Eu vou correr” (Rodrigues, Cabral e Soares, 2005, apud Santos, 2008, p. 48)

(3.2.1.t) S s-V
 Ø bã to aj-wajrebe wa
 2 PFV RLS 2-sair DUAL
 “Vocês (dois) saíram” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 218)

A marcação dupla de S nas orações acima, como explicado na definição desse tipo de alinhamento, vai de acordo com as marcações de A e O nas orações transitivas dos mesmos ambientes. De qualquer forma, segundo essa interpretação, o padrão geral da língua Xavante ainda apresenta uma intransitividade cindida, apesar de acontecer de forma distinta à proposta por Oliveira (2007).

Santos (2008) também difere em sua interpretação da língua Xavante ao propor que o alinhamento ergativo se apresenta não só nas orações negativas mas em outros contextos nos quais o núcleo da oração é seguido por um nominalizador, como em orações relativas e subordinadas:

- (3.2.1.u) [s-V] [S s-V]
 ʔaj-brēmẽ waptuj waphã, ø te ø-wajhuʔu ʔõ di
 2-falar depressa CONJ1 ERG 1-entender NEG EST
 “Quando você fala depressa, eu não entendo” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 182)

Em conclusão, tem-se com ambas as interpretações o seguinte quadro-resumo:

	Intransitividade Cindida	Ergativo-Absolutivo
Condicionamento	Padrão Geral	Orações Negativas Orações Relativas Orações Subordinadas
Posição Verbal	Final	Não-Final

Tabela 3.XXI: Esquematização dos sistemas de alinhamento em Xavante

3.2.2 Xerente

Características: Apresenta o alinhamento nominativo-acusativo como padrão geral, havendo uma cisão condicionada pela presença de operadores pós-verbais.

Os dados da língua Xerente foram tirados da tese de Sousa Filho (2007), sendo as interpretações utilizadas também encontradas no trabalho desse autor.

Assim como na outra língua da família, foram encontradas formas verbais que denotam qualidades (chamadas pelo autor de predicados atributivos), sendo marcadas pelo morfema – di~ti~ki:

- (3.2.2.a) S V
 tahẽ pse-di
 3 bonito-PRED
 “Ela é bonita/Ela tem beleza/Há beleza nela” (SOUSA FILHO, 2007, p. 218)

- (3.2.2.b) S V
 wa pse-di
 1 bonito-PRED
 “Eu sou bonito / Estou bonito / Tenho beleza / Há beleza em mim” (SOUSA FILHO, 2007, p. 218)

- (3.2.2.k) s-V
 ai-s-õkre kõi-di
 2-R-cantar NEG-PRED
 “Você não canta” (SOUSA FILHO, 2007, p. 288)

Temos em Xerente, portanto, a seguinte sistematização:

	Nominativo-Absolutivo	Ergativo-Absolutivo
Condicionamento	Padrão Geral	Presença de operadores pós-verbais
Posição Verbal	Final	Não-Final

Tabela 3.XXIII: Esquematização dos sistemas de alinhamento em Xerente

3.1 Jê Meridional

As línguas Jê Meridionais analisadas foram o Kaingang e o Xokleng. Diferente das línguas vistas até aqui, nem Xokleng nem Kaingang apresentam uma série de prefixos pronominais diferentes das formas livres.

3.1.1 Kaingang

Características: Apesar de, ao que tudo indica, apresentar como padrão geral o alinhamento nominativo-acusativo, a concordância verbal não segue necessariamente o tipo de comportamento esperado nesse alinhamento. Além disso, a ordem dos sintagmas muda dependendo da natureza dos argumentos verbais.

Diferentemente do sistema pronominal das línguas Jê setentrionais, a oposição de S e A em relação a O só acontece baseado na ordem dos sintagmas na oração, vindo S ou A logo após o verbo e O apenas no final da oração. Diferente das diferentes possibilidades de intransitividade cindida apresentada nas línguas Jê das outras regiões, o padrão geral em Kaingang é, independente da interpretação, o nominativo-acusativo:

- (3.3.1.a) V S
 kavej inh nĩ
 sujo 1 EST
 “Eu estou sujo” (WIESEMANN, 1971, p. 320.a)

- (3.3.1.b) V S
 tĩg **inh** tĩ
 ir **1HAB**
 “Eu ando” (WIESEMANN, 1971, p. 330.a)
- (3.3.1.c) V S
 tĩg **ã**tĩ
 ir **2HAB**
 “Você anda” (WIESEMANN, 1971, p. 330.b)
- (3.3.1.d) O V A
ã rẽn inh
2 bater 1
 “Eu te bato” (WIESEMANN, 1971, p. 334.a)
- (3.3.1.e) O V A
inh ren ã
1 bater 2
 “Você me bate” (WIESEMANN, 1971, p. 334.e)
- (3.3.1.f) S V
ta kutẽ
Chuva cair
 “Choveu” (ALMEIDA, 2008, p. 106)

A partícula que marca o aspecto estativo em Kaingang pode ser encontrada em orações transitivas, sem entretanto fazer alguma diferença no sistema de alinhamento. As discussões sobre as questões semânticas do comportamento do aspecto estativo e as partículas usadas para expressá-lo em Kaingang podem ser encontradas no capítulo de análise do presente trabalho e Gonçalves (2007, p. 170-5). É interessante notar que, diferente das outras línguas vistas até agora, a ordem dos constituintes em Kaingang é diferente dependendo da natureza dos argumentos. Se A/S forem sintagmas nominais plenos, eles vêm prepostos ao verbo; caso contrário, eles vêm depois:

“Então meu pai chegou um pouco antes” (GONÇALVES, 2007, p. 144)

- (3.3.1.l) [A] O V
 ãn tỹta fi **tóg** inh mē mũ
 Alguém moça 3.F **SUJ** 1 ouvir ASP
 “Uma moça está me ouvindo” (D’Angelis:1993 apud Gonçalves, 2007, p. 93)

- (3.3.1.m) S NEG V
 Kanhgág pi kãnhmar kófãñ tĩ
 Índio NEG logo envelhecer ASP
 “Índio demora a envelhecer” (D’Angelis, 2004 apud Gonçalves, 2007, p. 96)

- (3.3.1.n) A [O] V
 Inh pi André **tỹ** kãtĩg ge ki kanhró nĩ
 1NEG André **SUJ** vir entrar em saber ASP
 “Eu não sabia que o André viria” (D’Angelis, 2006)

Sintaticamente, todas as marcas – independentemente do ambiente em que se encontram – distinguem S e A de O, sendo exemplos de um alinhamento nominativo-acusativo marcado (cujo padrão já foi descrito anteriormente em Suyá).

A diferença em polaridade não parece ser um fator que cause uma cisão de alinhamento em Kaingang, com o comportamento das marcas de sujeito sendo iguais através de orações com diferentes polaridades:

- (3.3.1.o) A O V
 hoghogvỹ ógsã prãg tĩ
 cachorro SUJ cateto morder HAB
 “Cachorro morde cateto” (ALMEIDA, 2008, p. 89)

- (3.3.1.p) A O V
 hoghogvỹ ógsã prãg tũ nĩg tĩ
 cachorro SUJ cateto morder NEG EST HAB
 “Cachorro não morde cateto” (ALMEIDA, 2008, p. 89)

Uma característica interessante em Kaingang é o fato de o verbo ter em alguns dados concordado em número com o objeto, e não necessariamente com o sujeito:

- (3.3.1.q) S V
 gir vy kute
 menino SUJ cair.SG
 “O menino caiu” (ALMEIDA, 2008, p. 46)
- (3.3.1.r) S V
 gir ag vy vár
 menino PL SUJ cair.PL
 “Os meninos caíram” (ALMEIDA, 2008, p. 47)
- (3.3.1.s) A O V
 kasor vy jóvé Gam
 cachorro SUJ copo quebrar.SG
 “O cachorro quebrou o copo” (ALMEIDA, 2008, p. 47)
- (3.3.1.t) A O V
 kasor vy jóvé gógãm
 cachorro SUJ copo quebrar.pl
 “O cachorro quebrou os copos” (ALMEIDA, 2008, p. 47)

Ou seja, apesar de na marcação nominal Kaingang apresentar um padrão nominativo-acusativo, quando se trata da concordância verbal, a língua opõe A a S e O, o que reflete um sistema de concordância verbal em número com S ou com O¹⁴.

Condicionamento	Nominativo-Acusativo	Ergativo-Absolutivo
	Padrão Geral (Marcação Nominal)	Padrão Geral (Concordância verbal)

Tabela 3.XXV: Esquematização dos sistemas de alinhamento em Kaingang.

3.1.2 Xokleng

Características: Possui predominantemente um alinhamento nominativo-acusativo com nominativo marcado, e apresenta uma cisão condicionada por aspecto.

¹⁴ Mais à frente será visto que esses são os argumentos internos do verbo.

Assim como em Kaingang, os pronomes em Xokleng também apresentam apenas formas livres, sendo que S e A tendem a vir seguidas de marcadores de sujeito como os vistos a seguir:

- (3.3.2.a) S V
 tã wũ tẽ mũ
 Ele NOM ir ATIVO
 “Ele foi” (URBAN, 1985, p. 166)
- (3.3.2.b) A O V
 tã wũ ti penũ mũ
 Ele NOM ele atirar ATIVO
 “Ele; atirou nele;” (URBAN, 1985, p. 166)
- (3.3.2.c) S V
 Dil vũ lanhlanh já
 Dil NOM trabalhar ASP
 “Dil está trabalhando” (GAKRAN, 2005, p. 93)
- (3.3.2.d) A O V
 Kaggunh vũ mẽg tanh já
 NOME NOM onça matar ASP
 “Kaggunh está matando a onça” (GAKRAN, 2005, p. 93)

Nas orações acima, A e S levam a marca de sujeito, em oposição a O. Por esse motivo, pode-se dizer que, assim como em Kaingang, tem-se em Xokleng como padrão geral um alinhamento nominativo-acusativo marcado.

Entretanto, existe em Xokleng uma cisão no sistema de alinhamento da língua condicionado pelo aspecto das orações. Segundo Urban (1985), o sistema ergativo se dá no aspecto que ele chama de “estativo”, ou seja, A se opõe a O e S, em contraste ao aspecto “ativo” das orações (3.3.2.a) e (3.3.2.b):

- (3.3.2.e) S V
 ti tẽŋ wã
 Ele ir EST
 “Ele foi” (URBAN, 1985, p. 166)

- (3.3.2.f) A O V
 ti tõ ti pɛnu wã
 Ele ERG ele atirar EST
 “Ele_i atirou nele_j” (URBAN, 1985, p. 166)

Diferente das outras línguas Jê vistas até agora, não há uma cisão condicionada pela modalidade no caso de orações afirmativas e negativas, mantendo-se o alinhamento esperado (ainda que com uma diferença na marcação aspectual):

- (3.3.2.g) S V
 kuzó te vũ tavig mu
 velho ART NOM chegar ASP
 “O velho chegou” (GAKRAN, 2005, p. 49)

- (3.3.2.h) S V
 kuzó te vũ tavig tũ te
 velho Art NOM chegar neg ASP
 “O velho não chegou” (GAKRAN, 2005, p. 51)

Semanticamente, a distinção entre as duas formas é que o aspecto estativo é utilizado pra marcação de estativos clássicos como “estar com fome” e “estar doente”. Entretanto, ele pode ser usado mais amplamente: a oração “Ele correu” marcada no aspecto estativa quer dizer literalmente que “ele está no estado de ter corrido”.

	Nominativo-Acusativo	Ergativo-Absolutivo
Condicionamento	Padrão Geral	Aspecto Descritivo

Tabela 3.XXVI: Esquematização dos sistemas de alinhamento em Xokleng

O comportamento sintático das orações declarativas vistas até então podem nos dar pistas de extrema valia para entender não só o seu próprio funcionamento, mas também auxiliam na interpretação dos dados de outros tipos de orações, como as orações imperativas e proibitivas vistas a seguir:

4. Orações Imperativas e Proibitivas

A seguir tem-se uma sistematização simplificada das orações imperativas e proibitivas nas diferentes línguas da família Jê: serão tratadas apenas as orações que visam uma reação apenas do interlocutor, servindo apenas de introdução aos sistemas das línguas aqui estudadas.

4.1. Línguas Jê Setentrionais

Essa é uma breve sistematização das orações imperativas e proibitivas nas línguas Jê setentrionais. Com exceção do Panará, as línguas apresentam constantemente uma cisão na forma em que os verbos intransitivos se apresentam no imperativo, e os prefixos pronominais presentes em verbos transitivos se referem a pessoas diferentes dependendo da polaridade.

4.1.1. Apinajé

Características: Apresenta uma cisão na forma em que trata os verbos intransitivos no imperativo, e os prefixos pronominais se alinham de forma distinta dependendo da polaridade. Apresenta o mesmo marcador de negação encontrado nas orações negativas. Pode fazer uso do modo irrealis para formar comandos.

Nas orações imperativas em Apinajé, temos as construções de formas similares às declarativas. Os dados aqui utilizados são advindos tanto dos questionários utilizados pelo Instituto Summer de Lingüística (HAM, 1960) como da tese de Oliveira (2005).

Segundo Oliveira (2005), existem duas formas de se construir as orações imperativas em Apinajé (outros tipos similares de oração serão vistos apenas no capítulo a seguir). Uma das formas é através de uma oração no modo irrealis endereçada ao interlocutor, a fim de fazer um pedido ou oferecer um conselho:

(4.1.1.a) [S E O V] [A O V]
 kət kaj iŋ-mẽ me ok j-akre pa ø ɔbu
 IRR 2.IRR 1.DATPL pintar R-mostrar 1 3 ver
 “Mostre-nos como pintar pra que eu possa ver” (Oliveira, 2005, p. 227)

A outra maneira de se poder construir orações imperativas é usando uma oração sem marcação alguma de modo, o que é interpretado como um comando mais direto:

- (4.1.1.b) O V
 Kaŋẽ pĩ
 Cobra matar
 “Mate a cobra!” (HAM, 1960, p. 339.i)
- (4.1.1.c) a-V
 A-pĩ
 2-matar
 “Mate!” (OLIVEIRA, 2005, p. 257)
- (4.1.1.d) s-V
 kij a-tujaro
 HORT2-grávida
 “Engravide logo!” (OLIVEIRA, 2005, p. 257)

Oliveira (2005) chama atenção para o fato de que o imperativo é o único ambiente em Apinajé em que o verbo concorda tanto com S (no caso do verbo descritivo em 4.1.1.d) como com A, quando o objeto não é expresso (como 4.1.1.c). A não utilização do prefixo pronominal ocorre em algumas orações intransitivas como as mostradas nas orações a seguir:

- (4.1.1.e) V
 jĩ
 Sentar
 “Sente-se!” (OLIVEIRA, 2005, p. 257)
- (4.1.1.f) V
 grɛ
 Dançar
 “Dance” (OLIVEIRA, 2005, p. 257)

Oliveira (2005) não apresenta uma interpretação sobre as orações proibitivas em Apinajé, mas algumas semelhanças podem ser encontradas com as orações negativas. Para isso,

entretanto, é necessário interpretarmos as orações a seguir de uma forma um pouco diferente (mais notadamente, a oração 4.1.1.g):

(4.1.1.g) (O-)¹⁵V
 (∅-)pĩr kee ne
 (3-)matar.ÑFINEG
 “Não mate, não!” (HAM, 1960, p. 339.j)

(4.1.1.h) kwa a-kapêr ket=nê
 EXC 2-falar NEG
 “Argh, não fala!” (Oliveira, 2005, p. 320)

Ao comparar 4.1.1.g com as orações 4.1.1.b e 4.1.1.c, podemos perceber que a forma verbal que ocorre nas orações proibitivas difere da forma utilizada nas imperativas assim como acontece nas orações declarativas afirmativas e negativas. Mas, como já foi visto anteriormente, é possível que a forma não-finita dos verbos apresente prefixos nominais: em orações intransitivas, é o argumento único que é marcado; nas orações transitivas, o objeto. Se respeitarmos essa diferença aqui e lembrarmos que a 3ª pessoa é marcada com o morfema zero nesses contextos em Apinajé, é possível concluir que a concordância da língua nas orações proibitivas jamais é nominativa.

Ou seja, as orações proibitivas em Apinajé apresentam o verbo em sua forma não-finita e com os mesmos prefixos pronominais esperados nas orações negativas. O paradigma em Apinajé entre orações imperativas e proibitivas se apresenta assim:

(4.1.1.i) a-V
 amne a-kje!
 Aqui 2-puxar
 “Puxa pra cá!” (OLIVEIRA, 2005, p. 391)

¹⁵ A marcação do morfema zero não está presente na transcrição original fornecida por Ham (1960).

- (4.1.1.j) o-V NEG
 ø-kjen ket-ne
 Puxar.ÑFI NEG
 “Não puxe” (OLIVEIRA, 2005, p. 391)

Os alinhamentos presentes nas orações imperativas e proibitivas em Apinajé se encontram da seguinte forma:

	Imperativo	Proibitivo
Posição do Verbo	Final	Não Final
Forma Verbal	Finita	Não Finita
Marcador de Negação	Não se aplica	Igual às declarativas

Tabela 4.I: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Apinajé.

4.1.2. Canela Apãniekrá

Características: Apresenta uma cisão na forma em que trata os verbos intransitivos no imperativo, e os prefixos pronominais se alinham de forma distinta dependendo da polaridade. Apresenta o mesmo marcador de negação encontrado nas orações negativas.

As construções imperativas em Canela Apãniekrá aqui analisadas são as construções oferecidas por Castro Alves (comunicação pessoal).

Primeiramente, em Canela é possível ver que os verbos se comportam de maneira diferente dependendo da transitividade. Os verbos intransitivos em sua forma imperativa não apresentam o prefixo de pessoa quando se é pressuposto que o comando é feito ao interlocutor:

- (4.1.2.a) V
 ŋɔ̃r
 dormir
 “Durma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

- (4.1.2.b) V
 apɜ
 comer.INTRANSITIVO

“Coma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

Nas orações proibitivas intransitivas em Canela, entretanto, o prefixo pronominal aparece alinhado com o argumento único, sendo que o verbo se apresenta na sua forma não finita assim como demonstrado nas orações a seguir:

(4.1.2.c) a-V
 a-ɲõt nare
 2-dormir.ÑFI Neg
 “Não durma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

(4.1.2.d) a-V
 a-jɜpən nare
 2-comer.ÑFI Neg
 “Não coma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

Nas orações transitivas, entretanto o comportamento apresentado é um pouco diferente. Nas orações imperativas transitivas, ou O é apresentado como um sintagma nominal pleno ou ele se apresenta sob a forma de um prefixo pronominal de 3ª pessoa, existindo uma distinção entre o prefixo usado nas orações imperativas e o prefixo usado nas proibitivas. Mais uma vez, as formas finitas dos verbos ocorrem no imperativo e as formas não-finitas no proibitivo:

(4.1.2.e) O V
 kaɲõ kura
 cobra matar
 “Mate a cobra!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

(4.1.2.f) o-V
 iʔ-kurãn nare
 3-matar.ÑFI Neg
 “Não mate!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

(4.1.2.g) o-V

ku-krẽ

3-comer.TRANS

“Coma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

(4.1.2.h) o-V

iʔ-krẽn nare

3-matar.ÑFI Neg

“Não coma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

O prefixo utilizado em 4.1.2.g, segundo Castro Alves (2004) faz parte da série de prefixos pronominais da série III¹⁶, enquanto nas orações 4.1.2.f e 4.1.2.h, o prefixo faz parte da série II¹⁷.

	Imperativo	Proibitivo
Posição do Verbo	Final	Não Final
Forma do Verbo	Final	Não-Finita
Marcador de Negação	Não se aplica	Igual às declarativas

Tabela 4.II: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Canela Apãniekrá.

4.1.3. Mebẽngokré

Características: Apresenta uma cisão na forma em que trata os verbos intransitivos no imperativo, e os prefixos pronominais se alinham de forma distinta dependendo da polaridade. Apresenta o mesmo marcador de negação encontrado nas orações negativas.

Os dados utilizados aqui em Mebẽngokré foram retirados do questionário do Instituto Summer de Lingüística preenchido por Trapp (1961), além dos dados elicitados numa breve entrevista com o professor Xirkín Bep Nhoró-Ti.

Analisando primeiramente os verbos intransitivos, temos o seguinte paradigma:

¹⁶ Usados em Canela em verbos que o sujeito é experienciador de um verbo no qual a atividade não é controlada ou de um verbo descritivo

¹⁷ Usado para o paciente desses mesmos verbos.

(4.1.3.a) V
 ɲõrõ
 dormir
 “Durma!” (TRAPP, 1961, p. 340.i)

(4.1.3.b) a-V
 a-ɲõt ket
 2-dormir.ÑFI NEG
 “Não durma!” (TRAPP, 1961, p. 340.j)

Na oração afirmativa, o verbo não apresenta nenhuma marca de pessoa, enquanto na forma negativa a 2ª pessoa aparece codificada através do prefixo pronominal ligado à forma não-finita do verbo, diferindo também nesse aspecto em relação à construção imperativa na qual é apresentada a forma finita.

Nas orações transitivas, entretanto, não houve ocorrência de nenhum prefixo pronominal a julgar pelas orações a seguir:

(4.1.3.c) O V
 Kãñã bĩ
 cobra matar
 “Mate a cobra!” (TRAPP, 1961, p. 339.i)

(4.1.3.d) V
 Kãñã bĩn ket
 cobra matar.ÑFI NEG
 “Não mate a cobra!” (Nhoró-Ti, Comunicação Pessoal)

O que é possível perceber nas orações transitivas é que o contraste entre formas finitas nas orações imperativas e formas não-finitas nas orações proibitivas se mantém.

	Imperativo	Proibitivo
Posição do Verbo	Final	Não Final
Forma do Verbo	Finita	Não-Finita
Marcador de Negação	Não se aplica	Igual às declarativas

Tabela 4.III: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Mebêngokré.

- (4.1.4.d) O V
 Ka =iasi =piri sã
 IRR veado matar NEG
 “Não mate o veado” (DOURADO, 2001, p. 134)

Uma última possibilidade, e alternativa à oração 4.1.4.c é apenas apresentar os verbos sem marca alguma:

- (4.1.4.e) O V
 Iãsi piri
 “Mate o veado!” (DOURADO, 2001, p. 135)

Assim sendo, a tabela de condicionamentos e contrastes em Panará ficaria da seguinte forma:

	Imperativo	Proibitivo
Contraste com Declarativas	Diferente	Diferente
Marcador de Negação	Não se aplica	Igual às declarativas

Tabela 4.IV: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Panará.

4.1.5. Suyá

Características: Apresenta uma cisão na forma em que trata os verbos intransitivos no imperativo, e os prefixos pronominais se alinham de forma distinta dependendo da polaridade. Pode apresentar o mesmo marcador de negação encontrado nas orações negativas, usando também uma marca não encontrada nas orações negativas. É possível ainda usar uma partícula especial nas orações imperativas.

Os dados presentes em Guedes (1993) e Santos (1997) apresentam uma maneira uniforme de se construir o imperativo e o proibitivo, e consideram que o imperativo é feito primeiramente com o uso da forma livre *riŋi* e com o verbo acrescido do prefixo pronominal na 2ª pessoa:

(4.1.5.a) s-V
 riŋi a-kaper
 Poder 2-falar
 “Fale!” (GUEDES, 1993, p. 134)

(4.1.5.b) s-V
 A-yomo
 2-Correr
 “Corra” (GUEDES, 1993, p. 134)

Tanto a forma livre como o prefixo pronominal, entretanto, são opcionais segundo Guedes (1993), podendo ser retirados como no exemplo intransitivo a seguir:

(4.1.5.c) s-V
 Ø-tētē
 Ø-ir.ir
 “Venha!” (GUEDES, 1993, p. 134)

A diferença entre a marcação dos verbos acima pode ser explicada ao comparar a natureza semântica das ações em questão e como as línguas Jê as codificam: Nos exemplos (4.1.5.a) e (4.1.5.b) tem-se o que se chama de “verbos descritivos” em outras línguas da região, enquanto (4.1.5.c) se refere aos chamados “verbos ativos”.

Quanto à forma livre, trataremos dela durante a análise.

No caso das orações proibitivas, a marca que se tem para o negativo é a forma livre “*wichi*” ocorrendo após o verbo. Além disso, a forma verbal apresentada nas orações proibitivas não apresenta diferenças em relação à forma encontrada nas imperativas, estando aqui também precedida pelo prefixo pronominal na 2ª pessoa:

(4.1.5.d) s-V
 a-kaper wiŋi
 2ª-falar não.pode
 “Não fale!” (GUEDES, 1993, p. 136)

- (4.1.5.e) s-V
 A-yomo wiḡi
 2-correr não.poder
 “Não corra!” (GUEDES, 1993, p. 136)

Os dados encontrados em Santos (1997) apresentam as mesmas possibilidades, além de existir orações proibitivas que usam a mesma estratégia de negação das orações declarativas, apesar de levar uma marca de imperativo no início de maneira similar às orações imperativas (em oposição às proibitivas vistas até então):

- (4.1.5.f) s-V
 rik a-mbərə kere
 IMP 2-chorar NEG
 “Não chora!” (SANTOS, 1997, p. 142)

O contraste entre esse uso e o descrito anteriormente também será tratado de maneira mais abrangente durante a análise do capítulo a seguir. .

	Imperativo	Proibitivo
Posição do Verbo	Final	Não Final
Marcador de Negação	Não se aplica	Existem dois: um igual e um diferente à da negativa

Tabela 4.V: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Suyá.

4.2.Línguas Jê Centrais

A seguir tem-se uma breve sistematização das orações imperativas e proibitivas nas línguas Jê Centrais. Em comum as línguas apresentam a ocorrência de um marcador de imperativo que ocorre em ambientes distintos.

4.2.1. Xavante

Características: Apresenta uma partícula que pode ser usada para marcar o imperativo em certos contextos. As orações proibitivas levam um marcador que existe em certas construções em orações declarativas, mas não parece ser a forma mais produtiva.

O imperativo em Xavante, de acordo com os dados tirados de McLeod & Mitchel (1987), se faz com a adição de algumas partículas após o verbo. A partícula “*na*” pós-posta ao verbo pode marcar o imperativo singular, sendo opcional.

(4.2.1.a) V
 sapuu'u
 Furar
 “Fure!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 263)

(4.2.1.b) V
 suu na
 socar IMP
 “Soque!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 259)

No dual é sempre necessário colocar a partícula “*aba*” após o verbo, enquanto no plural, temos as partículas “*za'ra wa'aba*” pós-postas ao verbo.

(4.2.1.c) V
 sapu'uu aba!
 Furar IMP.Ñ.SG
 “Furem” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 263)

(4.2.1.d) V
 sapu'u za'ra wa'aba!
 Furar Plur IMP.Ñ.SG
 “Furem” (vocês todos!) (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 263)

Em todos os casos, o proibitivo apresenta marcas encontradas nas orações declarativas. Nas orações proibitivas é a partícula que ocorre “*tõ*” no final da locução, co-ocorrendo com todas as outras partículas, exceto “*na*” no singular. Temos assim VNumTõ, não havendo marcação de número no presente.

- (4.2.1.e) V
 sapu'u tō!
 Furar NEG
 “Não fure!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 263)
- (4.2.1.f) V
 sapu'uu aba tō!
 Furar IMP.Ñ.SG NEG
 “Não furem (vocês dois)” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 263)
- (4.2.1.g) V
 sapu'u za'ra wa'aba tō!
 Furar PL IMP.Ñ.SG NEG
 “Não furem (vocês todos)” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 263)

Apesar a marca de negação mais comum nas orações negativas ser “ō”, “tō” não ocorre apenas em orações proibitivas, sendo encontrada em orações como as seguintes:

- (4.2.1.h) S V A V
 'Ri tēme te mo, te te¹⁸ wapari tō da
 casa ALA Ñ1 ir, Ñ1 te ouvir NEG para
 “Ele foi para casa para não escutar” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 79)

Tem-se, como resultado, a seguinte tabela-resumo em Xavante:

	Imperativo	Proibitivo
Marca de Imperativo/Proibitivo	Restrita a um ambiente	Obrigatória em todos os casos
Marcador de Negação	Não se aplica	Secundária em declarativas

Tabela 4.VI: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Xavante

¹⁸ Devido aos problemas com as diferentes glosas na literatura, e à solução se encontrar muito além do escopo do presente trabalho, o morfema “te” em Xavante aparecerá na glosa sem nenhuma referência ao seus possíveis significados.

4.2.2. Xerente

Características: Apresenta partículas especiais de imperativo e proibitivo. Além disso, possui uma partícula específica para advertências.

Os dados em Xerente foram tirados principalmente da tese de Sousa Filho (2007), no qual o autor descreve duas possibilidades para a formação do imperativo e do proibitivo. Uma das estratégias utilizadas é usar a mesma estrutura encontrada nas orações declarativas, com o apagamento do argumento externo:

(4.2.2.a) O V
 kbadikre kiri
 rede buscar
 “Vá buscar a rede” (SOUSA FILHO, 2007, p. 161)

(4.2.2.b) s-V s-V
 we ai-mõrĩ are ai-s-ebre
 DIR 2-ir CONJ 2-R-entrar
 “Vem pra cá e entra” (SOUSA FILHO, 2007, p. 161)

Outra forma de se marcar o imperativo é com a adição de uma partícula específica ao final das orações, não havendo explicação sobre a diferença de uso ou se existe alguma restrição quanto ao ambiente:

(4.2.2.c) V
 kunmẽ sãm̃r-nã
 lá sentar-IMP
 “Senta lá” (SOUSA FILHO, 2007, p. 160)

Existem duas formas de se formar o proibitivo. Uma delas é – na verdade – uma marca especial para codificar advertências, e que pode ocorrer em verbos transitivos e intransitivos:

(4.2.2.d) s-V
 ai-si-kutõr-wa
 2-REFL-perder-ADV
 “Não vá se perder” (SOUSA FILHO, 2007, p. 161)

- (4.2.2.e) V
 kmədki-wa
 olhar-ADV
 “Não vá olhar!” (SOUSA FILHO, 2007, p. 161)

A outra possibilidade, aparentemente uma partícula derivada das marcas de negativo e de imperativo, é a maneira padrão de se marcar proibições em Xerente:

- (4.2.2.f) O V
 ã-n-ã kměsi-knã
 3-R-carne comer-PROB
 “Não coma carne” (SOUSA FILHO, 2007, p. 161)

- (4.2.2.g) s-V
 ai-mrmě-knã
 2-falar-PROB
 “Não fale!” (SOUSA FILHO, 2007, p. 161)

Assim, em Xerente, podemos observar as seguintes características do sistema em geral:

	Imperativo	Proibitivo
Marca de Imperativo/Proibitivo	Existente	Existente
Marcador de Negação	Não se aplica	Derivada da declarativa

Tabela 4.VII: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Xerente.

4.3. Línguas Jê Meridionais

Abaixo está uma descrição simplificada das orações imperativas e proibitivas nas línguas Jê Meridionais:

4.3.1. Kaingang

Características: Apresenta partículas que podem ser usadas apenas no imperativo e no proibitivo, mas sua ocorrência não é obrigatória nesses tipos de oração.

Os dados do imperativo em Kaingang foram retirados de duas fontes principais. Uma foi a dissertação de Almeida (2008) e outra foi o questionário do Instituto Summer de Linguística preenchido por Wiesemann (1971)

Nos dados encontrados em Almeida (2008), o imperativo em Kaingang se faz de forma similar ao indicativo. O verbo não apresenta nenhuma marca de pessoa, nem altera sua forma de acordo com a polaridade.

(4.3.1.a) V
 Kumer hã vi
 Devagar falar
 “Fale devagar!” (ALMEIDA, 2008, p. 102)

(4.3.1.b) [O] V
 Inh livro tỹ vỹn ke
 1 livro SUJ devolver
 “Devolva meu livro!” (ALMEIDA, 2008, p. 102)

O proibitivo, por sua vez, tem a adição da marca de negação “tug” e a marca de imperativo “ra” no final da oração. A marca de pessoa, diferente das orações imperativas, aparece antes do verbo em sua forma livre:

(4.3.1.c) O A V
 Isỹ nen ã vóg tũg ra
 1 coisa alguém mexer NEG IMP
 “Não mexa nas minhas coisas!” (ALMEIDA, 2008, p. 102)

Já nos dados de Wiesemann (1971), a língua apresenta características um pouco distintas. Nas orações transitivas, sempre houve a ocorrência da marca “hẽ” ao final da oração, interpretado aqui como uma marca de imperativo. A existência de uma polaridade distinta não parece afetar o uso dessa marca, estando presente também no proibitivo:

(4.3.1.d) O V
 pỹn tãnh hẽ
 Cobra matar IMP?
 “Mate a cobra!” (WIESEMANN, 1971, p. 339.i)

- (4.3.1.e) V
 ker tãnh hẽ
 NEG matar IMP?
 “Não mate!” (WIESEMANN, 1971, p. 339.j)

Nas orações intransitivas imperativas, entretanto, é possível notar a presença de outra marca, “rỹ”, que ocorre somente nesse contexto, “hẽ” voltando a ocorrer mais uma vez no proibitivo. A forma verbal, por sua vez, não muda de acordo com a polaridade.

- (4.3.1.f) S
 nũr rỹ
 dormir IMP
 “Durma!” (WIESEMANN, 1971, p. 340.i)

- (4.3.1.g) V
 ker nũr hẽ
 NEG dormer ?
 “Não durma!” (WIESEMANN, 1971, p. 340.i)

Tem-se, como resultado, a seguinte tabela-resumo em Kaingang:

	Imperativo	Proibitivo
Marca de Imperativo	Opcional	Obrigatória
Marcador de Negação	Não se aplica	Diferente da declarativa

Tabela 4.VIII: Sistematização das diferenças entre orações imperativas e proibitivas em Kaingang.

4.3.2. Xokleng

Características: Não foram encontrados dados o suficiente para fazer uma sistematização dos comandos em Xokleng.

Foram encontrados poucos dados sobre orações imperativas e proibitivas em Xokleng. As três únicas orações encontrada em Gakran (2005, p. 47) são as seguintes:

- (4.3.2.a) O V
 Kãggunh kagklo ko ló
 nome.M peixe comer para
 “Kãggunh, coma peixe!”

(4.3.2.b)

	O		V	
Kãggunh	kagklo	te	ko	ló
nome.M	peixe	ART	comer	para

“Kãggunh, coma o peixe!”

(4.3.2.c)

	O		V	
Kãggunh	kagklo	ũ	ko	ló
nome.M	peixe	ART	comer	para

“Kãggunh, coma um (dos) peixe(s)!”

Infelizmente, devido à insuficiência de dados, não é possível fazer generalizações a partir dessas poucas orações, motivo pelo qual esses dados não estão incluídos na análise a seguir.

5. Análise dos dados

Como foi exposto na revisão bibliográfica, um trabalho que seja desenvolvido sob um viés tipológico-funcional começa através de uma pesquisa interlingüística. Esse foi o motivo pelo qual o levantamento foi feito até então. Ao fazer esse levantamento, foi possível observar que a diversidade é um ponto básico nos diferentes idiomas.

Essa diversidade, entretanto, não é aleatória (caso contrário, ela não poderia ser explicada) ou ilimitada (porque se assim fosse, não seria possível organizar os dados). Mesmo nas diferenças apresentadas entre as línguas, há pontos em comum na variação: alguns ambientes se mostram mais propícios a codificar o imperativo (como o modo irrealis) enquanto outros não (como o tempo passado). Isso permite que, no lugar de se formular hipóteses *ad hoc* para cada língua sem base alguma para comparação, as diferentes possibilidades foram agrupadas e interpretadas de acordo com cada contexto, buscando assim não só os universais (aquilo que é comum a todas as línguas), mas também as diferentes formas e a extensão à qual as línguas podem se diferenciar umas das outras (formando uma taxonomia baseada nas diferentes estratégias empregadas). Em resumo, o estudo do que há de comum entre as línguas e o que existe de diferente entre elas acaba por se tornar um estudo paralelo e complementar (COMRIE, 1989, p. 33). Ao se fazer tipologia, portanto, se busca formular hipóteses sobre as características universais relevantes das categorias e estruturas gramaticais analisadas, e as correlações entre elas, podendo ser um estudo feito com um conjunto limitado de línguas (como é o caso do presente trabalho ao pegar apenas uma família genética) ou com um conjunto espalhado entre todas as línguas humanas (DIXON, 2010, p. 242).

Buscar fazer simplificações, entretanto, não precisa ser o final da análise. Como George Miller, freqüentemente considerado um dos pais das ciências cognitivas coloca em relação à lingüística. Segundo ele, lingüistas tendem a aceitar simplificações como explicações, recolocando regras específicas de uma determinada língua para um conjunto de regras mais gerais; o que acontece em outros tipos de ciência, como em psicologia, é que a explicação é estruturada em relação a “causa e efeito, antecedente e conseqüente, estímulo e resposta” (MACNEILAGE, 2008, p. 48).

Tendo isso em mente, os três passos a seguir serão tomados a fim de realizar a análise:

- **Levantamento dos dados:** Em resumo, o que foi feito no capítulo anterior.

- **Generalização tipológica:** A partir dos dados levantados no capítulo anterior, será feita uma sistematização dos dados de acordo com a variação de formas apresentadas em relação às funções relevantes para o presente trabalho.
- **Explicação funcional:** Com base nas generalizações feitas, buscar-se-á fazer uma explicação do porquê das estratégias analisadas serem utilizadas da forma que são.

Para tanto, a análise será feita da seguinte forma: Os dados serão repassados elaborando as posições vistas até então. À medida que os dados forem contextualizados, serão utilizadas as seguintes estratégias para ordenar generalizações, hipóteses e variações clinais:

- **Generalizações:** As generalizações com base nos dados serão ordenadas através de numerais romanos (i, ii, iii, iv,...);
- **Hipóteses:** As hipóteses apresentadas com base nos dados, mas que não puderam ser amplamente verificadas, serão ordenadas através de letras minúsculas (a, b, c, d,...), precisando de estudos posteriores;
- **Variações clinais e processos gramaticais:** As variações clinais e processos gramaticais pertinentes às explicações dadas no presente capítulo serão ordenadas através de letras gregas (α , β , γ , δ ,...) a fim de serem acessadas ao longo do texto.

Além da explicação preliminar que será formulada antes de cada generalização, uma síntese será oferecida ao final do capítulo.

5.0. Informações preliminares sobre a análise

O primeiro passo para fazer a análise foi buscar as diferentes estratégias usadas pelas línguas Jê, para codificar o imperativo e o proibitivo. Ao fazer isso, foi levada em consideração a constatação encontrada em Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 210) que, ao analisar 76 línguas, encontrou mais de uma forma de expressar gramaticalmente o imperativo. Ao analisar as línguas Jê, foi possível encontrar a mesma tendência na literatura sendo as diferentes formas explicadas ao longo desse capítulo:

	Estratégias encontradas para formação do Imperativo	Estratégias encontradas para formação do Proibitivo	Orações Similares Encontradas com Respectivas Estratégias
Apinajé	IRR, PG	PG	HORT (PART)
Canela	PG	PG	
Kaingang	IRR, PG	PG, PART	HORT (FUT)
Mebengokre	IRR, PG	PG	
Panará	PART, PG, IRR	PART, IRR	
Suyá	PG, PART(?)	PG, PART	HORT (PART)
Xavante	PG, PART, FUT	PG	HORT, JUSS (SUB?)
Xerente	PG, PART	PART	ADM, HORT (PART)

PG (Padrão Geral), PART (Partículas), FUT (Futuro), IRR (Irrealis), HORT (Hortativo), JUSS (Jussivo), ADM (Admonitivo), SUB (Subordinadas)

Tabela 5.I: Quadro-resumo com as estratégias encontradas.

As formas seguidas de um ponto de interrogação terão seu status questionado ao longo da análise.

Ao comparar as estratégias encontradas nas diferentes línguas da família, foi possível organizá-las de acordo com as propriedades comuns apresentadas:

Estratégia	Número de Línguas	Quantas regiões?	Quais?
<i>Imperativo</i>			
Padrão Geral	8 (Todas as línguas analisadas ¹)	3	Todas
Futuro/Irrealis	4 (Apinajé, Kaingang, Panará e Xavante)	3	Todas
Partículas Especiais	5 (Kaingang, Panará, Suyá, Xavante, Xerente)	3	Todas
<i>Proibitivo</i>			
Padrão Geral	5 (Apinajé, Canela, Mebengokré, Suyá, Kaingang)	2	Setentrional, Meridional
Partículas Especiais	4 (Kaingang, Suyá, Panará, Xerente)	3	Todas
Uso do Irrealis	1 (Panará)	1	Setentrional

Tabela 5.II: Quadro-resumo com a distribuição das estratégias encontradas.

¹ Lembrando que, na análise final, não foram encontrados dados do Xokleng, motivo pelo qual ele não foi incluído nesse capítulo.

Feitas essas generalizações, é possível notar que as estratégias utilizadas nas orações proibitivas também foram, em geral, encontradas nas orações imperativas dessas línguas de maneira a permitir agrupamentos mais gerais. A fim de melhor apresentar a análise dos dados, as estratégias serão agrupadas da seguinte forma:

- **Padrão Geral:** Primeiro serão apresentadas as formas mais semelhantes às encontradas nas orações declarativas das línguas analisadas;
- **Partículas Especiais:** Depois serão apresentadas as estratégias que não foram encontradas nas orações declarativas;
 - **Imperativo em Suyá:** Em seguida, serão discutidas as propriedades semânticas e sintáticas da marca de imperativo na língua Suyá.
- **Outras construções:** Ao fim da análise, serão apresentadas as estratégias que, apesar de serem menos centrais do que o padrão geral das línguas, também são encontradas nas orações declarativas. No caso, serão analisadas construções imperativas e horativas que ocorram com o tempo futuro, com o modo irrealis e com construções encontradas em orações relativas.

Cada tipo de oração será visto separadamente, sendo feita apenas depois a síntese dos dados. Para evitar maiores confusões quanto à nomenclatura, todas as vezes que as orações imperativas e proibitivas forem vistas de maneira conjunta, elas serão chamadas de **comandos**. E, devido à diferença de comportamento do Panará se comparado às outras línguas setentrionais, sempre que for necessário fazer referência às línguas Jê Setentrionais com exceção do Panará, elas serão chamadas de **línguas JSC** (sigla que significa “Jê Setentrionais Cindidas”, devido ao fato de que todas elas possuem como padrão geral um alinhamento caracterizado pela intransitividade cindida).

Além disso, foi usada como padrão a terminologia encontrada em Bybee et alii (1994, p. 179), com a adição do termo jussivo como encontrado em (AIKHENVALD, 2010, p. 428) descrita a seguir:

- **Imperativo:** Forma usada a fim de dar um comando direto ao(s) ouvinte(s);
- **Proibitivo:** Forma usada a fim de dar um comando negativo direto ao(s) ouvintes;
- **Optativo:** Forma usada para demonstrar desejo ou vontade em uma oração principal;

- **Hortativo:** O falante encoraja ou incita alguém a fazer uma ação (não apenas o ouvinte);
 - **Adortivo / Exortativo:** Seguindo Aikhenvald (2010, p. 428), serão considerados hortativas as orações em que o falante também vai realizar a ação (ou seja, hortativos serão comandos direcionados à 1ª pessoa do plural)². Além disso, termos como “exortativo” e “adortativo” serão considerados sinônimos (não sendo feita distinção entre os termos). Para evitar quaisquer problemas quanto à terminologia, será usado apenas o termo “hortativo”;
 - **Jussivo:** Comandos dirigidos a uma terceira pessoa, ou seja, simplesmente imperativos dirigidos à outras pessoas (PALMER, 2001, p. 81).
- **Admonitivo:** Forma usada para dar avisos (para que o ouvinte não faça alguma coisa);
- **Permissivos:** Forma usada para dar permissões.

Uma vez exposta qual será a classificação utilizada, partamos para os dados.

5.1. Padrão geral em comandos

Presente em: Todas as línguas setentrionais; Todas as línguas centrais; Kaingang.

A estratégia mais comum para a formação de imperativos, e a segunda estratégia mais comum para a formação de proibitivos nas línguas Jê, foi o uso do padrão geral das línguas. Devido às idiossincrasias do sistema de cada língua, as línguas não se apresentaram da mesma forma nesse contexto, sendo necessário primeiro ver mais atentamente quais foram as variações encontradas.

5.1.1. Padrão geral nas línguas Jê Setentrionais

Presente em: Apinajé, Canela, Mebengokré, Panará, Suyá.

² É válido dizer que essa não é a única possibilidade para o uso de hortativos. Em línguas como Maori, as exortações podem ser feitas à exclusão da primeira pessoa, mas não sendo comandos diretos.

	S	E	
kia	mate	ururoa	
SBJV	morrer	tubarão	
“Morra como um tubarão” (= “Que você morra como um herói”)			(POLINSKY, 2001, p. 417)

Todavia, como não foram encontradas construções que oponham essa forma ao uso de hortativos que incluam a primeira pessoa, tal distinção não foi feita na terminologia.

Nas línguas JSC, os verbos não parecem codificar os argumentos da mesma forma. Às vezes, os verbos apresentam o prefixo pronominal referente ao agente da ação (como em 5.1.1.c) e, por outras, referente ao paciente (como em 5.1.1.b).

Canela:

(5.1.1.a) V
 ŋɔ̃r
 dormir
 “Durma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

(5.1.1.b) o-V
 ku-krẽ
 3-comer.TRANS
 “Coma-o/a!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

Apinajé:

(5.1.1.c) a-V
 a-pĩ
 2-matar
 “Mata!” (OLIVEIRA, 2005, p. 257)

O primeiro passo na análise foi, portanto, buscar alguma diferença no ambiente em que os prefixos ocorrem ou não. Começamos, primeiramente, com os casos em que não há o prefixo.

Ao contrário dos verbos transitivos vistos em (5.1.1.b) e (5.1.1.c) no qual sempre há a presença de um argumento, o verbo nessas línguas aparece sem prefixo algum em orações imperativas com certos tipos de verbos intransitivos, como exemplificado a seguir:

Apinajé:

(5.1.1.d) V
 jĩ
 Sentar
 “Senta!” (OLIVEIRA, 2005, p. 91)

- (5.1.1.e) V
grɛ
Dançar
“Dança!” (OLIVEIRA, 2005, p. 258)

Mebengokré:

- (5.1.1.f) V
ɲõrõ
Dormir
“Dorme!” (TRAPP, 1961, p. 340.i)

O fato de nenhum desses verbos ser transitivo leva então a uma linha de pensamento bastante lógica: os prefixos pronominais não aparecem com os verbos intransitivos e sua ausência seria condicionada pela intransitividade dos verbos, motivo pelo qual os prefixos ocorreram nas orações (5.1.1.b) e (5.1.1.c).

Uma revisão mais cuidadosa dos dados, entretanto, mostra uma situação um pouco mais complexa. Afinal, nem todos os verbos intransitivos apareceram sem seu argumento único nas orações imperativas:

Apinajé:

- (5.1.1.g) s-V
kij a-tujaro
HORT2-grávida
“Engravidar!” (OLIVEIRA, 2005, p. 258)

Suyá:

- (5.1.1.h) a-V
a-yomo
2-correr
“Corre!” (GUEDES, 1993, p. 135)

Logo se tem o seguinte problema: Se é possível dizer que os verbos transitivos jamais aparecem sem seus argumentos, não se pode dizer o mesmo dos verbos intransitivos. As duas escolhas possíveis para resolver esse impasse é buscar uma segunda distinção ou abandonar completamente a hipótese de que a ocorrência ou não dos prefixos esteja relacionada à

transitividade. Mas, que tipo de adaptação à hipótese poderia salvar a explicação a fim de justificar e prever novos dados de forma mais apurada?

Um caminho para se buscar a possível causa observada dessa diferença entre as construções imperativas é ter em mente de onde as construções podem vir. König & Siemund (2007, p. 2.1) relembram que em várias línguas, as orações imperativas podem ser formadas a partir de modificações (como adjunção, omissão, e mudança na ordem sintagmática) das orações declarativas. Assim sendo, uma hipótese plausível seria então pesquisar a estrutura das orações declarativas dessas línguas a fim de buscar pistas sobre o que pode estar por trás dessa distinção entre os verbos intransitivos nas orações imperativas, e qual é a ligação entre essas diferentes formas verbais. O que essas línguas têm em comum em seu padrão geral?

O que todas as línguas JSC (“Jê Setentrionais Cindidas”) apresentam em comum no seu padrão geral é o fato de terem uma intransitividade cindida: com alguns verbos, S é marcado de forma similar a A (S_A), enquanto em outros casos S é marcado de forma similar a O (S_O). De maneira geral, e seguindo a terminologia proposta por Oliveira (2005), é possível dividir os verbos então em três classes:

- **Verbos Intransitivos:** Verbos intransitivos que apresentam S marcado de forma similar a A.
- **Verbos Descritivos:** Verbos intransitivos que apresentam S marcado de forma similar a O.
- **Verbos Transitivos:** Verbos com dois argumentos.

Do nosso interesse para essa análise, nos concentremos nos dois primeiros tipos. Os verbos descritivos e os verbos intransitivos.

Enquanto os verbos intransitivos apresentam o prefixo verbal apenas em determinados contextos em que o alinhamento da língua difere do padrão geral, os prefixos sempre ocorrem nos verbos descritivos, como podemos ver nos exemplos tirados de Oliveira (2005) para o Apinajé:

(5.1.1.i)	S	s-V			
	tʃo	na	ka	ra	a-tujaro?
	Q	RL	2	ASP	2-grávida

“Você já está grávida?” (Oliveira, 2005, p. 226)

(5.1.1.j)	S	V
	Na pa ra	gõr
	RL 1	ASP dormir
	“Eu já dormi” (Oliveira, 2005, p. 378)	

O que parece estar por trás dessa variação é a cisão na intransitividade presente no padrão geral dessas línguas: temos duas classes de verbos que, no mesmo ambiente, apresentam comportamentos diferentes em relação à possibilidade (ou não) de levar prefixos.

Ao comparar (5.1.1.g) com (5.1.1.i), podemos ver o verbo “tujaro” utilizado em uma oração interrogativa e numa oração imperativa, sempre com a ocorrência do prefixo. Já em (5.1.1.j) e (5.1.1.a) podemos ver que o verbo dormir – dentre outros – funcionando de maneira similar em Apinajé e em Canela Apãniekrá, sendo um exemplo de verbo intransitivo que não apresenta o prefixo nas orações imperativas ou em orações que estejam no padrão geral de alguma dessas línguas.

Essa é apenas metade da história, entretanto. O que estaria por trás do apagamento das formas livres, mas não dos prefixos?

Antes, é necessário que façamos uma distinção entre dois tipos de argumento em relação à sua posição no sintagma verbal: chamaremos de argumento interno os argumentos que fizerem parte do sintagma verbal e de argumento externo aqueles que não estiverem dentro do mesmo.

Nos verbos intransitivos, o argumento único pode ser tanto um argumento externo (como é o caso dos verbos intransitivos) ou não (como acontece nos verbos descritivos), se manifestando das seguintes formas em Mebêngokré

(5.1.1.k)	S _A	V
	ba	tẽ
	1	andar
	“Eu ando” (TRAPP, 1961, p. 330.a)	

(5.1.1.l)	S _O -N
	i-ngra
	1-sujo
	“Eu estou sujo” (TRAPP, 1961, p. 320.a)

Ou seja: Nas línguas JSC, as formas livres representam o argumento externo e os prefixos marcam o argumento interno.

Ainda que ambas as orações sejam intransitivas, na oração (5.1.1.k), o pronome é o argumento externo do verbo; já na oração (5.1.1.l) ele é o argumento interno. Quais são as implicações dessa diferença para a formação dos imperativos nessas línguas?

Em orações como (5.1.1.h) o prefixo está lá, mas em (5.1.1.a) não há a forma livre. O motivo pelo qual isso ocorreu é porque, nessas línguas, o argumento único dos verbos descritivos é interno enquanto o argumento único dos demais verbos intransitivos é externo. Em todos os exemplos vistos acima no imperativo, o argumento externo foi apagado, ficando explicado assim o porquê de em alguns contextos não haver marcação alguma dos argumentos, mas sim em outras.

Uma vez explicado o porquê da ausência dos argumentos em verbos intransitivos não-descritivos, o importante é analisar em quais contextos os argumentos marcados variarem entre o argumento agente (A) e o argumento paciente (O).

Se numa classe restrita de verbos intransitivos a marca de 2ª pessoa sempre estava explícita, em alguns casos era a marca de 3ª pessoa que estava junto do verbo. Esse fenômeno, longe de ser uma exceção, apareceu em todas as línguas JSC. Mas, qual é a motivação por trás dessas ocorrências? A descrição da gramática dessas línguas parece apontar para uma convergência clara.

Em Apinajé, no qual o uso desse prefixo é tão freqüente que, após reanálise, ele já se tornou regularmente parte da raiz de alguns verbos (OLIVEIRA, 2005, p. 123). A sua ocorrência, entretanto, como prefixo pronominal é restrita aos verbos transitivos, monossilábicos, na sua forma finita e, além dessas restrições todas, ele só ocorre quando o verbo não está precedido pelo sintagma nominal que expressa o objeto da oração (como em 5.1.1.n). Nos outros verbos, a marca de 3ª pessoa é expressa pelo morfema zero (como em 5.1.1.p), como nas orações abaixo:

(5.1.1.m)		A	O		V
	Na	pa	pĩ	ja	pĩ
	RL	1	madeira	DEF	pegar

“Eu peguei aquele graveto” (OLIVEIRA, 2005, p. 220)

- (5.1.1.n) O A o-V
 pĩ ja na pa ku-pĩ
 madeira DEF RL 1 3-pegar
 “Esse é o graveto que eu peguei”
 lit. “Esse graveto, eu peguei” (OLIVEIRA, 2005, p. 220)
- (5.1.1.o) A O V
 Na pa [přĩgʌk=ti əŋ] n-ipeŋʃ
 RL 1 bacuri=AU doce R-fazer
 “Eu fiz geléia de bacuri” (OLIVEIRA, 2005, p. 220)
- (5.1.1.p) O A o-V
 [přĩgʌk=ti əŋ] na pa ø-ipeŋʃ
 bacuri=AU doce RL 1 3-fazer
 “Geléia de bacuri, eu fiz” (OLIVEIRA, 2005, p. 220)

Esse comportamento pôde ser observado nas outras línguas JSC de forma bastante similar ao que ocorre em Apinajé. Além do que foi colocado acima, ainda é descrito em Mebengokre a existência de um tipo de hierarquia nominal em que ku- só ocorre quando o sujeito não é a 2ª pessoa, como podemos comparar nas orações 5.1.1.q e 5.1.1.t:

Mebengokré:

- (5.1.1.q) A o-V
 kaj arɣp ku-krě
 Kaj já 3-comer
 “Kaj já comeu” (REIS SILVA, 2001, p. 42)
- (5.1.1.r) A O V
 kaj arɣp tɛp krě
 Kaj já peixe comer
 “Kaj já comeu peixe” (REIS SILVA, 2001, p. 42)
- (5.1.1.s) A O V
 ga kukrutbĩ
 2 anta matar
 “Você matou a anta” (REIS SILVA, 2001, p. 53)

- (5.1.1.t) A o-V
 ga a-bĩ
 2 2-matar
 “Você a matou” (REIS SILVA, 2001, p. 53)

Mas,

- (5.1.1.u) A o-V
 mẽõ a-bĩ
 alguém 2-matar
 “Alguém te mata” (REIS SILVA, 2001, p. 54)

O que ocorre aqui é que em todas as línguas JSC, existe um subsistema na intransitividade cindida dessas línguas em que existe uma hierarquia de pessoa afetando o comportamento de alguns verbos.

Em resumo, sempre que o verbo não é precedido pelo SN que se apresenta como argumento paciente, e esse argumento está na 3ª pessoa, o prefixo pronominal ligado a ele não concorda com O, como é o esperado, mas sim com A – desde que A esteja na 2ª pessoa. Isso leva à constatação de que nesse ambiente temos a seguinte hierarquia:

$$2.A > 3.O$$

Isso explica o porquê de o prefixo marcar A no imperativo com alguns verbos transitivos. Mas, e os outros casos?

Existe uma classe de verbos à qual essa hierarquia não se aplica e que, no ambiente em que seria esperada a marcação de 2ª pessoa, ocorre o prefixo ku- de 3ª pessoa (sendo esse prefixo restrito ao argumento paciente nesse alinhamento). O próximo passo seria então apenas descobrir o que diferencia esses verbos dos outros em cada uma das línguas. O problema é que, ou por nunca ter existido ou por virtude de alguma erosão semântica que ocorreu nessas línguas, não foi possível identificar na literatura uma explicação que agrupe esses verbos em uma subclasse (CASTRO ALVES, 2004, p. 105).

Mesmo em Apinajé, em que o prefixo ku- foi reanalisado como sendo parte da raiz do verbo, não parece existir uma unidade semântica que una todos os verbos do que acaba por se tornar apenas uma classe morfológica (OLIVEIRA, 2005, p. 123).

Podemos, por fim, tirar três conclusões sobre as orações imperativas em JSC que se apresentam de acordo com o padrão geral:

- (i) **O argumento externo é sempre apagado.** Devido à variação de S ora como argumento externo, ora como argumento interno dependendo da semântica do verbo, o argumento só aparece marcado nos verbos ditos descritivos (explicando o porquê da aparente variação do comportamento nos verbos intransitivos dessas línguas);
- (ii) **Os verbos descritivos podem aparecer no modo imperativo.** Isso se torna, enfim, um argumento a favor de sua análise como verbos (e não como adjetivos);
- (iii) **Os verbos no modo imperativo seguem a hierarquia de pessoa encontrada no padrão geral da língua.** A subclasse de verbos transitivos que codificam, em orações declarativas afirmativas, a concordância da 3ª pessoa pelo prefixo ku- também se comportam dessa forma nas orações imperativas, obedecendo a hierarquia 2A > 3O.

Todavia, essa é apenas a primeira metade da história.

Ao contrastar as orações afirmativas e negativas nas línguas JSC, é possível notar duas diferenças.

Suyá:

(5.1.1.v) S V
 ka ηgre
 2ª dançar
 “Você dançou” (SANTOS, 1997, p. 115)

(5.1.1.w) s-V
 a-ηgere kere
 2-dançar.ÑFI NEG
 “Você não dançou” (SANTOS, 1997, p. 156)

Mebengokré:

(5.1.1.x) A o-V
 ba a-kaprekprek
 1.NOM 2.ACC-bater
 “Eu bati em você” (REIS SILVA, 2001, p. 15)

- (5.1.1.y) A o-V
 ije a-kaprepek ket
 1.ERG2.ABS-bater NEG
 “Eu não bati em você” (REIS SILVA, 2001, p. 15)

Ao olhar as orações negativas dessas línguas, é importante procurar não só para os pontos em comum quanto para a diversidade nos pontos em que há uma variação entre as línguas.

Em comum, o verbo se apresenta nas orações negativas de todas as línguas JSC em sua forma não-finita e, além dessa mudança, existe também uma diferença no comportamento dos pronomes. Nos verbos intransitivos, o argumento que ocorria apenas em sua forma livre nas orações afirmativas aparece de duas formas diferentes dependendo da língua. Em Suyá, como visto acima, o argumento único é codificado pelo prefixo pronominal; em Apinajé e Canela, o prefixo pronominal co-ocorre com a forma livre:

Apinajé:

- (5.1.1.z) S S V
 pa kɔt paj akudo
 1 IRR 1.IRR desaparecer
 “Eu vou me perder” (OLIVEIRA, 2005, p. 251)
- (5.1.1.aa) S S s-V NEG
 pa kɔt paj ic-pikudo ket=nẽ
 1 IRR 1.IRR 1-desaparecer.ÑFI NEG
 “Eu não vou me perder” (OLIVEIRA, 2005, p. 251)
- (5.1.1.bb) A o-V
 kɔt paj a-katpre
 IRR 1.IRR 2-amarrar.TRANS.ÑFI
 “Eu vou te amarrar” (OLIVEIRA, 2005, p. 405)
- (5.1.1.cc) A o-V NEG
 kɔt paj a-pre ket=nẽ
 IRR 1.IRR 2-amarrar.ÑFINEG
 “Eu não vou te amarrar” (OLIVEIRA, 2005, p. 405)

Outro ponto a ser notado nas orações das línguas JSC é que a hierarquia de pessoa encontrada nas línguas (comentado há três páginas acima) não existe nas orações negativas. A diferença pode ser vista em contrastes como o seguinte em Apinajé:

(5.1.1.dd)

dɔm	kɔt	ka	a-bra	təʃ	nẽ,	
ADV	IRR	2	2-correr	rápido	se,	
nẽ,	[[[a-mã	nĩ	prəm]	ʃwəɲ	ja	rɛ
SS	2-DAT	rel.sex	querer	NMLZDET	correr.mais.rápido	
nẽ	rĩ	a-nĩ	dɔ	kɔt	kaj	ø-rɛ
SS	poder	2-rel.sex	ADV	IRR	2.IRR	3-correr.mais.rápido
ket=ne	nẽ	ø-nĩ	ket=ne			
NEG	SS	3-rel.sex	NEG			

“Bem, se você correr bastante rápido e for mais rápido do que a pessoa com quem você gostaria de ter relações sexuais, então você pode ter relações sexuais com ela. Mas, se você não correr mais rápido do que ela, então você não pode ter relações sexuais [com ela]” (OLIVEIRA, 2005, p. 256)

Devido à mudança de polaridade entre as duas últimas orações, o verbo “nĩ” leva o prefixo de 2ª pessoa na oração afirmativa (marcando o argumento agente) e o prefixo de 3ª pessoa na oração negativa (marcando o argumento paciente).

Se as orações proibitivas forem derivadas das orações declarativas negativas, assim como as orações imperativas se originam das orações declarativas afirmativas, é de se esperar que o verbo se apresente nessas orações em sua forma não-finita e que apenas A seja apagado (já que o argumento interno tende a ser codificado através dos prefixos pronominais, e esses prefixos ocorrem invariavelmente em todos os verbos intransitivos quando a oração é negativa).

Como esperado, os exemplos em Canela a seguir mostram os prefixos codificando S nos verbos intransitivos e O nos verbos transitivos:

- (5.1.1. ee) s-V
 a-ɲɔ̃t nare
 2-dormir.ÑFI NEG
 “Não durma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)
- (5.1.1. ff) s-V
 a-jɜpən nare
 2-comer.ÑFI NEG
 “Não coma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)
- (5.1.1. gg) o-V
 iʔ-kuran nare
 3-matar.ÑFI NEG
 “Não mate!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)
- (5.1.1. hh) o-V
 iʔ-krēnnare
 3-comer.ÑFI NEG
 “Não coma!” (Castro Alves, Comunicação Pessoal)

A última dificuldade da análise, entretanto, é que em algumas línguas, assim como nos imperativos intransitivos, não parece haver argumento algum, como no seguinte exemplo da língua Mebengokré:

- (5.1.1. ii) V
 bĩn kɛ t
 matar.ÑFI NEG
 “Não mate!” (Bep Nhoró-Ti, Comunicação Pessoal)

Ao observar o sistema pronominal das línguas em que isso ocorre (no caso, Mebengokré), é possível constatar que a terceira pessoa é constantemente codificada através de um morfema zero³. Por exemplo:

³ Com exceção dos casos em que ela é marcada pelo prefixo ku-.

- (5.1.1.jj) A o-V
ba a-kurua
“Eu bato em você” (TRAPP, 1961, p. 334.a)
- (5.1.1.kk) A o-V
ga i-kurua
“Você bate em mim” (TRAPP, 1961, p. 334.i)
- (5.1.1.ll) A o-V
ba ø-kurua
“Eu bato nele” (TRAPP, 1961, p. 334.b)
- (5.1.1.mm) A o-V
ga ø-kurua
“Você bate nele” (TRAPP, 1961, p. 334.f)

Assim, levando em consideração que todos os verbos transitivos ocorreram com pelo menos um argumento explicitamente expresso, a interpretação correta da oração (5.34) seria:

- \
- (5.1.1.nn) o-V
ø-bĩn kε t
3-matar.ÑFI NEG
“Não mate!” (Bep Nhoró-Ti, Comunicação Pessoal)

Comparando então as diferenças entre comandos e as orações declarativas, temos a seguinte situação:

	Imperativas	Decl. Afirmativas
Forma verbal	Finita	Finita
Posição verbal	Final	Final
Argumentos	Interno	Interno & Externo
Alinhamento	Intransitividade Cindida (com eventual hierarquia de pessoa)	Intransitividade Cindida (com eventual hierarquia de pessoa)
	Proibitivas	Decl. Negativas
Forma verbal	Não-Finita	Não-Finita
Posição Verbal	Não Final	Não Final
Argumentos	Interno	Interno & Externo
Alinhamento	Presença apenas do absoluto	Nominativo-Absolutivo (Apinajé, Canela) Ergativo-Absolutivo (Mebêngokré, Suyá)

Tabela 5.III: Comparação das características entre orações declarativas e comandos nas línguas JSC.

Assim sendo, podemos tirar uma última conclusão sobre os comandos nas línguas JSC:

- (iv) **Os comandos das línguas JSC usam as mesmas estratégias verbais das orações declarativas.** A diferença é, exclusivamente, o apagamento do argumento externo nos comandos, o que faz com que a variação encontrada nas orações negativas dessas línguas não esteja presente nas orações proibitivas.

É interessante notar a presença de formas não-finitas nas orações proibitivas das línguas JSC, sendo atestada em outras línguas na literatura. Em Warumungu, uma língua australiana, o proibitivo é formado com a junção de um sufixo à forma nominalizada do verbo (DIXON, 2002, p. 84)

O uso do padrão geral nas orações imperativas da língua Panará é mais simples do que nas outras línguas JSC. Como visto no capítulo 3, as orações verbais em Panará apresentam marcas de modo antepostas ao verbo e, o que é de interesse para a presente análise, o modo irrealis é sistematicamente marcado, em contraste com o modo realis que nem sempre é

Sem dados que possam confirmar (ou rejeitar) essa hipótese, não é possível chegar a alguma conclusão, sendo necessários estudos posteriores. Ainda assim, essa discussão será retomada quando forem analisados os comandos que ocorrem com as marcas de irrealis nas línguas Jê. De qualquer forma, é possível fazer uma distinção que nos será útil para entender melhor os processos de gramaticalização nas línguas Jê:

- (v) **Se uma língua da família Jê apresentar distinção entre o modo realis e o modo irrealis (ou entre o tempo presente e o futuro), e pelo menos um modo ocorrer em comandos, o modo apresentado será o irrealis (ou o tempo futuro).** Ou seja, apesar de ser possível que uma língua apresente o modo realis em comandos (como pode ser o caso do Panará com a partícula “kua”), é duvidoso que essa seja a única estratégia usada à exclusão do irrealis; afinal, comandos se referem a ações que ainda hão de ser feitas, é de se esperar que a língua use uma estratégia que também seja usada em situações hipotéticas/futuras.
- (vi) **Se a língua apresentar dentre as estratégias para formação de comandos o uso do modo irrealis (ou do tempo presente), essa representará a ordem mais indireta.** Por “mais indireta”, entenda-se:
 - a. Se existir uma distinção de polidez, a ordem mais indireta será mais polida;
 - b. Se existir uma diferença de tempo/aspecto, a ordem mais indireta indicará um menor senso de urgência;

As implicações de tais generalizações serão revistas ao final dessa análise.

5.1.2 – Padrão Geral nas Línguas Jê Centrais

Presente em: Xavante, Xerente.

Foi possível encontrar também o uso do padrão geral na enunciação de comandos nas duas línguas Jê Centrais: Xerente e Xavante.

Em Xerente, os verbos podem apresentar diversas marcas, dentre elas há as do modo realis, do modo irrealis e do imperativo (SOUSA FILHO, 2007). Entretanto, nem sempre o imperativo recebe essa marca, como veremos adiante.

De nosso interesse para o presente trabalho é o comportamento verbal nas orações declarativas. Assim como as línguas JSC mostradas acima, Xerente apresenta um conjunto de

formas pronominais livres codificando o argumento único das intransitivas (S) e o argumento agente das orações transitivas (A), como nos dois primeiros exemplos, e um conjunto de prefixos pronominais que marcam o argumento único das intransitivas (S) e o argumento paciente das transitivas (O), como nos quatro próximos exemplos.

- (5.1.2.a) s-V
 teza ai-s-õtõ
 2.HAB.IMP.IRR 2-R-dormir
 “Você dorme” (SOUSA FILHO, 2007, p. 98)
- (5.1.2.b) S s-V
 toka bit ai-mõr(ĩ)
 2 2.PST.PERF.RL 2-ir
 “Você andou” (SOUSA FILHO, 2007, p. 129)
- (5.1.2.c) A o-V
 wa tet ai-kmãdik
 papagaio 3.PROG.IMP.RL 2-ver
 “O papagaio está vendo você” (SOUSA FILHO, 2007, p. 126)
- (5.1.2.d) A o-V
 wa tet ø-kmãdik
 papagaio 3.PROG.IMP.RL 3-ver
 “O papagaio está vendo ele” (SOUSA FILHO, 2007, p. 126)

Além disso, a presença de um sintagma nominal pleno não parece alterar o comportamento dos verbos intransitivos:

- (5.1.2.e) S s-V
 sika mõt ø-diri
 galinha 3.PAS.PERF.RL 3-morrer
 “A galinha morreu” (SOUSA FILHO, 2007, p. 85)

Uma ressalva a ser feita antes da análise é que, assim como acontece nas línguas JSC, Sousa Filho (2007) identifica a marca de 3ª pessoa apenas antes de verbos que não estão após um sintagma nominal pleno:

Quanto à duração vocálica em Xavante, elas podem ocorrer em sílabas tônicas, não formando pares mínimos na língua, ou seja, não parecem servir para fazer distinções (QUINTINO, 2000, p. 32).

Na polaridade negativa, como visto anteriormente no capítulo 3, a língua usa marcas de número diferentes das encontradas nas orações afirmativas (lembrando que as marcas de pessoa foram vistas no capítulo 3):

(5.1.2.o) O⁸-V
 ø-romhuri õ di
 3-trabalhar NEG EST
 “Você não trabalha” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 260)

(5.1.2.p) o-V
 ø-romhuri aba õ di
 3-trabalhar DU NEG EST
 “Vocês dois não trabalham” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 260)

(5.1.2.q) o-V
 ø-romhuri zaʔra waʔaba õ di
 3-trabalhar PLURAL DU NEG EST
 “Vocês dois trabalham” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 260)

Além disso, a regra fonológica que apaga a última sílaba de alguns verbos transitivos⁹ nas orações declarativas quando eles estão em posição final não opera em orações imperativas:

(5.1.2.r) V
 romhuri
 trabalhar
 “Trabalhe!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 261)

⁸ Apesar de as autoras originalmente não terem analisado as seguintes orações como tendo um objeto marcado à frente do verbo, esse é o comportamento comum dos verbos transitivos na língua Xavante, explicando o porquê

⁹ McLeod & Mitchell (1977) consideram o verbo “trabalhar” em Xavante um verbo transitivo, significando “trabalhar em alguma coisa”.

- (5.1.2.s) V
romhuri tō
trabalhar NEG
“Não trabalhe!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 261)

Outra regra existente nas orações declarativas que não apareceu nos comandos é a ocorrência do prefixo *i-* de 3ª pessoa quando o agente é de 2ª pessoa – não foi constatado em nenhum caso o aparecimento desse prefixo.

A palavra “tō” presente nas orações proibitivas, apesar de não ter sido mencionada até aqui, também ocorre nas orações declarativas negativas. Em orações que apresentem idéia de finalidade ou propósito, como indicado a seguir pela marca “*da*”:

- (5.1.2.t) A V A V
Ma to: upsibi, da te mada:ʔa: tō da.
Ñ1.PST PERF cobrir, PURP N1 ver NEG PURP
“Ele (o) cobriu, para que o povo não olhasse” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 111)

Vale apontar que *tō* ocorre, portanto freqüentemente (se não sempre) precedido de “*da*”.

Com base nos dados encontrados em Xavante, as duas marcas de negação estão distribuídas nas orações declarativas da seguinte forma: Antes do morfema estativo “*di*”, a marca de negação em Xavante é “*ō*”, enquanto nos outros contextos a marca de negação é “*tō*”, sendo essa – de fato – a marca de negação esperada em um contexto sem o uso aspecto estativo.

Quanto às marcas de número nos comandos em Xavante, é necessário apontar que o morfema “*aba*” que marca o dual se apresenta assim em todos os contextos com exceção das orações declarativas afirmativas, ocorrendo nas orações declarativas negativas (como visto acima) e nos comandos referentes a mais de uma pessoa:

- (5.1.2.u) V
romhuri: aba
trabalhar DU
“Trabalhem vocês dois!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 261)

- (5.1.2.v) V
romhuri zaʔra waʔaba
trabalhar PLURAL
“Trabalhem vocês todos!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 261)
- (5.1.2.w) V
romhuri: aba tō
trabalhar DU NEG
“Não trabalhem vocês dois!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 261)
- (5.1.2.x) V
romhuri zaʔra waʔaba tō
trabalhar PLURAL NEG
“Não trabalhem vocês todos!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 261)
- Apesar de, em todos os exemplos, nenhum argumento ter aparecido, é possível que o argumento interno apareça em uma série de verbos intransitivos:
- (5.1.2.y) s-V
ĩĩ-zo a-simipari
1-por 2-esperar
“Espera por mim” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 142)
- (5.1.2.z) s-V
a-sõtō zaʔra waʔaba
2-dormir PLU DU
“Durmam vocês todos!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 142)
- (5.1.2.aa) S-v
We ai-mori
Cá 2-ir
“Vem cá!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 121)

Desses dados podemos concluir o seguinte nas línguas Jê centrais que, além de respeitar (i) acima¹⁰, podemos tirar ainda uma outra conclusão no que concerne a formação de comandos nas línguas dessa família:

- (vii) **Se uma língua pode formar orações proibitivas com a mesma estratégia verbal e marca de negação encontrada nas orações declarativas, então ela também pode formar orações imperativas sem o uso de partículas especiais.**

Como foi visto nas línguas JSC e em Xavante, as línguas que têm as orações proibitivas formadas a partir das orações negativas da língua, também podem formar as orações imperativas a partir das declarativas afirmativas; mas a ocorrência destas não indica a possibilidade contrária.

5.1.3 – Padrão Geral nas Línguas Jê Meridionais

Presente em: Kaingang¹¹.

Uma das formas em que é possível expressar o imperativo em Kaingang é utilizando uma forma similar à encontrada nas orações declarativas dessa língua. Existem, entretanto, algumas diferenças que devem ser revistas a fim de se fazer a análise.

Apesar de as orações declarativas em Kaingang apresentarem uma riquíssima variedade de partículas de tempo, modo e aspecto, é possível que elas não ocorram nas orações afirmativas:

- (5.1.3.a) V S
 ãkrènhã tĩ
 caçar 2 ASP
 “Você caça” (WIESEMANN, 1971, p. 325.b)

¹⁰ O argumento externo é sempre apagado

¹¹ Infelizmente, devido à falta de dados, Xokleng não foi analisada.

(5.1.3.b) O V A
 ti ren ã
 3ª bater 2
 “Você bate nele” (WIESEMANN, 1971, p. 334.f)

(5.1.3.c) V S
 je ã
 Em-pé2
 “Você está em pé” (WIESEMANN, 1971, p. 329.b)

(5.1.3.d) O V A
 ka pũn ã
 pau queimar 2
 “Você queimou o pau” (WIESEMANN, 1971, p. 333.b)

Assim como as orações declarativas, as orações imperativas podem aparecer ou não com partículas finais (as quais serão vistas mais tardes). Uma diferença que pode ser salientada é o apagamento do pronome de 2ª pessoa, que não parece acontecer nas orações declarativas correspondentes, com os outros argumentos ocorrendo da mesma forma:

(5.1.3.e) V (S)
 kur tĩg (ø)
 Ligeiro andar
 “Vá!” (ALMEIDA, 2008, p. 82)

(5.1.3.f) O V (A)
 pin ha(d)n (ø)
 Fogo fazer
 “Faça fogo!” (GONÇALVES, 2007, p. 73)

É relevante comentar que a maioria das línguas omite o ouvinte em imperativos em virtude da possível rudeza ao expressar a marca de pessoa nesse tipo de oração (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 191) e as orações imperativas sem partículas explícitas em Kaingang todas se referiram ou a pedidos ou a conselhos, sendo formas que não denotam ser explicitamente uma ordem (ALMEIDA, 2008, p. 102). Uma explicação é que, nessa língua, o

não-uso das partículas de imperativo pode ser uma maneira indireta de expressar os atos de fala implícitos nas orações (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 136).

As orações proibitivas encontradas, entretanto, sempre apresentaram partículas especiais, as quais serão vistas mais adiante.

5.2 – Uso de Partículas Especiais

Uma segunda maneira encontrada de se formar comandos nas línguas Jê é através de partículas especiais, ocorrendo tanto em orações imperativas quanto proibitivas.

5.2.1 – Partículas Especiais em Línguas Jê Setentrionais

Presente em: Panará e Suyá.

O uso de partículas especiais nas línguas Jê Setentrionais se mostrou produtivo em diversas línguas, sendo uma estratégia presente em línguas como Panará e Suyá. Entretanto, as partículas especiais em Suyá apresentaram possibilidades aparentemente inexistentes nas outras línguas (como o uso isolado), motivo pelo qual elas serão vistas à parte. A fim de fazer essa distinção na análise dos dados, o uso das partículas nos comandos das línguas Jê Setentrionais será considerado ortodoxo em todos os casos com exceção das orações imperativas em Suyá, cujo comportamento será considerado heterodoxo devido às propriedades únicas dessa estratégia.

5.2.1.1 – Comportamento ortodoxo

Em Panará, há a ocorrência de partículas descontínuas. Nesses casos, o que acontece é a inserção de partículas antes e após o verbo a fim de codificar a idéia de imperativo na língua em que existe essa possibilidade (no caso, o Panará):

(5.2.1.1.a) V
 kua se hã
 IMP entrar AFIR
 “Entra!” (DOURADO, 2001, p. 134)

(5.2.1.1.d) S =V
 luzia yi =∅ =tɔw pi muu tã
 Luzia.ABS RL.INTR =3SG.ABS =ir NEG Brasília ALA
 “Luzia não viajou para Brasília” (DOURADO, 2001, p. 117)

(5.2.1.1.e) nãkã sɔyɔwpi nõ
 cobra bicho-de-comer NEG
 “Cobra não é comida” (DOURADO, 2001, p. 117)

Como será visto mais adiante, a partícula “sã” para o proibitivo também pode ser usada com o modo irrealis, estando presente em todas as construções que apresentam uma força ilocucionária de proibição/prevenção, independente do modo.

Outra língua que apresentou esse tipo de estratégia foi o Suyá.

Tanto em orações afirmativas quanto em orações proibitivas, Suyá apresentou estruturas não encontradas nas orações declarativas, ainda que o comportamento verbal tenha permanecido o mesmo.

Primeiro, as orações proibitivas.

Elas são codificadas por uma partícula especial não encontrada nas orações negativas assim como acontece em Panará, mas no lugar de utilizar partículas descontínuas, a língua faz uso de uma partícula posposta ao verbo, sendo essa a semelhança entre a estratégia usada nas orações negativas e nas orações proibitivas.

Nas orações negativas, a palavra “ker” é adicionada após o verbo negado, como na oração a seguir:

(5.2.1.1.f) A O V
 ire ywisi kur ker
 1.ERGfruta comer NEG
 “Eu não como fruta” (GUEDES, 1993, p. 132)

Essa partícula, inclusive, pode ocorrer em orações proibitivas também, sendo uma maneira mais forte de se dar uma proibição se comparada às outras estratégias encontradas na língua (Santos, comunicação pessoal):

(5.2.1.1.g) s-V
 rik a-mbərə kere

IMP 2-chorar NEG

“Não chore!” (SANTOS, 1997, p. 142)

Mas, além dessa estratégia, o proibitivo em Suyá pode ser marcado através da palavra “wiŋi~ hweŋi” posposta ao verbo que, por sua vez, mantém o mesmo comportamento usado nas orações negativas mostradas acima. Em todos os casos, o verbo apresenta o prefixo pronominal codificando o argumento único das orações intransitivas e o argumento paciente das orações transitivas.

(5.2.1.1.h) s-V

A-yomo wiŋi

2-correr PROB

“Não corra!” (GUEDES, 1993, p. 136)

(5.2.1.1.i) s-V

A-mbərə hweŋi

2-chorar PROB

“Não chore, não!” (SANTOS, 1997, p. 143)

Como no caso das orações com as formas não-finitas dos verbos em Suyá, os verbos intransitivos levam a marca de 2ª pessoa, enquanto os verbos transitivos levam a marca do objeto em todos os casos:

(5.2.1.1.j) o-V

i-mẽ-n hweŋi

1-jogar-TOP PROB

“Não me joga” (SANTOS, 1997, p. 143)

A primeira dificuldade, ao comparar as duas formas de se marcar o proibitivo é que temos duas possibilidades:

- **Competição:** Ou a forma com “kere” é uma forma antiga de se marcar o proibitivo e foi suplantada pela forma mais produtiva atualmente;
- **Complementação:** Ou então as duas formas marcam tipos distintos de oração.

A idéia de as duas formas estarem em competição não seria algo novo na literatura em relação à formação de proibitivos. Em Galês, existem duas formas de se marcar o proibitivo. Numa delas, considerada mais formal e presente na língua escrita, o proibitivo usa uma marca de negativo preposto ao verbo; na língua falada, entretanto, a língua usa o negador lexical “peidio ā” (cessar com) para codificar a mesma informação:

(5.2.1.1.k) V
Gwranda!
Ouvir.IMP.2.SG
“Ouça!” (MACAULAY, 1992, p. 388)

(5.2.1.1.l) NEG V
Na wranda!
NEG ouvir
“Não ouça!” (MACAULAY, 1992, p. 388)

(5.2.1.1.m) V1 V2
Paid ā grwando
cesse com ouvir.2.SG
“Não ouça!” (MACAULAY, 1992, p. 388)

A julgar pela completa ausência de orações proibitivas usando a mesma marca de negação encontrada nas orações declarativas em Guedes (1993) e a baixa frequência em Santos (1997) é razoável inferir que o uso de “kere” em orações proibitivas não deve ser muito alto. A partir da explicação encontrada em Santos (1997), entretanto:

“No confronto dos dados [(5.61)] e [(5.63)] percebe-se que a negação usada para o proibitivo é hweſĭ. A negação kere é a palavra comum para as orações negativas, usada também com o imperativo, num sentido de ordem (...) Some-se a isso uma situação pela qual passei em área: Ngajmo, uma velha índia tapayúna, mostrou-me, chorando, sua rede muito velha e rasgada. Pediu-me outra porque não tinha condições de adquirir uma nova. Deixei-lhe a minha e, novamente chorando, agradeceu-me. Como ela não fala português, quis consolá-la e disse a ela: a-mbərə kere... a-mbərə kere. Mais tarde, reproduzi o acontecido para o meu informante que prontamente corrigiu-me: ‘Você falou errado. Devia dizer a-mbərə hweſĭ.’” (SANTOS, 1997, p. 144)

É possível ver que o uso da estratégia encontrada nas declarativas codifica mesmo uma ordem, ao contrário de “hweſĭ”. Assim sendo, é aqui postulado que, provavelmente, “kere” é a marca de proibitivo, enquanto “hweſĭ” se trata da marca de admonitivo da língua. Sem embargo, são necessários mais dados que confirmem (ou não) essa hipótese.

- (a) Com base nos dados, é **possível que Suyá use a mesma marca para estratégia em orações negativas e em proibitivas para codificar a negação, usando uma marca especial para marcar orações admonitivas**. Isso explicaria o porquê de as orações com a mesma estratégia serem consideradas mais fortes.

A questão com as orações imperativas em Suyá, como dito anteriormente, é um pouco mais complicada.

5.2.1.2 – Comportamento heterodoxo

Durante a generalização dos dados, foi tomado cuidado para não agrupar dentro de um mesmo tipo de estratégia uma marcação que tenha características muito diferentes da marcação prototípica. A formação do imperativo em Suyá, entretanto, é um caso bastante atípico nesse grupo.

Assim como foi declarado em (i), (ii) e (iii) acima, e levando em consideração que Suyá é uma das línguas JSC, o argumento externo do verbo é apagado nas orações imperativas em Suyá e a hierarquia de pessoa está presente em alguns verbos da língua (mas não em outros). A diferença é que, além do verbo, as orações imperativas em Suyá usualmente levam uma marca opcional preposta ao verbo, a qual não afeta o comportamento do verbo. As glosas da partícula a seguir são as mesmas encontradas nas fontes.

- (5.2.1.2.a) V
tete
ir
“Venha!” (GUEDES, 1993, p. 135)
- (5.2.1.2.b) IMP V
riŋi ŋõr
poder dormir
“Durma!” (GUEDES, 1993, p. 134)
- (5.2.1.2.c) s-V
a-kaper
2-gritar
“Grite!” (GUEDES, 1993, p. 135)

(5.2.1.2.d) IMP s-V
 riŋi a-kaper
 poder 2-gritar
 “Grite!” (GUEDES, 1993, p. 134)

(5.2.1.2.e) o-V
 ku-pu
 3-pegar
 “Pegue!” (GUEDES, 1993, p. 135)

(5.2.1.2.f) IMP o-V
 rik ku-kre
 Ir 3-engolir
 “Engula!” (SANTOS, 1997, p. 141)

Um dos problemas para se efetuar uma melhor análise dessa partícula é o fato de que as glosas são inconsistentes na literatura.

Guedes (1993) glosa essa palavra como “poder”. Santos (1997), trata a mesma palavra como uma partícula imperativa, sem outro significado na língua. Entretanto, ambos os autores citam que, em isolamento, a mesma palavra “riŋi~rik” significa “vá!” (Guedes, 1993, p. 134; Santos, 1997, p. 140). Seguindo o uso apontado pelos autores, e as diferentes glosas, partamos para as conseqüências do que estaria em jogo no caso de:

- **Seguindo o uso isolado:** Essa palavra realmente ser um uso já gramaticalizado do verbo “ir” não mais utilizado em outros contextos;
- **Seguindo a glosa de Guedes (1993):** Essa palavra significar “poder”, expressando possibilidade/permissão, ou mesmo um hortativo (GUEDES, 1993, p. 135);
- **Seguindo a glosa de Santos (1997):** Tratar-se apenas de uma partícula imperativa.

Começando pela última hipótese, ter-se-ia em Suyá apenas uma partícula especial que codifica o imperativo nessa língua. A distribuição dessa partícula na língua parece apontar para esse fato, uma vez que ela não foi encontrada em nenhuma oração declarativa da língua (ou mesmo interrogativa), o que corroboraria essa interpretação. O que essa hipótese teria dificuldade em explicar é o porquê de, em isolamento, ainda mais tendo um significado específico como “Vá!”, comportamento esse apontado pelos dois autores.

Seguindo a discussão de Dixon (2010, p. 1-36) sobre o que são palavras e qual é a sua natureza, discussão essa que apresenta uma distinção flexível o suficiente para poder ser aplicada aqui, podemos fazer a seguinte distinção entre:

- Palavras, as quais podem (ou não) coincidir de ser:
 - **Palavras fonológicas:** Uma unidade maior que a sílaba (ou, em algumas línguas, pode ser minimamente apenas uma sílaba) que apresenta traços segmentais ou prosódicos, ou que pode restringir (ou não) certas regras fonológicas da língua.
 - **Palavras gramaticais:** Têm como base uma ou mais raízes lexicais às quais processos morfológicos podem ser aplicados, têm significado e coerência convencionalizados e, seguindo o critério da forma mínima de Bloomfield, pode-se dizer que uma palavra pode constituir uma enunciação completa por si mesma¹³.
- **Clíticos:** Tipicamente uma palavra gramatical que não chega a ser também uma palavra fonológica, sendo anexado de alguma forma à palavra fonológica hospedeira.
- **Interjeições:** Não fazem parte do sistema gramatical da língua.

Ao contrário das partículas descontínuas encontradas em Panará, as quais são distribuídas em torno do verbo principal, “riŋi~rik” tem as características gramaticais necessárias para ser uma palavra independente (podendo ocorrer em isolamento), não sendo nem um clítico nem, graças à sua participação no sistema gramatical da língua, uma interjeição.

Por não cobrir sua potencialidade lexical em Suyá, talvez não seja a melhor estratégia por enquanto considerar “riŋi~rik” apenas uma partícula codificadora de orações imperativas. Inclusive, como já foi visto no item acima, é possível formar orações imperativas em Suyá lançando mão de seu uso.

A próxima alternativa encontrada seria considerar “riŋi~rik” como uma palavra indicando “poder” ou mesmo um hortativo.

No que tange o uso de hortativos em Suyá, Santos (1997, p. 142) aponta para as palavras “haru” e “maku” como sendo exemplo de hortativos nesse idioma, dando às orações o significado esperado nesse contexto:

¹³ O autor cita outras características de palavras gramaticais, mas elas não têm relevância ao presente trabalho. Além disso, apesar de apresentar palavras fonológicas e palavras gramaticais como se fossem unidades um tanto quanto separadas, o autor também chama a atenção para o fato de que elas estão sempre intimamente relacionadas. Isso porque cada tipo de morfema numa língua provavelmente tem sua própria potencialidade acentual, de forma que a maneira em que os componentes de uma palavra gramatical são combinados define seu status fonológico.

(5.2.1.2.g) S V
 haru ku ahwe
 HORT1+2 trabalhar
 “Vamos trabalhar” (SANTOS, 1997, p. 142)

(5.2.1.2.h) O V
 maku karen hwe
 HORTcigarro fazer
 “Vamos fumar” (SANTOS, 1997, p. 142)

Inclusive, é possível que Suyá faça uma distinção de tempo nas suas orações hortativas: ou seja, gramaticalmente a língua indica se a incitação é para uma ação imediata ou próxima (como possivelmente ocorre nas orações acima) ou para uma ação mais distante no futuro, como na oração a seguir em que a marca de hortativo co-ocorre com a marca de futuro:

(5.2.1.2.i) V
 maku aku mã
 HORTcomer FUT
 “Vamos comer” (SANTOS, 1997, p. 143)

A diferença entre essas duas formas, segundo os dados apresentados em Santos (1997) parece ser que “haru” ocorre com verbos intransitivos (a marca estava presente com os verbos “trabalhar” e “banhar”), enquanto “maku” ocorreu com verbos transitivos (como “fumar” – literalmente “fazer cigarro” e “comer”). Aqui, mais uma vez, “riŋi~rik” apresenta um comportamento diferente das outras partículas vistas até então na família, uma vez que ele pode (mas não é obrigatório) ocorrer junto com a marca de hortativo:

(5.2.1.2.j) ? V
 maku rik tẽ
 HORTRIK ir
 “Vamos” (SANTOS, 1997, p. 143)

Aqui encontramos mais uma dificuldade: se “haru” de fato ocorrer com verbos intransitivos e “maku” com verbos transitivos, o que motivaria o uso de um hortativo para verbos transitivos na oração acima? O que seria necessário para que “riŋi~rik” condicionasse o uso da marca para verbos transitivos?

Uma hipótese seria “riŋĩ~rik” se tratar de um verbo transitivo. Mas com isso, temos duas dificuldades: O que seria necessário para que “riŋĩ~rik” fosse de fato um verbo na língua? E, se for mesmo um verbo, qual seu significado?

Seria necessário, primeiramente, apontar os argumentos com os quais esse possível verbo pode aparecer. Entretanto, não foi encontrado nenhum exemplo na língua em que “riŋĩ~rik” tenha aparecido fora das orações imperativas; e, sempre que ele apareceu nesse tipo de oração, ele sempre ocorreu com um verbo. O status de verbo auxiliar também estaria fora de cogitação, uma vez que a língua tende a colocar os seus verbos auxiliares no final da oração, e não no começo. Uma solução possível seria considerar que as orações com “riŋĩ~rik” são exemplos de construções de série verbal (CSV).

A ocorrência de dois verbos em uma oração imperativa é possível nessas línguas, mesmo sem uma marca de coordenação. Por exemplo, em Krahô encontramos os seguintes dados:

(5.2.1.2.k) s-V
 (tẽ) a-pəm
 (ir) 2-cair
 “Caia!” (Castro Alves, comunicação pessoal)

(5.2.1.2.l) O V
 (tẽ) hĩ ŋet
 (ir) carne assar
 “Asse a carne!” (Castro Alves, comunicação pessoal)

(5.2.1.2.m) s-V
 (tẽ) a-kakhok
 (ir) 2-falar
 “Fale!” (Castro Alves, comunicação pessoal)

Entretanto, é possível que ocorra uma marca de coordenação entre os verbos:

(5.2.1.2.n) tẽ nẽ amji kakhe ke apej
 ir CONJ REFL pentearCONJ 2-bom(?)
 “Vai se pentear para ficar bonito!” (Castro Alves, comunicação pessoal)
 lit.: “Vai e se penteia, você ficará bonito!”

E, além disso, a construção não é possível com todos os tipos de verbo:

(5.2.1.2.o) s-V

* (tẽ) a-tertet

ir 2-tremer

Int.: “Trema!” (Castro Alves, comunicação pessoal)

A diferença ficaria apenas no fato de que então os dados em Suyá não apresentaram a possibilidade de uma marca de coordenação entre os verbos ou uma limitação quanto o tipo de verbos em que essa estratégia poderia ser usada. Entretanto, não há provas contundentes para corroborar tal hipótese, uma vez que a ausência de evidência encontrada até aqui não é uma evidência de ausência, sendo necessárias evidências genuinamente negativas.

Torna-se necessário, assim, buscar na literatura uma explicação mais detalhada do que pode estar acontecendo.

Segundo Dixon (2010, p. 406), uma construção de série verbal (CSV) é uma em que dois – ou às vezes mais – verbos funcionam de forma conjunta como um predicado único no qual apenas uma ação é descrita. Comumente essas construções são assimétricas, o que quer dizer que existe um membro principal (uma gama ampla de verbos da língua) e um membro periférico (que faz parte de um conjunto restrito de verbos naquele idioma). Por exemplo:

Tariana:

(5.2.1.2.p) [CSV] S

wa-rapa wa-thaka wha

1PL-dançar 1PL-parar Nós

“Nós paramos de dançar (por algum tempo)” (Aikhenvald: 2003, p. 42 APUD

Dixon: 2010, p. 406)

A relevância das construções seriais para o presente trabalho se deve à possibilidade de elas ocorrerem tanto em orações declarativas como em comandos nas línguas em que sua presença é atestada, como Ewe:

(5.2.1.2.q) A V O V

Me nya ɖevi-ε dzo

1 perseguir criança-DEF sair

“Eu afugentei a criança” (COLLINS, 1993, p. 461)

- (5.2.1.2.r) V V
 Yi kpɔ
 Ir ver
 “Vai e veja” (AGBOJO e LITVIROV, 2001, p. 398)

Além disso, o que diferencia os casos da língua Suyá e da língua Krahô é o fato de que, como é observável nas orações acima, CVS não apresenta nenhum tipo de complementizador como marcas de subordinação ou coordenação (SEUREN, 1990, p. 24). Entretanto, apenas esse critério é insuficiente para excluir casos como os seguintes em português:

- (5.2.1.2.s) S V V
 João foi pescar

Ou seja, é necessário usar mais critérios a fim de evitar considerar que todas as línguas tenham SVC e isso se torne apenas um termo geral e não um termo historicamente fiel, sendo essas as duas possibilidades encontradas na literatura (ZWICKY, 1990, p. 2). Dentre os critérios encontrados na literatura, temos: deleção controlada do sujeito (SEUREN, 1990, p. 24) e a necessidade de que as construções tenham apenas o verbo lexical; seus argumentos ocorram sem nenhum operador de negação, tempo, quantificadores, modalidade et cetera (SEUREN, 1990, p. 26); e que não tenham um verbo principal que exija argumentos semanticamente ou não permita os permita através de restrições gramático lexicais (Seuren, 1990, p.20 e p. 28). Mas, a fim de poder saber de que tipo de verbo se trata, e quais tipos de argumento “riŋi~rik” (não) aceita, é necessário saber qual é o seu significado original. Abandonemos, assim, a idéia de que se trata de uma construção verbal serial.

Partindo das glosas fornecidas, não foi encontrado nenhum possível cognato nas outras línguas da família. Uma alternativa seria procurar na literatura sobre imperativos e ver qual possibilidade se adequaria ao contexto: um verbo que possa ocorrer em construções imperativas e que, nas línguas da família, possa ter servido como base para “riŋi~rik”.

Assim como acontece na língua Hausa, em Lingala o verbo “tíka”, significando “deixar”, é atualmente usado como auxiliar para marcar hortativos (AIKHENVALD, 2010, p. 348):

- (5.2.1.2.t) (V) s-V
 tíka tó-kende
 deixar 1.PL-ir
 “Vamos!”

De fato, essa é uma estratégia comum para a formação de comandos. Em inglês, a construção “Let’s”, originalmente uma construção imperativa direcionada à segunda pessoa para que desse permissão a outrem realizar uma ação, é normalmente usada como uma marca de hortativo (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 10):

- (5.2.1.2.u) V-O V
 Let’s go to the circus tonight.
 HORTir ALL DEF circo hoje.de.noite
 “Vamos para o circo hoje de noite!” (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 10)

Recentemente, entretanto, essa marca parece poder ter se tornado capaz de aparecer em outros tipos de construção tendo alterado seu comportamento semântico. Uma possibilidade é ser usado como uma marca de permissivo (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 11):

- (5.2.1.2.v) S V
 Lets¹⁴ you go first, then if we have any money left I’ll go
 Lets 2 ir antes,então se 1.PL ter algum dinheiro sobrando 1.FUT ir
 “Vai primeiro, e se a gente tiver algum dinheiro ainda aí eu vou” (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 11)

E é essa possibilidade que pode ter se concretizado na língua Suyá. Em todas as diferentes regiões onde é falada a família Jê, é possível encontrar um verbo “re~re”, possivelmente cognato com “rik~ritfi”, significando “deixar”, “abandonar”, “permitir”. O único dado em que “re” apareceu com uma consoante final foi em Kaingang, na qual se apresentou a forma “rag”:

- (5.2.1.2.w) A o-V
 na ka i-re
 RL 2 1-deixar
 “Você me deixou” (OLIVEIRA, 2005, p. 407)

¹⁴ Ortografia mantida do exemplo original.

- (5.2.1.2.x) A o-V
 kɔt paj a-rɛ
 IRR 1 2-deixar
 “Você vai me deixar” (OLIVEIRA, 2005, p. 407)
- (5.2.1.2.y) S s-V
 Ma tô ti-rẽ
 3.PST PERF 3-abandonar
 “Ele abandonou” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 63)
- (5.2.1.2.z) [O] V A
 Ti tũ rãg¹⁵ tóg mũ
 3 coisa deixar.atrás SUJ ASP
 “Ele esqueceu a coisa dele” (WIESEMANN, 2002, p. 76)

Naturalmente, essa é apenas uma hipótese não confirmada: Não há evidência de que realmente se tratem de verbos cognatos com a marca utilizada em Suyá, sendo necessário explicar o alçamento da vogal em Suyá – sendo possível fazer parte de uma mudança fonológica na história da língua, ou devido ao simples fato de que quanto mais gramaticalizado o material, mais propenso ele está a sofrer mudanças de qualidade fonológica e mesmo encurtamento (AIKHENVALD, 2010, p. 348) – e comprovar se de fato esse verbo possuía nas outras línguas da região uma consoante final “k” a qual foi sonorizada em Kaingang e palatalizada em uma das comunidades que falam o Suyá (de onde Guedes (1993) tirou seus dados). Isso tornaria a hipótese mais plausível, mas até lá, essas afirmações são apenas especulativas. E, se essa hipótese se mostrar indesejável para traçar a origem dessa marca, é necessário levantar alguma outra possibilidade que explique os pontos aqui levantados.

Em resumo, as hipóteses formuladas acima foram:

- (b) Assim como as outras línguas da região, **os comandos em Suyá são feitos usando as mesmas estratégias encontradas nas orações declarativas.** Isso

¹⁵ “Rãg” é uma das diferentes formas apresentadas pelo verbo “re” em Kaingang (WIESEMANN, 2002, p. 76)

explicaria as orações da língua sem o uso de nenhuma marca especial, e permitiria a generalização (iv)¹⁶;

- (c) Assim como apresentado em (a) em relação às orações admonitivas, **a língua Suyá apresenta uma marca especial para orações permissivas**. O fato de se tratar de uma marca de permissivo (e não de imperativo) explica o porquê de sua ocorrência ser “facultativa”: ela não seria obrigatória para um comando, mas serviria como um atenuador.

5.2.2 – Partículas Especiais nas Línguas Jê Centrais

Presente em: Xavante e Xerente.

Como visto anteriormente, a forma verbal do imperativo nas línguas Jê Centrais vem diretamente das orações declarativas. A diferença apenas foi que, em Xavante, todos os argumentos apareceram apagados; em Xerente, apenas o agente em orações transitivas é apagado.

Entretanto, ambas as línguas da região existe a possibilidade da língua apresentar ou não partículas especiais usadas na codificação de comandos. Começemos pela língua Xavante, sem as partículas, revendo o padrão encontrado até então:

Xavante:

- (5.2.2.a) A a-V
 Te ã-sapu-ø
 2.PRS 2-furar#DELEÇÃO.FINAL
 “Você fura” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 260)
- (5.2.2.b) V
 Sapuʔu
 Furar
 “Fura!” (HALL, MCLEOD e MITCHELL, 1987, p. 260)

¹⁶ Os comandos das línguas JSC usam as mesmas estratégias verbais das orações declarativas. A diferença é, exclusivamente, o apagamento do argumento externo nos comandos, o que faz com que a variação encontrada nas orações negativas dessas línguas não esteja presente nas orações proibitivas

(5.2.2.c) S s-V
 Te ai-mo-ø
 2.PRS 2-ir#DELEÇÃO.FINAL
 “Você vai” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 21)

(5.2.2.d) s-V
 Ai-morĩ
 2-ir
 “Vai!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 68)

As duas primeiras orações apresentam um verbo transitivo, enquanto as duas últimas apresentam um intransitivo. Ainda que, diferente dos verbos transitivos, os verbos intransitivos possuam um prefixo pronominal indicando a pessoa à qual o verbo se refere no imperativo, o resto do verbo se comporta da mesma maneira: a penúltima sílaba do verbo é encurtada nas orações declarativas e o verbo é exibido em sua forma plena na oração imperativa (isso é, sem a deleção da última sílaba que ocorre apenas nas orações afirmativas e no singular).

Em alguns verbos, entretanto, além do encurtamento vocálico, há a adição de um proclítico, indicando se tratar de uma oração imperativa. Os verbos “saabuu” (ver) e “paawapto” (ajudar) fazem parte desse grupo de verbos.

(5.2.2.e) S s-V
 Te ã-sabu
 2.PRS 2-ver
 “Você vê” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 29)

(5.2.2.f) V
 Sabu na
 Ver IMP
 “Veja!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 68)

(5.2.2.g) V
 Te ã-paawapto
 2.PRS 2-ajudar
 “Você (o) ajuda” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 30)

- (5.2.2.h) V
 Pawapto na
 Ajudar.IMP IMP
 “Ajude (o)!” (McLeod & Mitchel: 2003, p. 68)

A característica mais saliente entre esses diferentes verbos é o fato de que eles são todos transitivos. Mas, qual seria a distinção entre esses verbos transitivos no qual o clítico é utilizado para a formação do imperativo, e aqueles citados anteriormente (vide 5.2.2.b acima) em que apenas a penúltima sílaba tinha sua vogal encurtada e que aparecia sem a deleção da última sílaba?

A diferença parece ser formal, no sentido em que existem dois tipos de classes de transitivos em Xavante com comportamentos morfológicos distintos.

Os verbos transitivos que não requerem a utilização do clítico no imperativo têm como característica comum o apagamento da última sílaba na 2ª pessoa (e às vezes em todas as pessoas) em orações declarativas e interrogativas, sendo esse um comportamento geral dos verbos intransitivos da língua. Outro exemplo de verbo transitivo¹⁷ que perde a última sílaba na 2ª pessoa é o verbo pensar, “rosaʔrata” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 36):

- (5.2.2.i) S V
 wa rosaʔrata
 1 pensar
 “Eu penso” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 36)

- (5.2.2.j) S V
 te irosaʔra-ø
 2.PRS 2-pensar#DELEÇÃO.FINAL
 “Você pensa” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 36)

- (5.2.2.k) S V
 te rosaʔrata
 3.PRS pensar
 “Ele/ela pensa” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 37)

¹⁷ Ainda que esse verbo fosse de fato intransitivo, o comportamento esperado não seria diferente aqui (vide 5.2.2.c) acima.

- (5.2.2.l) S V
 te irosaʔrata ʔwa
 2.PRS 2-pensar DU
 “Vocês dois pensam” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 37)

Nos verbos transitivos em que há a presença do clítico “*na*” na formação do imperativo, esse fenômeno não acontece. Por exemplo, o verbo lavar ocorre da seguinte forma:

- (5.2.2.m) A a-V
 E maĩte ã-upsõ
 Q que 2.PRS 2-lavar
 “O que você está lavando?” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 31)

- (5.2.2.n) O A V
 Zazahâ wa upsõ
 roupa 1 lavar
 “Estou lavando roupa” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 31)

- (5.2.2.o) O V
 Pizaʔa upsõ na
 Pratos lavar IMP
 “Lave os pratos!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 66)

Outro ponto que vale a pena ser ressaltado é que esse clítico só é utilizado na 2ª pessoa do singular. No número dual e no plural, esse mesmo clítico não ocorre na língua. O comportamento deles é o mesmo mostrado anteriormente no padrão geral da língua.

Já em Xerente, o uso do clítico não parece sofrer a mesma limitação, ocorrendo em orações intransitivas como a seguir:

- (5.2.2.p) V
 kunmẽsõmr-nã
 lá sentar-IMP
 “Senta lá” (SOUSA FILHO, 2007, p. 160)

Infelizmente, não foi encontrado nenhum exemplo com verbos transitivos, apesar de outros verbos intransitivos terem aparecido sem o clítico.

Mais freqüente nos dados foram os dois proclíticos que marcam o proibitivo e o admonitivo:

- (5.2.2.q) S-V
ai-mrmẽ-knõ
2-falar-PROB
“Não fale!” (SOUSA FILHO, 2007, p. 160)
- (5.2.2.r) O V
ĩ-n-ĩ kmesi-knõ
3-R3-carne comer-PROB
“Não coma carne!” (SOUSA FILHO, 2007, p. 160)
- (5.2.2.s) s-V
ãε ai-s-tõ-wa
não 2-REL-dormir-ADM
“Não vá dormir!” (SOUSA FILHO, 2007, p. 162)
- (5.2.2.t) V
kmẽdki-wa
ver-ADM
“Não vá olhar” (SOUSA FILHO, 2007, p. 161)

Apesar de o uso das partículas não ser encontrado nas orações declarativas da língua, a forma verbal é idêntica. As orações afirmativas foram vistas durante a análise do padrão geral no uso de comandos em Xerente, sendo necessário agora fazer a ligação com as orações negativas e proibitivas.

O fato é que, com ou sem partícula de advertência e de proibitivo, os verbos se comportam da mesma maneira através das diferentes sentenças em Xerente. Ligado ao verbo está o prefixo S, nos verbos intransitivos; ou O, nos verbos transitivos.

- (5.2.2.u) S V
tikanõ toka ai-s-ĩpi kōdi
hoje nunca 2-R-trabalhar NEG
“Hoje você não trabalhou” (SOUSA FILHO, 2007, p. 144)

Mais uma vez, o comportamento apresentado pelos prefixos pronominais nos verbos transitivos em Xerente, independente da polaridade, sugerem a seguinte glosa para a oração transitiva acima:

- (5.2.2.z) o-V
 are ø-kmēsi kwaba
 HORT3-comer HORT
 “Vamos comer!” (SOUSA FILHO, 2007, p. 163) com modificações

Isso indicaria que, apesar do uso de partículas especiais nas línguas da região, a estratégia verbal presente nos comandos é idêntica à encontrada nas orações declarativas. Ou seja:

- (viii) **Mesmo que as línguas da família Jê apresentem marcas especiais para formação de comandos, o verbo apresentará o mesmo comportamento das orações declarativas desde que a generalização (i) seja seguida.** Ou seja, desde que o argumento externo seja apagado quando assim couber.
- (ix) **Se a língua apresenta uma marca de admonitivo, ela também apresenta uma marca de proibitivo.** Todas as línguas que apresentaram alguma maneira de marcar o admonitivo também apresentam uma forma distinta de codificar as orações proibitivas em geral; o contrário, entretanto, nem sempre acontece.

5.2.3 – Partículas Especiais nas Línguas Jê Meridionais

Presente em: Kaingang.

Dentre as várias partículas de TAM (tempo, aspecto, modo) que aparecem em Kaingang, existe uma que aparece exclusivamente no imperativo: “ra” ou “rỹ”, dependendo da fonte. Ela vem no final das orações imperativas, ambiente ao qual ela parece estar restrita, e não ocorre com nenhum tipo de marca de aspecto:

- (5.2.3.a) V
 tin ra
 Ir IMP
 “Vai!” (agora) (GONÇALVES, 2007, p. 73)

- (5.2.3.b) O V
 gãr fãn rỹ!
 milho quebrar IMP
 “Colha o milho!” (agora) (ALMEIDA, 2008, p. 93)

Como está implícito na tradução, essa marca de futuro exprime um futuro imediato, ordenando que ação seja feita imediatamente. Duas possíveis conclusões imediatas que podem ser tiradas ao se constatar esse tipo de construção são: ou a língua apresenta apenas marcas para codificar o futuro imediato (e, no caso de não haver urgência, os falantes usariam a mesma estratégia utilizada para expressar pedidos e conselhos, ou possivelmente o irrealis), ou existe mais outra marca – com a qual a partícula “ra~rỹ” contrasta – expressando o imperativo em outros tempos verbais.

Como já havia sido dito na seção anterior, existe sim outra marca de imperativo em Kaingang. A partícula “nĩ”, junto com a partícula mencionada no parágrafo anterior são duas das quatro partículas encontradas nas orações imperativas da língua Kaingang, aparecendo em situações como a seguinte:

- (5.2.3.c) O V
 gar fãn nĩ
 milho quebrar ASP
 “Colha o milho!” (a qualquer hora) (ALMEIDA, 2008, p. 93)

A diferença entre essas duas maneiras de se marcar o imperativo é que, enquanto “ra~rỹ” expressa uma ordem que deva ser obedecida logo após a enunciação, “nĩ” não especifica quando necessariamente a ação deva ser feita. Mas, como uma língua chega a gramaticalizar uma distinção como essa nas orações imperativas, de uma forma não vista nas outras regiões em que as línguas Jê são faladas? A provável origem para essa distinção pode ser encontrada diacronicamente através da origem das palavras utilizada nesses contextos.

A partícula “nĩ” pode ser utilizada no final de orações atéticas, ou seja, que não apresentem fim e podendo, inclusive, ser usada com verbos que representem estados (GONÇALVES, 2007, p. 170)¹⁸. Etimologicamente, essa partícula está relacionada com o

¹⁸ É importante notar que esse não foi o único contexto em que essa partícula foi utilizada, havendo entre os exemplos também orações téticas, sendo possível que exista ainda uma gradação entre a estabilidade dos estados descritos pelas diferentes partículas aspectuais da língua. Para maiores discussões sobre essa partícula, ver Gonçalves (2007, p. 170-4)

verbo “nĩ” significando “sentar/estar sentado” (WIESEMANN, 2002, p. 63), fonte comum em processos de gramaticalização para a marcação do aspecto progressivo (BYBEE, PERKINS e PAGLIUCA, 1994, p. 129). Uma provável leitura estativa dessa partícula permite, então, a leitura mais prolongada do efeito do comando, no sentido em que o ouvinte encontra-se no estado de precisar fazer tal ato (independente do quando).

A partícula “ra” é um caso mais peculiar. Apesar de “ra” também poder ser uma partícula de modo em Kaingang (GONÇALVES, 2007, p. 119-22), é improvável que se trate da mesma partícula em ambos os casos. Além do significado sem relação alguma aparente (a partícula de modo indica condição), a partícula encontrada nas orações imperativas ocorre obrigatoriamente no final da enunciação, posição em que a partícula de modo não é encontrada. Mas, de onde poderia vir a partícula de modo?

Em outras famílias da língua, como Apinajé, “ra” significa “já” (OLIVEIRA, 2005, p. 407). O uso da palavra “já” em imperativos é atestada na literatura de outras línguas: em Latim, a palavra “dum” que tinha esse significado em Latim Antigo (posteriormente adquirindo o significado de “enquanto”) tornou-se também um clítico posposto a verbos imperativos (HEINE e KUTEVA, 2007, p. 251) indicando possivelmente a urgência do comando.

Através da gramaticalização tanto dessa partícula “ra” como de “nĩ” surgiu então essa distinção de tempo no imperativo da língua Kaingang. Essa distinção também é atestada em outras línguas do mundo, como mencionado na revisão bibliográfica. Relembrando, em Nanai existem duas formas de se marcar o imperativo: através de uma, se marca um imperativo para o presente ou um futuro imediato; através de outra, se dá um comando para um futuro distante (XRAKOVSKIJ e BIRJULIN, 2001, p. 30).

Existe, por fim, uma última série de partículas em Kaingang que também são usadas em orações imperativas.

(5.2.3.d)

V

He, ha tĩg ge

Sim agora ir então

“Sim, pode ir então” (WIESEMANN, 2002, p. 17)

- (5.2.3.e) O V
 Ha gār fã ge
 ??? milho quebrar então
 “(Tudo bem), colha milho depois” (ALMEIDA, 2008, p. 93)

É explicado na literatura que essa é a forma utilizada para se dar permissão em Kaingang (GONÇALVES, 2007, p. 86), apesar de ser encontrada em situações em que um superior dá ordens a seus subalternos (WIESEMANN, 2002, p. 17). Apesar da glosa, e o significado original das palavras, é possível que essa construção tenha se gramaticalizado na língua, se tornando a forma usada para dar autorizações/permisões.

Kaingang apresentou três tipos diferentes de proibitivo. Uma das formas foi utilizando a marca de negação “tug” preposta ao clítico de imperativo “ra~rĩ” ou à marca “nĩ”:

- (5.2.3.f) O A V
 Isy nen u vog tug ra
 1- coisa alguém mexer NEG IMP
 “Não mexe nas minhas coisas!” (ALMEIDA, 2008, p. 102)

- (5.2.3.g) O V
 Goj sunh kron tũg nĩ
 Água suja beber NEG ASP
 “Não beba água barrenta” (WIESEMANN, 2002, p. 80)

Ambas as partículas, portanto, apareceram nos comandos da língua Kaingang, independente da polaridade. A negação, entretanto, nem sempre foi feita da mesma forma. Junto com a partícula “nĩ” também foi encontrada a marca “pije”, cuja natureza será vista logo abaixo:

- (5.2.3.h) S V
 Inh mĩʔãg pije
 1 ter.vergonha NEG
 “Não estou com vergonha” (WIESEMANN, 2002, p. 71)

- (5.2.3.i) Pijé mÿʔãg nĩ
 NEG ter.vergonha EST
 “Não tenha vergonha!” (GONÇALVES, 2007, p. 82)

Apesar de não haver maiores informações sobre esse contraste nas orações proibitivas, é capaz que a distinção semântica feita nas orações imperativas seja a mesma das proibitivas, sendo válida para os comandos da língua em geral.

Entretanto, Kaingang exhibe ainda uma terceira possibilidade para a formação do proibitivo. A língua, além do possível uso de “ra~rỹ” e de “nĩ” em orações proibitivas, a língua apresenta partículas que não foram encontradas nas orações imperativas: “ker” anteposto ao verbo e “hẽ” posposto.

- (5.2.3.j) V
 ker nũr hẽ
 NEG dormir PROB
 “Não durma!” (WIESEMANN, 1971, p. 340.j)

- (5.2.3.k) V
 ker tãnh hẽ
 NEG matar PROB
 “Não mate!” (WIESEMANN, 1971, p. 339.j)

Nem sempre, entretanto a partícula “hẽ” apareceu nessas construções. E, nas ocasiões em que ela não apareceu, as orações sempre se referiram a advertências ou avisos para que o falante não fizesse uma ação específica:

- (5.2.3.l) [O] V
 ker ã javy mré vyryn ké!
 NEG 2 irmão.menor com empurrar.até.cair
 “Não caia com o seu irmãozinho” (WIESEMANN, 2002, p. 98)

(5.2.3.m)		O		V
	ker	ã	krĩ tỹ	tag ké!
	NEG	2	cabeça INSTR ¹⁹	bater

“Cuidado para não bater a sua cabeça!” (WIESEMANN, 2002, p. 81)

Vários verbos terminam com “ké” em Kaingang, não sendo uma marca utilizada nesse tipo de oração:

(5.2.3.n)		E		O		V
	Ker	kasor	ã	tũ	kusir	mã!
	NEG	cachorro	2	GEN	assado	pegar ²⁰

“Cuidado para o cachorro não pegar a sua carne” (WIESEMANN, 2002, p. 53)

Aliás, a idéia de que nos dois primeiros exemplos “ké” seja uma marca de proibitivo pode ser descartada ao ver que ela se apresenta ligada a outros verbos da língua em outros tipos de orações:

(5.2.3.o)		S		V
	rěkétá	inh	vỹ	to ke nĩnĩ
	ontem	1	SUJ	ler PROG

“Ontem eu estava lendo” (GONÇALVES, 2007, p. 93)

É importante mostrar que, com exceção da construção com “pje” nenhuma estratégia de negação utilizadas nas orações proibitivas apareceu nas orações declarativas em Kaingang. Nelas, a negação é formada principalmente com as partículas “tũ” ou “pi”, como na orações seguintes:

(5.2.3.p)	A		O	V
	hohog	vỹ	ógsã prãg	tũ nĩ
	cachorro	SUJ	cateto	morderNEG EST

“O cachorro não mordeu o cateto” (ALMEIDA, 2008, p. 88)

¹⁹ A glosa original diz “por/com”.

²⁰ As palavras “ma” e “kasor” não foram encontradas no dicionário, e seus significados foram tirados da glosa.

- (5.2.3.q) A [O] V
 Inh pi kaingang ag jamã kinhra ja nĩ
 1 NEG kaingang 3.PL aldeia conhecer ASP ASP
 “Eu não conhecia uma aldeia Kaingang” (GONÇALVES, 2007, p. 157)

Curiosamente, a partícula que vem anteposta ao verbo das orações proibitivas “ker” é possivelmente cognata com a forma de marcar negação em Mebengokré (“ket”) e Suyá (“kere”) estando, em Kaingang, restrita a esse tipo de oração. Não foi encontrada a possível origem da partícula final dessas construções, apesar de não ter sido encontrada sua ocorrência em nenhuma outra construção. E, em relação à abundância de diferentes formas de se marcar a negação, é importante frisar que “pi” e “pijé” são consideradas marcas de sujeito (WIESEMANN, 2002, p. 71) e que “tu” é reconhecida como a marca de negação bona fide da língua (WIESEMANN, 2002, p. 86).

A partir desses dados, podemos partir para mais uma generalização que vai nos ser útil para a análise dos dados da família:

- (x) **Se a língua possui uma estrutura para um tipo específico de imperativo, então ela possui outra forma distinta para dar conta dos outros casos.** Ou seja:
- a. **Se a língua apresenta um imperativo imediato, ela também terá um imperativo não imediato:** Como é o caso em Kaingang;
 - b. **Se a língua apresenta uma forma mais polida para o imperativo, ela também tem uma forma menos polida:** Como é o caso da presença (ou não) das marcas de imperativo em Kaingang, ou mesmo o contraste entre orações admonitivas e proibitivas (vide (ix));

5.3 – Outras construções

As línguas analisadas apresentaram construções imperativas também utilizando o que serão chamadas nesse trabalho de outras construções: ou seja, estratégias utilizadas em construções diferentes do padrão geral de suas línguas, mas que apareceram tanto em orações declarativas como imperativas.

5.3.1 – Irrealis nas línguas Jê setentrionais

Presente em: Apinajé e Panará.

O uso do modo irrealis para expressar eventos ainda não realizados parece se estender para o imperativo em pelo menos duas das línguas Jê Setentrionais, nas quais a utilização desse modo em uma oração declarativa pode expressar uma ordem em orações em que o falante seja o beneficiário e o ouvinte o agente da ação (vide 5.3.1.a), ou em orações na qual a marca de irrealis é seguida por uma marca que indique o imperativo (vide 5.3.1.b), como em Panará, na qual essa é uma estratégia para pedidos indiretos.

Apinajé:

(5.3.1.a)	S	E	V				
	kɔt	kaj	ɨŋ-mã	me	ok	j-akre	pa ɔbu
	IRR	2.IRR	1.DATPL	pintar	R-mostrar	1	ver

“Mostre-me como pintar pra que eu possa ver” (OLIVEIRA, 2005, p. 227)

Panará:

(5.3.1.b)	O	V		
	Ka	=iasi	=piri	hã
	IRR	veado	matar	AFIR

“Mata o veado” (DOURADO, 2001, p. 134)

A ocorrência do irrealis com funções similares é atestada em outras famílias lingüísticas. Segundo Aikhenvald (2010, p. 143) esse uso é bastante comum nas línguas oceânicas, ainda que o uso do irrealis varie consideravelmente de língua para língua. Além disso, existem línguas nas quais o irrealis ao co-ocorrer com a marca de imperativo (como acontece em Panará) transmite a idéia de que se trata de um desejo ou de um conselho (ou ainda de uma recomendação referente ao passado), e não apenas necessariamente um comando, como acontece em Tsakhur.

- (5.3.1.c) O=V
 Ali=w=f-i sa dawar
 3=comprar=IMP=IRR um cabrito
 “Você deveria comprar (ou ter comprado) um cabrito” (AIKHENVALD, 2010, p. 144)

Uma segunda possível interpretação é que o irrealis seja utilizado junto com a marca de imperativo para ordenar que o comando expresso pelo imperativo seja feito na ausência do falante. Esse uso é atestado em rGyalrong:

- (5.3.1.d) V V
 nə-nəpriʔ qhoʔ noŋ me je-fə
 IMP-ceiar SEQ só.então IMP-ir
 “Ceie e daí vá” (eu vou estar lá)
- (5.3.1.e) V V
 nə-nəpriʔ qhoʔ noŋ me ə-je-tə-fə
 IMP-ceiar SEQ só.então IRR-IRR-2-ir
 “Ceie e daí vá” (durante a minha ausência)

A existência desse contraste não foi atestada nas línguas Jê analisadas. Além disso, essas línguas não apresentaram contraste entre os modos reais e irrealis nas orações imperativas, lacuna esta já esperada de acordo com a literatura. Além disso, o uso dessa estratégia na língua Panará não foi encontrado.

Outra possibilidade seria, ainda, existir uma diferença no modo de se marcar o imperativo devido a uma diferença temporal, com o irrealis indicando uma projeção para o futuro. Yu'pik, uma língua do centro do Alasca, possui esse contraste:

- (5.3.1.f) aqumi
 Sentar.IMP.IME
 “Senta (agora)!” (MITHUN, 1999, p. 154)

- (5.3.1.g) aqumkina
 Sentar.IMP.Ñ.IME
 “(Entre) e senta!”²¹ (MITHUN, 1999, p. 154)

E um contraste temporal bastante similar parece ocorrer nas orações hortativas em Apinajé.

Como foi visto anteriormente, a língua apresenta conjuntos diferentes de pronomes no modo realis e no modo irrealis. A língua apresenta também, entretanto, um conjunto de pronomes a serem usado no hortativo: um para o modo realis, e o outro para o modo irrealis:

- (5.3.1.h) S V
 kət puj amã
 IRR HORT.IRR esperar
 “Esperemos!” (Nós have(re)mos de esperar [no hospital]) (OLIVEIRA, 2005, p. 160)

- (5.3.1.i) S V, [S] V
 mε a-krĩ pu mε pa krĩ
 PL 2-sentar.PL HORT PL 1.INCL sentar.PL
 “Sentem, vamos sentar e nos reunir” (OLIVEIRA, 2005, p. 160)

Segundo Oliveira (2005, p. 170), em geral o modo realis marca proposições presentes, passadas e habituais; o modo irrealis marca o futuro, proposições hipotéticas, não-factuais ou mesmo condicionais. Com base nessa distinção e nas glosas analisadas, é possível que as orações hortativas somadas ao modo realis representem hortativos presentes, enquanto as com o modo irrealis sejam convites ou incitações para realizar ações num futuro mais distante. Assim, seguindo a generalização (vi)²², o hortativo realis apresenta uma urgência maior do que o hortativo irrealis.

Independente de o contraste acima ser a melhor explicação para esse fenômeno, o fato de que existe esse contraste num tipo de oração da família lingüística é um convite para que, em toda a gama de comandos possíveis em uma língua desse conjunto, procure-se pelos

²¹ “Entrar” não faz parte da morfologia do verbo analisado. A enunciação ocorreu quando uma anfitriã encontrou seu convidado do lado de fora e ofereceu para que ele se sentasse (deixando implícito o resto do comando) (MITHUN, 1999, p. 154)

²² Os comandos das línguas JSC usam as mesmas estratégias verbais das orações declarativas.

contrastes que possam explicar qual a motivação por trás da ocorrência do irrealis nesse tipo de oração – não só em Apinajé, mas nas outras línguas que apresentem esse comportamento.

5.3.2 – Outras construções nas Línguas Jê Centrais

Presente em: Xavante.

Além das formas citadas até então para a formação de orações imperativas em Xavante, outra estratégia utilizada pela língua para dar comandos é através do uso da marca de tempo futuro, exemplificadas pelas orações abaixo:

(5.3.2.a) FUT a-V
 Te za ãromhu
 “Trabalhe!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 69)
 lit. “Você vai trabalhar”

(5.3.2.b) FUT V
 E buru ãma, te za ãromhu?
 ALA roça LOC, N1 FUT trabalhar
 “Você vai trabalhar na roça?” (McLeod & Mitchel: 2003, p. 34)

Segundo a literatura, essa é uma forma de “imperativo leve” na língua Xavante. E, ao recorrer à literatura, encontramos línguas em que acontece o mesmo fenômeno: a língua recorre ao uso do tempo futuro para dar ordens mais “amenas”. Em Jarawara, uma língua amazônica, o tempo futuro serve como uma maneira menos pragmaticamente direta para expressar pedidos:

(5.3.2.c) VOC O V A
 kobati o-tenehe kijo ti-na-habana tike
 Amiga 1.SG-escroto:M esfregar 2.SG.A-AUX-FUT.F 2.SG-DECL.F
 “Amiga, esfrega (a planta medicinal) no meu saco?” (AIKHENVALD, 2010, p. 267)
 lit. “Você vai esfregar (isso) no meu saco”

Em Huallaga Quechua, outra língua da América do Sul, também o tempo futuro é usado com o mesmo propósito de deixar o comando mais fraco:

- (5.3.2.d) O V
 paala-yki-ta mana-ku-shayki
 pá-2-OBJ pedir-REFL-1>2.FUT
 “Posso pegar emprestado a sua pá?” (AIKHENVALD, 2010, p. 267)
 lit. “Vou te pedir a sua pá”

Isso não quer dizer que isso seja um universal, entretanto. Em inglês o uso do tempo futuro em uma oração imperativa é vista como sendo forte, enfatizando a autoridade do falante.

Além desse uso, Xavante também usa o alinhamento ergativo-absolutivo, uma construção encontrada nas orações relativas (SANTOS, 2008, p. 93), para formar o hortativo. Como mostrado anteriormente, é o alinhamento encontrado em orações como a relativa:

- (5.3.2.e) S V
wa te²³ romhuri da, wa wanemni
1 te trabalhar PURP, 1 ir.DU DU
 “Nós vamos para trabalhar” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 42)
 lit. “Para trabalhar, nós vamos”

- (5.3.2.f) S V
wa te upsõ da, wa wanemni
1 te lavar PURP, 1 ir.DU DU
 “Nós vamos para lavar” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 43)
 lit. “Para lavar, nós vamos”

Hortativo:

- (5.3.2.g) S V
wa te romhuri
1 te trabalhar
 “Vamos trabalhar! (eu e você)” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 158)

²³ Devido às diferentes interpretações encontradas na literatura, e por se encontrar além do escopo do presente trabalho, o real significado da palavra “te” não será investigado aqui. Entretanto, não se trata do mesmo “te” glosado como N1 anteriormente, uma vez que eles co-ocorrem em algumas orações (vide 5.3.2.i e 5.3.2.j).

- (5.3.2.h) S V
 wa te harẽ?ne
 1 te beber
 “Vamos beber! (eu e você)” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 157)

Outras pessoas e números:

- (5.3.2.i) S V
 te te romhuri da, te mo
 N1 te trabalhar PURP, 3 ir
 “Para trabalhar, ele vai” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 42)

- (5.3.2.j) S V
 te te upsõ za?ra da, te ai?aba?re
 N1 te lavar PL PURP, 3 ir.PL
 “Para trabalhar, vocês todos vão” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 43)

Jussivo:

- (5.3.2.k) S V
 te te hã?rêne
 N1 te beber
 “Que ele (o) beba!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 157)

- (5.3.2.l) S V
 te te hã?rêne za?ra
 N1 te beber PL
 “Que eles (o) bebam!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 157)

O fato curioso desse tipo de construção é que, a forma apresentada pelo verbo na 1ª pessoa do dual/plural pode co-ocorrer com a partícula vista anteriormente para marcação do imperativo nos mesmos tipos de verbo:

(5.3.2.m) V
 wane na
 1.PL.irIMP
 “Vamos!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 157)

(5.3.2.n) V
 wanhipi na
 1.PL.cozinhar IMP
 “Vamos cozinhar!” (MCLEOD e MITCHELL, 1977, p. 157)

5.3.3 – Tempo Futuro nas Línguas Jê Meridionais

Presente em: Kaingang.

Assim já foi visto em Xavante, é possível o uso do tempo futuro em orações declarativas a fim de codificar algum significado diferente daquele expresso nas orações imperativas da língua, mas exercendo ainda um ato ilocucionário semelhante (no sentido de fazer com que o ouvinte aja).

A julgar pelas glosas das orações encontradas em Kaingang, “jé”, partícula usada para marcar futuro (WIESEMANN, 2002, p. 26), essa partícula tem um comportamento distinto em orações imperativas:

(5.3.3.a) S V
 (Mũ nỹ,) kanhinhir jé!
 (Andar.PL ???) brincar FUT
 “Vamos brincar!” (WIESEMANN, 2002, p. 60)

(5.3.3.b) V
 Nỹgnỹ jé ha!
 deitar.PL FUT agora
 “Vamos deitar!” (WIESEMANN, 2002, p. 66)

(5.3.3.c)
 (Mũ nỹ,) pĩnh mũ jé!
 (Andar.PL ???) lenhar FUT
 “Vamos buscar lenha!” (WIESEMANN, 2002, p. 72)

Em comum, essas orações todas apresentam: Verbo em sua forma plural (Kaingang apresenta diferentes formas verbais para o singular e para o plural) e a marca de futuro. Essa estratégia, freqüentemente co-ocorrendo com a expressão “Mũ nỹ” (traduzida por Wiesemann (2002) como “Vamos”) pode ser usado na segunda pessoa para codificar um encorajamento por parte do falante para que o ouvinte faça alguma coisa: ou seja, o que estamos chamando aqui de hortativo (vide seção 5.0 acima). Infelizmente, a forma através da qual o hortativo vem a ser gramaticalizado nas línguas não é bem conhecida, ignorância essa devida a escassez de casos encontrados na literatura (BYBEE, PERKINS e PAGLIUCA, 1994, p. 211). De fato, apesar de os exemplos acima terem sido encontrados na literatura da língua, não foi encontrada descrição alguma sobre seu comportamento.

5.4 – Análise Geral

Nessa seção buscar-se-á explicar ou apenas explicitar os seguintes fenômenos.

Subseção 5.4.1: A distinção do comportamento sintático encontrada entre orações afirmativas e proibitivas nas línguas analisadas, e a sua relação com as orações declarativas. O comportamento também será comparado com línguas tipologicamente relacionadas no que concerne à morfologia.

Subseção 5.4.2: Formulação de hipóteses sobre a emergência de outras estratégias para a formação de comandos encontradas na língua Jê, originárias de outras construções.

Subseção 5.4.3: Formulação de hipóteses sobre a gramaticalização das partículas utilizadas para marcação de comandos nas línguas Jê.

Apesar de a literatura sobre orações imperativas não ser tão extensa quanto a dedicada para outros tipos de oração (principalmente as orações declarativas), foram encontrados trabalhos suficientes para poder comparar os dados aqui encontrados com o que ocorre em geral nas outras línguas do mundo. Mas, como lidar com a variação nos dados, ainda que não seja tão extensa a ponto de poder recortar os dados em três tipos principais?

O ponto de partida para a análise das estratégias como um todo será a hipótese de que é possível ir *de estratégias de comando para formas de comando* (AIKHENVALD, 2010, p. 342). Ou seja, que a partir de estratégias discursivas para a enunciação de comandos a língua cria estruturas que funcionam especificamente com esse fim. Acreditando que as formas encontradas partiram de processos de reanálise, reinterpretação e gramaticalização nas línguas

analisadas, a análise será feita com base nos processos diacrônicos encontrados na literatura e aplicados para explicar o que ocorre na família Jê.

A tendência entre as línguas do mundo de renovar estruturas é bem documentada. Como exemplo desse fenômeno, podemos citar o futuro em línguas românicas como o Francês (os dados aqui apresentados podendo também ser aplicados ao português). Em Latim, a antiga forma para marcar o futuro no verbo cantar “cantabimus” era formada pela raiz do verbo cantar e o verbo “b^h umos” (nós somos), sendo essa construção originada de uma construção perifrástica ainda mais antiga “*kanta b^h umos”. Com o tempo, a forma “cantare habemos” (cantar havemos/devemos) se tornou uma estratégia com a qual a forma antiga competia e, por fim, se tornou a forma padrão tornando a estratégia antiga obsoleta. Com o tempo, essa construção deu origem à forma “nous chanterons” em Francês (e “nós cantaremos” em Português), a qual recentemente tem entrado em competição com a forma “nous allons chanter” (“nós vamos cantar”) (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 8).

Voltando ao assunto tratado no presente trabalho, comandos em geral são potencialmente ameaçadores à face (para maiores informações sobre polidez e sobre a teoria de face em pragmática, ver Brown & Levinson (1987)) é natural que os falantes busquem formas menos diretas de enunciar comandos. A consequência direta disso na língua é que essas formas menos diretas podem ser reinterpretadas como formas de comando genuínas e essas estratégias – previamente indiretas – acabem por se tornar a forma oficial de se enunciar comandos em uma língua (AIKHENVALD, 2010, p. 342). E, seguindo o que foi colocado sobre no parágrafo anterior, uma vez fixadas na língua, é natural que elas evoluam de acordo com a seguinte variação clinal (Givon, 1979, p. 209 APUD Hopper & Traugott, 2003, p. 29):

Discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero
Clina **α**: Sobre o processo geral de gramaticalização

A organização das análises a seguir foram feitas levando em consideração essa variação clinal: Primeiro, serão levadas em consideração as construções sem marca alguma explícita no imperativo, ou seja, zero. Em seguida, as que apresentam alguma marca morfológica que codifique o comando. Por fim, as construções presentes no discurso que não tenham nenhuma morfologia específica para o imperativo, uma vez que ocorrem também em outras construções da língua que não esteja presente nas orações não-marcadas. Assim, trataremos por último as construções provavelmente mais recentes, à esquerda da clina, e começaremos pelas estratégias possivelmente mais antigas, mais à direita..

Assim como foi feito no início do capítulo, é importante explicitar o que queremos dizer por gramaticalização, reanálise e reinterpretação nesse trabalho.

- **Gramaticalização:** Refere-se, no que concerne as estruturas lingüísticas, ao processo através do qual alguns itens se tornam mais gramaticalizados ao longo do tempo (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 2);
- **Reanálise²⁴:** É uma diferença na estrutura de uma expressão ou de uma classe envolvendo mudança na constituição, uma estrutura hierárquica, categorização, relações gramaticais e coesão (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 51);
- **Reinterpretação:** Ou extensão, é a uma mudança na manifestação superficial que não envolva, porém, uma modificação imediata ou intrínseca à estrutura (HARRIS e CAMPBELL, 1995).

Feita essas distinções, passemos aos problemas aos quais o presente trabalho se dedica. Antes de partir para as análises gerais, recapitulemos as generalizações e hipóteses feitas pelo trabalho até agora.

Retomando as análises feitas até agora, temos as seguintes generalizações:

- (i) **O argumento externo (nas orações imperativas) é sempre apagado.** Devido à variação de S ora como argumento externo, ora como argumento interno dependendo da semântica do verbo, o argumento só aparece marcado nos verbos ditos descritivos (explicando o porquê da aparente variação do comportamento nos verbos intransitivos dessas línguas);
- (ii) **Os verbos descritivos (nas línguas que os possuem) podem aparecer no modo imperativo.** Isso se torna, enfim, um argumento a favor de sua análise como verbos (e não como adjetivos);
- (iii) **Os verbos no modo imperativo seguem a hierarquia de pessoa encontrada no padrão geral da língua (quando esta a possui).** A subclasse de verbos transitivos que codificam em orações declarativas afirmativas, a concordância da 3ª pessoa por meio do prefixo ku- também se comportam dessa forma nas orações imperativas, enquanto os outros mantendo assim a hierarquia prevista, 2A > 3O.

²⁴ Não que exista um consenso sobre essa definição. Para uma problematização sobre essa definição de reanálise, mas que vá além do escopo desse trabalho, ver Dahl (2004, p. 8.5)

- (iv) **Os comandos das línguas Jê usam as mesmas estratégias verbais das orações declarativas.** A diferença é, exclusivamente, o apagamento do argumento externo nos comandos, o que faz com que a variação encontrada nas orações negativas dessas línguas não esteja presente nas orações proibitivas.
- (v) **Se uma língua da família Jê apresentar distinção entre o modo realis e o modo irrealis (ou entre o tempo presente e o futuro), e pelo menos um modo ocorrer em comandos, o modo apresentado será o irrealis (ou o tempo futuro).** Ou seja, apesar de ser possível que uma língua apresente o modo realis em comandos (como pode ser o caso do Panará), é duvidoso que essa seja a única estratégia usada à exclusão do irrealis; afinal, comandos se referem a ações que ainda não de ser feitas, é de se esperar que a língua use uma estratégia que também seja usada em situações hipotéticas/futuras.
- (vi) **Se a língua apresentar dentre as estratégias para formação de comandos o uso do modo irrealis (ou do tempo presente), essa representará a ordem mais indireta.** Por “mais indireta”, entenda-se:
- a. Se existir uma distinção de polidez, a ordem mais direta será menos polida;
 - b. Se existir uma diferença de tempo/aspecto, a ordem mais direta indicará um maior senso de urgência;
 - c. Se existir uma diferença na prosódia de comandos e orações declarativas em geral, o tempo irrealis poderá apresentar o contorno prosódico encontrado nas orações declarativas, se tornando um comando não necessariamente pela sua forma, mas pelo contexto.
- (vii) **Se uma língua pode formar orações proibitivas com a mesma estratégia verbal e marca de negação encontrada nas orações declarativas, então ela também pode formar orações imperativas sem o uso de partículas especiais.** Entretanto, como é o caso em Xerente e em Panará, o contrário nem sempre acontece.
- (viii) **Mesmo que as línguas da família Jê apresentem marcas especiais para formação de comandos, o verbo apresentará o mesmo comportamento das orações declarativas desde que a generalização (i) seja seguida.** Ou seja, desde que o argumento externo seja apagado quando assim couber.
- (ix) **Se a língua apresenta uma marca de admonitivo, ela também apresenta uma marca de proibitivo.** Todas as línguas que apresentaram alguma maneira

de marcar o admonitivo também apresentam uma forma distinta de codificar as orações imperativas em geral; o contrário, entretanto, nem sempre acontece.

- (x) **Se a língua possui uma estrutura para um tipo específico de imperativo, então ela possui outra forma distinta para dar conta dos outros casos.** Ou seja:
- a. **Se a língua apresenta um imperativo imediato, ela também terá um imperativo não imediato:** Como é o caso em Kaingang;
 - b. **Se a língua apresenta uma forma mais polida para o imperativo, ela também tem uma forma menos polida:** Como é o caso da presença (ou não) das marcas de imperativo em Kaingang, ou mesmo o contraste entre orações admonitivas e proibitivas (vide (ix));

E as seguintes hipóteses já foram feitas anteriormente:

- (a) Com base nos dados, **é possível que Suyá use a mesma marca para estratégia em orações negativas e em proibitivas para codificar a negação, usando uma marca especial para marcar orações admonitivas.** Isso explicaria o porquê de as orações com a mesma estratégia serem consideradas mais fortes.
- (b) Assim como as outras línguas da região, **os comandos em Suyá são feitos usando as mesmas estratégias encontradas nas orações declarativas.** Isso explicaria as orações da língua sem o uso de nenhuma marca especial, e permitiria a generalização (iv);
- (c) Assim como apresentado em (a) em relação às orações admonitivas, **a língua Suyá apresenta uma marca especial para orações permissivas.** O fato de se tratar de uma marca de permissivo (e não de imperativo) explica o porquê de sua ocorrência ser “facultativa”: ela não seria obrigatória para um comando, mas serviria como um atenuador.

Tendo revisto o progresso do trabalho até aqui, sigamos para a análise final dos dados:

5.4.1 – Ocorrências com o Padrão Geral

A forma mais comum de se formar comandos nas línguas Jê foi com a utilização do padrão geral da língua. O interessante a se observar foi que as diferenças sintáticas encontradas nos sistemas das orações declarativas se mantiveram nos comandos das línguas analisadas, e o uso do padrão geral comparado a línguas tipologicamente similares no nível morfológico.

A possibilidade de se marcar o imperativo com o padrão geral ocorreu em todas as línguas da família, freqüentemente com o apagamento ou do argumento externo (possível em todas as línguas analisadas) ou de todos os argumentos (possível em Xavante). Isso também se encontra dentro do esperado, já que o imperativo costuma ser, nas línguas do mundo, a forma mais curta do verbo, possivelmente apresentando um morfema zero (DIXON, 2002, p. 213), e nas línguas Jê não foi raro encontrar formas imperativas sem nenhuma marcação morfológica extra – inclusive com o apagamento de todos os argumentos do verbo em alguns casos (mas não sempre).

Essa diferença dentro de uma mesma família (e, às vezes, dentro de uma mesma língua) também não é incomum. Nas línguas Germânicas, por exemplo, existe uma variação entre o que não pode ser apagado nas orações imperativas e, mesmo numa mesma língua, existem contextos em que o sujeito pode ser apagado, e em outros não. Em Alemão, o sujeito pode ser apagado na segunda pessoa do singular, mas deve ser expresso na segunda pessoa do plural (a qual é utilizada para construções mais polidas na língua):

(5.4.1.a) V
 Komm!
 Vir.IMP
 “Vem!” (HARBERT, 2007, p. 236)

(5.4.1.b) V S
 Kommen sie!
 Vir.IMP.PL 2.PL
 “Venham / Venha o senhor!” (HARBERT, 2007, p. 236)

Em Xavante, apesar de os argumentos serem sumariamente apagados na maioria das construções (alguns verbos intransitivos sendo uma exceção), as marcas de 2ª pessoa dual e plural permanecem em todo os casos.

ocorreu, mostrando se tratar de dois sistemas independentes cindidos pela polaridade (a tabela com as propriedades gerais de cada alinhamento pode ser encontrada na subseção 5.1.1).

A partir do que foi observada nela, e nas outras línguas da família, é possível fazer uma generalização final em relação ao uso do padrão geral para a formação de comandos nas línguas Jê, de forma a ecoar o que já se encontra implícito em (iv):

- (xi) **Os comandos nas línguas Jê apresentam as mesmas cisões encontradas nas orações declarativas**, com a restrição natural de que isso apenas ocorre nas línguas em que há tal cisão. Ou seja, em línguas em que as orações afirmativas possuem um alinhamento diferente das negativas, as orações imperativas mantêm essas mesmas distinções ao serem contrastadas com as orações proibitivas.

Não é raro que em línguas isolantes não haja nenhuma marca explícita para codificar orações imperativas as diferenciando das orações declarativas morfologicamente. O comportamento encontrado.

Em Vietnamita é possível que tanto as orações imperativas como as hortativas ocorram sem alguma marca explícita, havendo ainda ambigüidade sem um contexto para distinguir entre as duas possibilidades quando os argumentos são apagados:

(5.4.1.e) S V V O
 Con vè ãn com
 guri voltar comer arroz
 “Filho, vem e come (seu) almoço!” (BYSTROV e STANKEVIČ, 2001, p. 462)

(5.4.1.f) S V V O
 Ta vè ãn com
 Nós voltar comer arroz
 “Vamos almoçar!” (BYSTROV e STANKEVIČ, 2001, p. 462)

- (5.4.1.g) V
 Ngòì đâý!
 Sentar aqui
 “Senta aqui” ou “Vamos sentar aqui”

Outras línguas isolantes que foram atestadas sem marca especial de imperativo necessária nas orações declarativas, tendo estrutura semelhante às orações declarativas foram o Cambojano e o Mandarim, apesar de ser possível adicionar marcas que indiquem que se trata de uma oração imperativa em Cambojano (SPATAR, 2001, p. 477), e marcas de polidez para realizar o pedido em Mandarim (PO-CHING e RIMMINGTON, 2004, p. 359). Mesmo em Vietnamita, é possível usar o verbo “ir” para marcar orações imperativas a fim de evitar ambigüidade (BYSTROV e STANKEVIČ, 2001, p. 466) sendo, entretanto, uma forma menos polida de dar os comandos (BYSTROV e STANKEVIČ, 2001, p. 465):

- (5.4.1.h) V
 Mẹ đi ngủ đi khuya rồi!
 Mãe ir dormir IMP tarde PERF
 “Vá dormir, mãe, está tarde” (BYSTROV e STANKEVIČ, 2001, p. 466)

É possível notar que, como acontece em Kaingang, a falta da marca do imperativo marca uma forma indireta de enunciar os comandos também numa língua como Vietnamita. A possibilidade de esse tipo de construção sem as marcas se tornarem o tipo padrão para marcar comandos nessas línguas pode ir de acordo da seguinte forma:

Padrão Geral > Padrão Geral Sem Argumentos Externos > Comandos

Clina β: Emergência de comandos a partir do padrão geral

Em conclusão, é possível fazer a seguinte generalização comparando os comandos nas línguas Jê com o que já é atestado em outras línguas tipologicamente similares:

- (xii) **Os comandos nas línguas Jê apresentam um comportamento similar às outras línguas isolantes descritas na literatura**, apresentando o padrão geral com o possível apagamento de argumentos e sem o requerimento de existir uma marca para indicar o imperativo. Mesmo nas línguas que apresentam

marcas, como Kaingang, Panará, Xavante, Xerente e talvez Suyá, existem situações em que essa marca não é necessária²⁶.

Essa subseção mostrou, portanto, a cisão existente nos comandos das línguas Jê que também possuem um sistema cindido nas orações declarativas e como isso se relaciona com o que já é demonstrado na literatura para outras línguas isolantes.

5.4.2 – Outras construções

O uso de construções fora do padrão geral para se marcar os comandos de uma língua também é atestado não só nas línguas Jê como nas outras línguas do mundo. Dentre as línguas australianas, Rembarrnga, Ngandi e Mirning apresentam a forma imperativa com a mesma marcação que o futuro (DIXON, 2002, p. 79) e, mesmo na própria família da língua portuguesa, em Francês é possível expressar ordens utilizando o futuro simples ou o futuro imediato (KORDI, 2001, p. 378). Segundo Bybee et alii (1994, p. 210) o futuro foi o outro uso mais comum para estratégias de marcação do imperativo nos dados deles, sendo uma origem comum através do uso do futuro como um ato de fala indireto (BYBEE, PERKINS e PAGLIUCA, 1994, p. 211). Um exemplo do Francês que mostra a possibilidade é:

(5.4.2.a) S V S V
 Tu vas rester ici (...) et tu vas travailler pour nous
 2 ir.2SG ficar aqui (..) CONJ 2 ir.2SG trabalhar BEN 1.PL
 “Você vai ficar aqui (...) e você vai trabalhar para nós” (KORDI, 2001, p. 378)

Além do verbo “ir”, usado para marcar o futuro e essa forma do imperativo em Francês e também em Atchin, são usados o verbo “vir” e “querer” em Dinamarquês, “Fazer” e “ser” em Yagaria, e até mesmo um advérbio em Motu (BYBEE, PERKINS e PAGLIUCA, 1994, p. 211). De maneira similar ao processo visto em (β), é possível constatar através dos dados pelo menos quatro outras construções dando origem a orações imperativas e hortativas nas línguas Jê:

Futuro > Imperativo (Xavante)
 Hortativo (Kaingang)

²⁶ Os possíveis condicionamentos encontrados até aqui e cujo o comportamento ainda não foi alvo de hipóteses serão vistos mais à frente, na subseção 5.4.3.

Cline γ .1: Emergência de estruturas de imperativo e hortativo a partir do futuro

Irrealis > Imperativo (Panará)
Hortativo (Apinajé)

Cline γ .2: Emergência de estruturas de imperativo e hortativo a partir do irrealis

Se isso se comprovar nos dados, podemos dar razão à seguinte hipótese:

- (d) Independente da região, **as orações no modo irrealis ou no tempo futuro são fontes secundárias para formação de orações imperativas e hortativas nas línguas Jê, sendo menos produtivas apenas que o padrão geral.** Nesse caso, a veracidade da hipótese não é tão importante quanto a sua verificação, no sentido de que em muitas línguas essas orações não terem sido analisadas exaustivamente.

O caminho percorrido por essas construções, portanto, não é tão diferente dos processos já descritos sobre o padrão geral, apesar de nesse caso, não compartilharem de propriedades estruturais apenas com as orações imperativas, mas também com outros tipos de oração de força ilocucionária semelhante (no caso, as orações hortativas).

Cognitivamente, também, não é complexo entender o porquê de isso ocorrer. Imperativos são necessariamente referentes a ações que vão se colocar após o momento da fala e a propriedade cognitiva referente a situação, seja temporal, epistêmica, cultural ou espacial, é o componente mais óbvio de nossas operações de construção (CROFT e CRUSE, 2004, p. 58). Ao detectar essa pressão cognitiva, em relação à situação, e pragmática, em relação ao uso de atos de fala indiretos, é possível entender o porquê de essa ser uma fonte tão produtiva para a formação de comandos nas línguas do mundo.

Curiosamente, Xavante também apresentou a possibilidade de formar orações jussivas a partir das estruturas encontradas nas orações relativas da língua. Infelizmente, porém, não foram encontrados dados suficientes sobre orações jussivas nas outras línguas da família a fim de efetuar uma comparação mais sólida. Dentre as línguas analisadas, as orações jussivas normalmente foram feitas com o uso de marcas advindas de outros verbos, como “dar” em Ewe²⁷ (AGBOJO e LITVIROV, 2001, p. 399); “permitir” ou “deixar” em Vietnamita

²⁷ Apesar de aparecer nos dados, os autores não fazem referência à correlação entre as duas formas.

(BYSTROV e STANKEVIČ, 2001, p. 467), Hausa (DOBRONRAVIN e SMIRNOVA, 2001, p. 330) e em Inglês; ou mesmo uma marca própria da língua como em Cambojano (SPATAR, 2001, p. 481) ou do verbo, como em Esquimó (VAXTIN, 2001, p. 136), Nivkh (GRUZDEVA, 2001, p. 65) e Aleut (GOLOVKO, 2001, p. 303).

Temos assim a possibilidade de encontrar outros tipos de comandos – como orações hortativas e jussivas – a partir de construções outras que não o padrão geral. Infelizmente, entretanto, não existe registro o suficiente sobre orações jussivas (ou mesmo hortativas) para fazer maiores generalizações, ficando a análise restrita às hipóteses feitas até aqui.

5.4.3 – Ocorrências de partículas especiais

É importante, para uma melhor análise das partículas apresentadas, entender, afinal de contas, de onde elas vêm. Essa subseção trata de uma hipótese de como isso pode ter ocorrido sem, entretanto, poder fazer qualquer confirmação a partir do volume de dados analisados.

Lehmann, ao reintroduzir a importância da gramaticalização à lingüística na segunda metade do século passado, levantou alguns parâmetros que indicam o que pode aumentar a probabilidade de uma estrutura se gramaticalizar na língua (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 31).

Eixo Paradigmático	Eixo Sintagmático
<p>O “peso” fonológico ou semântico de um elemento.</p> <p>A palavra latina “ille” tem um peso fonológico menor do que o artigo francês “le” do qual ele vem.</p>	<p>O escopo ou tamanho estrutural da construção.</p> <p>“Scribere habeo” do Latim é estruturalmente mais longo do que “escreverei” em Português.</p>
<p>O grau até o qual o elemento entra em conjunto coeso ou paradigma.</p> <p>Numa língua fusional o tempo verbal tem coesão paradigmática, mas não em uma analítica.</p>	<p>O grau de ligação entre os elementos de uma construção.</p> <p>O grau de ligação é maior em uma flexão do que numa perífrase.</p>
<p>A liberdade com a qual os elementos podem ser selecionados.</p> <p>Em Swahili, se uma oração for transitiva, o objeto deve ser obrigatoriamente expresso no verbo.</p>	<p>O grau ao qual os elementos de uma construção podem ser embaralhados.</p> <p>Em Latim Antigo, “scribere habeo” e “habeo scribere” ocorriam. Depois, só a primeira opção.</p>

Tabela 5.IV: Fatores influenciadores de gramaticalização

Ou seja, existem ambientes mais propícios para a gramaticalização do que outros, sendo aconselhável manter esses parâmetros em mente durante a análise. Em quais contextos analisados há uma maior propensão para as estruturas vistas se gramaticalizarem?

Como exemplo de ambiente em que é provável haver um processo de gramaticalização, temos as possíveis orações permissivas em Suyá. Independente de seu status atual, é preciso entender como poderia acontecer a gramaticalização da palavra “rik~riřĩ”, e o porquê.

Primeiro, o item originalmente lexical se tornaria gramaticalizado, sendo semanticamente mais geral e servindo às funções discursivas necessárias. Depois, esse item se tornaria sintaticamente fixo, ou seja, seria uma construção, e mais cedo ou mais tarde se juntaria morfologicamente se tornando um afixo (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 100). A progressão seria, então, a seguinte:

(δ) item lexical usado em contextos específicos > sintaxe > morfologia

Cliná δ:

Ou seja, para poder estabelecer a hipótese explicitada em (c), teríamos a seguinte hipótese auxiliar:

- (e) **A gramaticalização da partícula permissiva em Suyá pode se dar porque ela se encontra restrita à posição imediatamente anterior ao verbo e sendo de ocorrência obrigatória** (não há outra forma de se formular orações permissivas em Suyá).

Mas, como isso pode afetar as línguas estudadas?

Ambas as línguas Jê Centrais apresentaram uma marca com função similar no imperativo: “na” em Xavante e “nã” em Xerente. A principal diferença apresentada entre as duas línguas é a distribuição das partículas através das orações imperativas.

Em algumas línguas, como em Xavante, as partículas apareceram dependendo de, entre outras variáveis, a transitividade do verbo²⁸: A partícula “na” aparece apenas em alguns verbos transitivos. Essa variação é também atestada em outras famílias, inclusive do mesmo

²⁸ Apenas nas orações imperativas. Nas orações hortativas, a transitividade não limitou sua ocorrência.

continente. Em Muisca, uma língua Chibcha já extinta da Colômbia, apenas os verbos intransitivos levam o prefixo a- no imperativo:

- (5.4.3.a) B-quy-
“Fazer” (ADELAAR e MUYSKEN, 2004, p. 90)
- (5.4.3.b) Quy-u
“Faça!” (ADELAAR e MUYSKEN, 2004, p. 90)
- (5.4.3.c) Bgy-
“Morrer” (ADELAAR e MUYSKEN, 2004, p. 90)
- (5.4.3.d) A-bgy-u
“Morra!” (ADELAAR e MUYSKEN, 2004, p. 90)

Já em Xerente, a presença da partícula é bem mais ampla, estando presente nas orações imperativas da língua independente da transitividade do verbo (mas podendo ser omitida por razões pragmáticas sem aparente limitação morfossintática).

Têm-se assim duas possibilidades. Ou “na~nã” já esteve presente em todos os verbos tanto em Xavante como em Xerente (a origem não podendo ser encontrada), e a distribuição mais limitada em Xavante se deve ao movimento descrito na variação clinal “α” a qual levava potencialmente a morfologia da língua para zero. Ou então, “na~nã” estava presente em uma subclasse de verbos e seu significado foi se expandindo para outras situações, de forma similar à variação clinal (δ) acima, sendo aplicada aos seguintes contextos:

(ε) Imperativos transitivos > Imperativos > Comandos

Cline ε: Hipotético espalhamento da marca de imperativo em Xerente

A escolha entre as duas hipóteses pode parecer complicada num primeiro momento devido à partícula em questão.

É normal que, com a gramaticalização, as formas tendam a se tornar mais curtas e seus fonemas comecem a erodir; e, além disso, os segmentos fonológicos remanescentes de suas estruturas tendam a se limitar cada vez mais a um conjunto menor (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 154). O problema é que os segmentos morfológicos que tendem a sobrar são consoantes apicais como [n], [t] e [s]; consoantes glotais como [ʔ] e [h]; e, por fim, vogais

comuns como [a], [i], [u] e [ə] (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 155). Até aqui, não só os dados não contradizem a literatura como em ambos os casos seus fonemas se encontram nessa lista mais limitada. A dificuldade seria então descobrir qual das duas formas está mais avançada na clina de gramaticalização, se possível for.

O morfema utilizado nas orações proibitivas em Xerente mostram a possibilidade de ser a fusão entre o morfema de negação fundido à marca de imperativo, assim como colocado por Sousa Filho (2007, p. 160), postulando assim o seguinte processo:

(ζ) * kō nã > kōnã > knã

Em Xavante, se postularmos que a mesma distribuição tenha ocorrido através dos comandos da língua e o antigo morfema tenha se tornado zero com a exceção do ambiente em que ele se encontra hoje (seguindo a tendência mostrada na variação clinal (β)): entretanto, seria de se questionar o porquê de não haver resquício nenhum de sua distribuição em outros ambientes, nem nos verbos, nem na estratégia de codificação do negativo nas orações proibitivas.

Uma solução seria avaliar os morfemas em ambas as línguas.

A fusão de um item lexical ou um clítico como um afixo apresenta mudanças fonológicas de vários tipos: vogais e consoantes sofrem elisão, a entonação e a tonicidade são perdidas e segmentos fonológicos adjacentes são assimilados (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 154). Nesse caso, é capaz ainda que a partícula usada em Xerente esteja num estágio mais avançado de gramaticalização uma vez que nele aparentemente a nasalização tenha se espalhado da consoante para a vogal seguinte, tornando a variação clinal (γ) a mais provável. Todas essas correlações iriam de acordo com a teoria, mas carecem de investigações.

Não foram encontradas formas possivelmente cognatas às partículas da língua Panará ou estratégias similares a outras línguas (com exceção da partícula “ha” presente no início tanto em orações imperativas em Panará e permissivas em Kaingang, apesar de essa relação ser puramente especulativa).

Com base nas especulações acima, é possível estabelecer as seguintes hipóteses, a segunda derivando da primeira:

- (f) **É possível que as partículas marcadoras de imperativo nas línguas Jê centrais sejam formas cognatas de um mesmo item lexical cujo significado é desconhecido.**

- (g) Nesse caso, é possível ainda estipular que a partícula em Xerente se encontre em estágio mais avançado de gramaticalização, não sendo específica a um contexto apenas e apresentando uma erosão maior.

A confirmação (ou não) de tais hipóteses, todavia, carece de maiores análises que vão além do escopo desse trabalho.

5.4.4 – Relação entre Imperativo e Proibitivo

Segundo Van Der Auwera et alii (2008) existem quatro possibilidades de relação entre o proibitivo e o imperativo entre os comandos das línguas naturais como comentado no capítulo 2.

O primeiro problema foi o fato de que, aparentemente, boa parte das línguas apresentou diferentes formas de formar o imperativo e o proibitivo. Entretanto, isso pôde ser contornado levando em consideração as particularidades de cada língua.

Em Suyá, como foi colocado anteriormente, as construções com partículas não encontradas nas orações declarativas da língua, mas que foram encontradas nas orações imperativas, foram consideradas orações permissivas e admonitivas, não fazendo dessa distinção.

Em Xavante, a partícula de imperativo ocorre apenas em determinados contextos enquanto em outros, a estratégia verbal do proibitivo é idêntica à do imperativo. Assim, para poder abarcar as duas possibilidades, a língua Xavante foi classificada de duas formas diferentes.

Kaingang, entretanto, apresentou um problema maior. Foram encontradas várias maneiras de marcar o imperativo e o proibitivo. A julgar pelas glosas e pelas explicações, as construções “ha... ge” e “ker... he” foram consideradas marcas de permissivo e admonitivo respectivamente.

O problema foi que nos dados encontrados que tratam de fato do imperativo na língua, foi encontrada a seguinte assimetria:

Tempo	Imperativo	Proibitivo
Imediato	ra~rỹ	tũg ra~rỹ
Não-imediato	nĩ	tũg nĩ
Sem marca	∅	(?)

Tabela 5.V: Marcas de imperativo e proibitivo encontradas em Kaingáng.

Além das sistematizações acima entre permissivos e admonitivos de um lado, e imperativos e proibitivos de outro, não foi encontrada a diferença entre os admonitivos feitas com e sem “he” no final de orações que tenham como primeiro elemento a marca de negação “ker”.

A tabela a seguir é uma demonstração de uma tentativa de tabela com a organização dos dados da língua Kaingang de forma a abarcar os dados encontrados nas orações da língua:

Tipo de Oração	Polidez	Tempo	Pol. Afirmativa	Pol. Negativa
Imperativo	Não Polida	Imediato	ra~rỹ	tũg ra~rỹ
		Não-imediato	nĩ	tũg nĩ
	Polida	Sem distinção	Ø	Ker
Permissiva	Sem distinção		Ha... ge	Ker... he

Tabela 5.VI: Hipotetização das relações das marcas de comando em Kaingang

Se o contraste entre orações imperativas e proibitivas em Kaingang for de fato simétrico, é possível que as relações sejam as seguintes:

- (h) O imperativo imediato não-polido em Kaingang receba a partícula “ra~rỹ” e seja negado com a partícula “tũg”;
- (i) O imperativo não-imediato não-polido em Kaingang receba a partícula “nĩ” e seja negado com a partícula “tũg”;
- (j) O imperativo polido não receba marca alguma em Kaingang, e seja negado com a partícula “ker”;
- (k) As orações permissivas em Kaingang levem a partículas descontínuas “Ha... ge” na polaridade afirmativa e “Ker... he” na polaridade negativa.

A dificuldade de tal análise é o fato de a negação utilizada nas orações proibitivas polidas ser a mesma marca encontrada nas orações admonitivas (e não a mesma das proibitivas outras orações proibitivas). Entretanto, o fato de as línguas do mundo marcarem indiretamente pedidos, recomendações e até mesmo proibições é bastante atestado: Nas línguas Quéchuá, por exemplo, avisos (em contraste com o sistema de comandos da língua) são dados usando o tempo futuro (ADELAAR e MUYSKEN, 2004, p. 222); num caso

relacionado, Tlapanec usa uma marca de imperativo nesse tipo de oração, mas uma marca de futuro nas orações proibitivas (SUÁREZ, 1983, p. 74).

Além disso a existência de um contraste temporal em um tipo de oração mas não em outro também não seria incomum. Em Cheyenne, uma língua falada no centro-oeste estadunidense, existe esse tipo de contraste nas orações imperativas, mas não nas orações hortativas (MITHUN, 1999, p. 172).

Limitando apenas às orações imperativas e proibitivas das línguas analisadas, a divisão de acordo com a relação entre os comandos nas línguas Jê analisadas ficaria da seguinte forma:

As cores indicam a região e o sentido do tracejado se pertencem ao tipo A, ao tipo B, ou se apresentam estruturas dos dois tipos:

Região	Língua	Tipo
Setentrional	Apinajé	Tipo A
	Canela	
	Mebengokré	
Central	Suyá	Tipo B
	Panará	
	Xavante	Tipo A
Xerente		
Meridional	Kaingang	

Tabela 5.VII: Relações entre as regiões e tipos de marcação de comandos nas línguas Jê

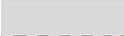
	Região Setentrional
	Região Central
	Região Meridional
	Tipo A
	Tipo B
	Possui estruturas pertencentes ao tipo A e o tipo B

Tabela 5.VIII: Legenda da tabela 5.VII

Buscou-se mostrar nessa parte, enfim, os possíveis caminhos que levaram à emergência de partículas de imperativo nas línguas analisadas e, no caso do Kaingang, qual a diferença no significado de cada partícula e a relação entre elas a partir da polaridade.

5.5 – Implicações Teóricas

Apesar de a literatura encontrada ter sido uma riquíssima fonte de dados e descrições, o tratamento dado aos comandos na língua Jê ainda está aquém do que poderia ser útil não apenas para uma análise tipológico-funcional das línguas analisadas, mas também para entender melhor o funcionamento das línguas da família – seja individualmente ou como um todo.

Aos pesquisadores que forem trabalhar nas línguas da família, seria aconselhável então procurar pelas seguintes distinções já encontradas em pelo menos uma língua Jê:

01. A língua apresenta alguma distinção entre imperativos imediatos e imperativos não-imediatos?
02. Se a língua puder utilizar o modo irrealis para a codificação de comandos, qual é a diferença entre o comando com o modo irrealis e o sem? O uso do modo irrealis torna a oração mais polida?
03. A língua apresenta essa mesma distinção temporal em outros tipos de comando, como nas orações hortativas, jussivas, preventivas, ou admonitivas?
04. Existe diferença na marcação do imperativo para as diferentes pessoas do discurso? E do proibitivo?
05. A língua faz distinção entre admonitivos e proibitivos?

Ademais, a série de parâmetros colocada por Croft (1994, p. 471) pode ajudar a encontrar distinções que deixem clara a diferença entre os diversos tipos de comandos numa língua de acordo com sua força ilocucionária. Por exemplo, qual é o grau esperado de resposta à enunciação? O quanto a solicitação é explícita (ou implícita)?

Ao tipólogo funcional que busca entender através da categorização e da variação das diferentes estruturas das línguas naturais como a linguagem é processada cognitivamente pelos falantes de uma língua, o preenchimento dessas lacunas seria de valor inestimável para compreender não apenas como são as línguas dessa família lingüística, mas também como a gramática é construída nas diferentes línguas do mundo.

6 – Considerações Finais

Buscou-se mostrar no capítulo anterior, a relação entre os sistemas de orações declarativas das línguas estudadas e as estratégias utilizadas para a codificação de comando nelas. Os resultados conseguidos até então apresentaram algumas deficiências, mas também algumas conquistas que devem ser levadas em consideração.

O trabalho teve 6 capítulos, dos quais:

O primeiro apresentou uma introdução rápida explicando o porquê deste trabalho ter sido feito, e de que forma sua confecção foi planejada.

O segundo apresentou a revisão bibliográfica utilizada para desenvolver o levantamento, com as histórias referentes às correntes lingüísticas e filosóficas que culminaram na análise de atos de fala pela lingüística funcional tipológica.

O terceiro apresentou uma breve descrição sobre sistemas de alinhamento nas diversas línguas do mundo e, enquanto expôs o sistema presente nas orações declarativas das línguas da família Jê, também forneceu algumas informações sobre as línguas analisadas – desde a quantidade de falantes até a região em que são faladas. Por sua vez, o capítulo 4 foi uma continuação do capítulo anterior, descrevendo não os sistemas das orações declarativas, mas o comportamento das orações imperativas e negativas encontradas.

Por fim, o capítulo 5 tratou da análise de todos os dados levantados e comparou com o que foi encontrado na literatura não apenas com as outras línguas da família, gerando hipóteses e buscando generalizações quanto ao comportamento não só de cada língua, mas também de cada região como um todo, além de fazer comparações com línguas que não são geneticamente relacionadas. Dentre as generalizações encontradas, podemos citar a cisão entre orações imperativas e proibitivas sendo similar à cisão entre orações afirmativas e negativas no que concernem os sistemas de alinhamento; o comportamento das línguas Jê sendo condizente com o comportamento de outras línguas isolantes descritas na literatura; e a existência de diferentes contrastes nos tipos de comandos encontrados.

No que condiz o sucesso e o insucesso presentes nesse trabalho, podemos comparar as seguintes situações:

Infelizmente, como as orações imperativas não costumam receber um tratamento tão extensivo quanto às orações declarativas nos estudos lingüísticos contemporâneos, nem sempre foi possível encontrar uma quantidade satisfatória de dados (como no caso da língua Xokleng) e, por vezes, foram encontrados nos dados publicados tipos de orações que não parecem ter sido descritos ainda na literatura da língua em questão (como é o caso das orações hortativas em Kaingang). Ou seja, em resumo, ainda que a quantidade de dados tenha sido

grande o suficiente para poder fazer uma pesquisa desse porte – utilizando paradigmas para compreender o funcionamento das línguas, e buscando cognatos em línguas geneticamente relacionadas sempre que possível – o volume de dados poderia ser maior, o que permitiria verificar comportamentos que ainda não estão claros nos idiomas da família (será que, por exemplo, a distribuição do prefixo ku- nas línguas JSC é o mesmo em orações imperativas e declarativas? Quais são os outros tipos de comandos marginais que ocorrem nas línguas Jê e que apresentam diferença de tempo e aspecto?).

Felizmente, isso demonstra que existe uma capacidade de pesquisa bastante extensa ainda inexplorada em toda a família Jê e, após a elaboração de uma sistematização como a apresentada nos capítulos anteriores, também é possível deduzir que pesquisas interlingüísticas como as aqui realizadas são não apenas possíveis como de grande utilidade para conhecer as propriedades das línguas da família como um todo: A constatação de contraste em uma língua da região, por exemplo, aponta para uma possível incidência desse mesmo contraste em uma língua mais próxima, dando assim oportunidade para que os pesquisadores procurem mais paradigmas nas línguas que pesquisam.

Bibliografia

- ADELAAR, W. F. H.; MUYSKEN, P. C. **The Languages of the Andes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- AGBOJO, K. H.; LITVIROV, V. P. Imperative Sentences in Ewe. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 390-403.
- AIKHENVALD, A. Y. **Imperatives and Commands**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- ALMEIDA, L. D. **A Marcação de (Tempo), Modo e Aspecto na Língua Kaingang: Uma Proposta de Análise**. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.
- AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.
- BACH, K. Speech Acts. In: CRAIG, E. **Routledge Encyclopedia of Philosophy: Volume 9**. London: Routledge, 1998. p. 81-7.
- BAUER, W. **Maori (Descriptive Grammar Series)**. London: Routledge, 1993.
- BAZELL, C. E. **Linguistic typology: an inaugural lecture delivered on 26 February 1958**. London: University of London, 1958.
- BROCK, J. E. An Introduction to Peirce's Theory of Speech Acts. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, Carbondale, IL, v. 17, n. 4, p. 319-326, 1981.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. L. **Politeness: Some Universals in Language Usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BUTT, M. **Theories of Case**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BYBEE, J. L.; PERKINS, R. D.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world**. London: University of Chicago Press, 1994.
- BYSTROV, I. S.; STANKEVIČ, N. V. Imperative in Vietnamese. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Construction**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 461-74.
- CARSTAIRS-MCCARTHY, A. Origins of Language. In: ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. **The Handbook of Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 1-18.
- CASTRO ALVES, F. D. **O Timbira Falado Pelos Canela Apãnyekrá: Uma Contribuição aos Estudos da Morfossintaxe de Uma Língua Jê**. Tese De Doutorado. Campinas: Universidade Federal de Campinas, 2004.
- CHENG, L. L.-S. **On the typology of wh-questions**. New York: Garland, 1997.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1965.

COLLINS, C. Argument Sharing in Serial Verb Constructions. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, Massachusetts, v. 28, n. 3, p. 461-97, 1993.

COMRIE, B. **Language Universals and Linguistic Typology**. Chicago: The University of Chicago, 1989.

CORSTON, S. H. **Ergativity in Roviana, Solomon Islands**. **Pacific Linguistics, Series B 113**. Canberra: The Australian National University, 1996.

CROFT, W. Speech Act Classification, Language Typology and Cognition. In: TSOHATZIDIS, S. L. **Foundations of Speech Act Theory**. London: Routledge, 1994. p. 460-477.

CROFT, W. **Typology and Universals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DAHL, Ö. **The Growth and Maintenance of Linguistic Complexity**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004.

D'ANGELIS, W. R. Traços de modo e modos de traçar geometrias: línguas Macro-Jê & teoria fonológica. Campinas, SP: IEL-UNICAMP, 1993.

DESCARTES, R. **Regulae ad directionem ingenii**. Haia: CIP-Gegevens Koninklijke Bibliotheek, 1998.

DIXON, R. M. W. **Ergativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DIXON, R. M. W. **Australian Languages: Their Nature and Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

DIXON, R. M. W. **Basic Linguistic Theory. Volume 1: Methodology**. New York: Oxford University Press, 2010.

DIXON, R. M. W. **Basic Linguistic Theory. Volume 2: Grammatical Topics**. New York: Oxford University Press, 2010.

DOBRONRAVIN, N. A.; SMIRNOVA, M. A. Imperative Constructions in Hausa. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 329-54.

DOURADO, L. **Aspectos Morfossintáticos da Língua Panará (Jê)**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

DRYER, M. Clause Types. In: SHOPEN, T. **Language Typology and Syntactic Description**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 224-275.

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 2003.

FILLMORE, C. J. Types of Lexical Information. In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOVITS, L. A. **Semantics: An Interdisciplinary reader in philosophy, linguistics, and psychology**. London: Cambridge University Press, 1971. p. 370-92.

GAKRAN, N. **Aspectos Morfossintáticos da Língua Laklãõ (Xokleng) "Jê"**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GILDEA, S.; CASTRO ALVES, F. D. Nominative-Absolutive: Counter-Universal Split Ergativity in Jê and Cariban. **International Journal of American Linguistics**, p. 159-99, 2010.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction (Volume I)**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1984.

GIVÓN, T. **Syntax: An Introduction (Volume 1)**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 2001.

GÖKSEL, A.; KERSLAKE, C. **Turkish: a comprehensive grammar**. Abington, RU: Routledge, 2005.

GOLOVKO, E. V. Imperative in Aleut. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 300-314.

GONÇALVES, S. A. **Aspecto no Kaingang**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GREGORES, E.; SUAREZ, J. A. **A description of colloquial Guaraní**. Haia: Mouton. 1967. GRUZDEVA, E. J. Imperative Sentences in Nivkh. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 59-77.

GUEDES, M. **Suyá: A língua da gente "um estudo fonológico e gramatical"**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

HALL, J.; MCLEOD, R. A.; MITCHELL, V. **Pequeno Dicionário Xavante-Português Português-Xavanta**. Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística, 1987.

HAM, P. **Formulário de Vocabulários Padrões. Apinayé**. [S.l.]: Summer Institute of Linguistics, 1960.

HARBERT, W. **The Germanic Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HARMAN, G. **On Noam Chomsky: Critical Essays**. New York: Anchor books, 1974

HARRIS, A. C.; CAMPBELL, L. **Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HEINE, B.; KUTEVA, T. **The Genesis of Grammar: A Reconstruction** (Studies in the Evolution of Language). Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JOSEPH, J. E. The poet who could smell vowels. **The Times Literary Supplement**, 2007. Disponivel em: <http://entertainment.timesonline.co.uk/tol/arts_and_entertainment/the_tls/article2869724.ece>. Acesso em: 30 Dezembro 2010.

KARLSSON, F. **Finnish: An Essential Grammar**. London: Routledge, 1999.

KÖNIG, E.; SIEMUND, P. Speech Acts Distinction in Grammar. In: SHOPEN, T. **Language Typology and Syntactic Description**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 276-324.

KORDI, E. E. Imperative Sentences in French. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 372-89.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LLOYD, E. A. Feyerabend, Mill, and Pluralism. In: PRESTON, J.; MUNÉVAR, G.; LAMB, D. **Worst Enemy of Science? Essays in Memory of Paul Feyerabend**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 115-124.

LYONS, J. **Linguagem e Lingüística**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987.

MACAULAY, D. **The Celtic Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MACNEILAGE, P. F. **The Origin of Speech**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MAHAJAN, A. **The A/A-bar distinction and movement theory**. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1990.

MANNING, C. D. **Ergativity: Argument Structure and Grammatical Relations**. [S.l.]: CSLI Publications, 1996.

MATTHEWS, P. H. **Grammatical theory: from Bloomfield to Chomsky** (Cambridge Studies in Linguistics 67). Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MATTOSO CAMARA JR., J. **História da Lingüística**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1975.

MCLEOD, R. A. **Formulário dos Vocabulários Padrões Para Estudos Comparativos Preliminares Nas Línguas Indígenas Brasileiras: Chavante**. Rio de Janeiro: Summer Institute of Linguistics, 1960.

MCLEOD, R.; MITCHELL, V. **Aspectos da Língua Xavante**. Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística, 1977.

MILL, J. S. **An Examination of Sir William Hamilton's Philosophy and of The Principal Philosophical Questions Discussed in His Writing**. Londres: Longman, Green, Longman, Robers & Green, 1865.

MITHUN, M. Active/Agentive Case Marking and Its Motivations. **Language**, Washington, v. 67, n. 3, p. 510-46, 1991.

MITHUN, M. **The Native Languages of North America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MOHANAN, T. **Argument Structure in Hindi**. Stanford: CSLI Publications, 1994.

MUNÉVAR, G. A Réhabilitation of Paul Feyerabend. In: PRESTON, J.; MUNÉVAR, G.; LAMB, D. **The Word Enemy of Science? Essays in Memory of Paul Feyerabend**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 58-79.

MUNÉVAR, G. Preface. In: PRESTON, J.; MUNÉVAR, G.; LAMB, D. **Worst Enemy of Science? Essays in Memory of Paul Feyerabend**. New York: Oxford University Press, 2000. p. i-vi.

NETO, J. B. **Ensaio de Filosofia da Lingüística**. São Paulo: Editora Parábola, 2004

OLIVEIRA, C. C. D. **The Language of the Apinajé People in Central Brazil**. Tese de Doutorado. Eugene: University of Oregon, 2005.

OLIVEIRA, R. C. **Morfologia e Sintaxe da Língua Xavante**. Tese do Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PALMER, F. R. **Grammatical Roles and Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PO-CHING, Y.; RIMMINGTON, D. **Chinese: A Comprehensive Grammar**. London: Routledge, 2004.

POLINSKY, M. S. Imperative and Other Means of Expressing Exhortation in Maori. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 404-419.

POPPER, S. K. R. **A Lógica da Revolução Científica**. São Paulo: Cultrix, 2007.

POULOS, G.; BOSCH, S. **Zulu (Languages of the World/Materials)**. Muenchen: Lincom Europa, 1997.

PRESTON, J. Feyerabend. In: NEWTON-SMITH, W. H. **A Companion to the Philosophy of Science**. Malden, Massachusetts: Blackwell, 2000. p. 143-148.

PRESTON, J. Science as a Supermarket: "Postmodern" Themes in Paul Feyerabend's Later Philosophy of Science. In: PRESTON, J.; MUNÉVAR, G.; LAMB, D. **Worst Enemy of Science? Essays in Memory of Paul Feyerabend**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 80-101.

PRESTON, J. Paul Feyerabend. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2009 Edition)**, 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2009/entries/feyerabend/>>. Acesso em: 5 Janeiro 2011.

QUINTINO, W. P. **Aspectos da Fonologia Xavante**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

REAVEN, S. J. Time Well Spent: On Paul Feyerabend's Autobiography. In: PRESTON, J.; MUNÉVAR, G.; LAMB, D. **The Worst Enemy of Science? Essays in Memory of Paul Feyerabend**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 16-27.

REID, T. **An Inquiry Into the Human Mind On the Principles of Common Sense**. London: Strand, 1875.

RODRIGUES, A. D. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165-206.

RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A.S.A.C. e SOARES, S. C. O. S. **Notas de trabalho de campo**, ms, 2005.

RORTY, R. Kuhn. In: NEWTON-SMITH, W. H. **A Companion to the Philosophy of Science**. Malden, Massachusetts: Blackwell, 2000. p. 203-6.

SADOCK, J. Speech Acts. In: HORN, L.; WARD, G. **The Handbook of Pragmatics (Blackwell Handbooks in Linguistics)**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006. p. 53-73.

SADOCK, J. M.; ZWICKY, A. M. Speech Act Distinctions in Syntax. In: SHOPEN, T. **Language Typology and Syntactic Description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 155-196.

SANTOS, J. P. D. **Marcas Pessoais, Concordância de Número e Alinhamento em Xavante**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

SAPIR, E. **Language: An Introduction to the Study of Speech**. Mineola, New York: Dover Publications, Inc., 2004.

SAUSSURE, F. D.; BALLY, C.; SECHEHAYE, A. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda., 2006.

SCHUHMAN, K.; SMITH, B. Elements of Speech Act Theory in the Work of Thomas Reid. **History of Philosophy Quarterly**, Champaign, Illinois, v. 7, n. 1, p. 47-66, 1990.

SEARLE, J. **Expressão e Significado**: Estudos da Teoria dos Atos da Fala. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2002.

SEUREN, P. A. M. Serial Verb Constructions. In: JOSEPH, B. D.; ZWICKY, A. M. **When Verbs Collide**: Papers from the Ohio State Mini-Conference on Serial Verbs. Ohio State Working Papers in Linguistics 39. Columbus: Ohio State University, 1990. p. 14-33.

SEYFARTH, R. M.; CHENEY, D. L.; MARLER, P. Monkey Responses to Three Different Alarm Calls: Evidence of Predator Classification and Semantic Communication. **Science**, Washington, v. 210, n. 4471, p. 801-3, November 1980.

SHIELDS, C. J. Philosophy of Language: the Ancient Period. In: CRAIG, E. **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. London: Routledge, 1998. p. 356-61.

SILVA, M. A. R. **Pronomes, Ordem e Ergatividade em Mebengokre (Kayapó)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SOUSA FILHO, S. M. **Aspectos Morfossintáticos da Língua Akwe-Xerente (Jê)**. Tese de Doutorado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

SPATAR, N. M. Imperative Constructions in Cambodian. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 475-84.

SUÁREZ, J. A. **The Mesoamerican Indian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

THOMSPON, L. C. **A Vietnamese Grammar**. Seattle: University of Washington Press, 1965.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2003.

TRAPP, E. R. **Formulário dos Vocabulários Padrões para Estudos Comparativos Preliminares nas Línguas Indígenas Brasileiras**: Caiapó. Rio de Janeiro: Summer Institute of Linguistics, 1961.

TSOHATZIDIS, S. L. Ways of doing things with words. In: TSOHATZIDIS, S. L. **Foundations of Speech Act Theory**. London: Routledge, 1994. p. 1-28.

URBAN, G. Ergativity and Accusativity in Shokleng (Gê). **International Journal of American Linguistics**, v. 51, n. 2, p. 164-87, 1985.

VAN DER AUWERA, J.; LEJEUNE, L.; GOUSSEV, V. The Prohibitive. In: HASPELMATH, M., et al. **The World Atlas of Language Structures**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 286-90.

VAN VALIN JR., R. D. Functional Linguistics. In: ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. **The Handbook of Linguistics**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 2003. p. 319-336.

VAXTIN, N. B. Imperative Sentences in Asiatic Eskimo. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 129-144.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. New York: Cornell University, 1967.

VICKERS, J. The Problem of Induction. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2010/entries/induction-problem/>>. Acesso em: 5 Janeiro 2011.

WATKINS, J. Popper. In: NEWTON-SMITH, W. H. **A Companion to the Philosophy of Science**. Malden, Massachusetts, 2000. p. 343-348.

WIESEMANN, U. **Formulário dos Vocabulários Padrões para Estudos Comparativos Preliminares Nas Línguas Indígenas Brasileiras: Kaingang**. Rio de Janeiro: Summer Institute of Linguistics, 1971.

WIESEMANN, U. G. **Dicionário Bilíngüe: Kaingang - Português**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2002.

WIESEMANN, U.; THOMSON, R. **Clause Types and Ergativity in Suyá (Jê)**. Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística, 2007.

WITTGENSTEIN, L. et al. **Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2009.

XRAKOVSKIJ, V. S.; BIRJULIN, L. A. Imperative Sentences: Theoretical Problems. In: XRAKOVSKIJ, V. S. **Typology of Imperative Constructions**. Muenchen: Lincom Europa, 2001. p. 3-50.

ZWICKY, A. M. What are we talking about when we talk about serial verbs? In: JOSEPH, B. D.; ZWICKY, A. M. **When Verbs Collide: Papers from the 1990 Ohio State Mini-Conference on Serial Verbs**. Working Papers in Linguistics 39. Columbus: Ohio State University, 1990. p. 1-13.